



MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA
AMAZÔNIA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017

BRASÍLIA-DF
MARÇO/2018



MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA
AMAZÔNIA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017

Relatório de Gestão do exercício de 2017 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN/TCU Nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 161/2017 e da Portaria – TCU nº 65, de 28/2/2018.

BRASÍLIA-DF
MARÇO/2018

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ABIN – Agência Brasileira de Inteligência
ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACT – Acordo de Cooperação Técnica
ADS80 – *Airborne Digital Sensor* (Sensor Digital Aeroembarcado)
AEB – Agência Espacial Brasileira
ANA – Agência Nacional de Águas
ANAC – Agência Nacional de Aviação Civil
ANM – Agência Nacional de Mineração
ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
ASCOM – Assessoria de Comunicação
BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento/ Fundo Amazônia
CAD – Comissão de Acompanhamento de Avaliação de Desempenho
CCG - BSB – Centro de Coordenação Geral – Brasília
CENAD – Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres
CENSIPAM – Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia
CPC – Conselho do Plano de Carreiras de Ciência e Tecnologia
CTIC – Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicações
C&T – Ciência e Tecnologia
CGAFI – Coordenação-Geral de Administração e Finanças
CGIIN – Coordenação-Geral de Integração Institucional
CGINT – Coordenação-Geral de Inteligência
CGMAT – Coordenação-Geral de Manutenção
CGOPE – Coordenação-Geral de Operações
CGTIC – Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação
CGU – Controladoria Geral da União
CICCIA – Comissão Interministerial de Combate aos Crimes e Infrações Ambientais
CICCON – Centro Integrado de Combate ao Narcotráfico
CINDACTA – Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo
CISSET – Secretaria de Controle Interno
CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CODEGEP – Coordenação de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas
COINT – Coordenação de Inteligência
COFIN – Coordenação de Orçamento e Finanças
COLIC – Coordenação de Licitações e Contratos
COMSE – Coordenação de Manutenção de Sensores
CONCAR – Comissão Nacional de Cartografia
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONSIPAM – Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia
CONSISBIN – Conselho do Sistema Brasileiro de Inteligência
COPAL – Coordenação de Patrimônio e Almoxarifado
COPER – Coordenação Operacional
COSEG – Coordenação de Serviços Gerais
CPRM – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
CR-BE – Centro Regional de Belém - PA
CR-MN – Centro Regional de Manaus - AM
CR-PV – Centro Regional de Porto Velho – RO
DETER – Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real
DDD – Discagem Direta a Distância
DGBM – DigitalGlobe Basemap
DHN – Diretoria de Hidrografia e Navegação
DIGER – Diretoria Geral / Diretor-Geral

DIPRO – Diretoria de Produtos
DIRAF – Diretoria de Administração e Finanças
DITEC – Diretoria Técnica
DISBIN – Diretoria do Sistema Brasileiro de Inteligência (ABIN)
DN – Decisão Normativa
DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral
EB – Exército Brasileiro
ED – Elemento de Despesa
EMAER – Estado Maior da Aeronáutica
ENAP – Escola Nacional de Administração Pública
FAB – Força Aérea Brasileira
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
GDACT – Gratificação de Atividade de Ciência e Tecnologia
GEI – Grupo Executivo Interministerial
GGI-MA – Grupo Permanente de Gestão Integrada para a Proteção do Meio Ambiente
GPis – Gerenciamento de Pistas
GR – Gratificação de Representação
GTS – Gratificação Temporária SIPAM
HF/DF – *High Frequency / Direction Finding* (Alta frequência / Localização e Direção)
HUB – concentrador de rede de informática
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBIO – Instituto Chico Mendes
IDSEG – Inteligência Digital em Segurança
IN – Instrução Normativa
INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
LAI – Lei de Acesso à Informação
LME – Limite de Movimentação e Empenho
LOA – Lei Orçamentária Anual
MCTI – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MD – Ministério da Defesa
MDS – Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MI – Ministério da Integração Nacional
MJ – Ministério da Justiça
MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MSP – Ministério de Segurança Pública
OCI – Órgão de Controle Interno
OFSS – Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
PAC (1) – Programa de Aceleração do Crescimento
PAC (2) – Plano Anual de Capacitação
PCA – Projeto Cartografia da Amazônia
PDTIC – Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação
PIM – Portal de Informações de Manutenção
PLACON – Planejamento e Controle
PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual
PO – Plano Orçamentário
PPA – Plano Plurianual
PPCDAM – Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal
PRF – Polícia Rodoviária Federal
PROAE – Programa de Monitoramento de Áreas Especiais
PTA – Plano de Trabalho Anual
RDSS – *Radio Determination Satellite Service* (Estação Transportável de Comunicações Satelitais)
RMA – Relatório de Movimentação de Almoarifado
RMA – Gratificação de Representação do Ministério da Defesa
RMB – Relatório de Movimentação de Bens
RMP – Gratificação de Exercício de Cargo de Confiança devida a Militares

RIP – Registro Imobiliário Patrimonial
SAE – Secretaria de Assuntos Estratégicos
SAR – *Synthetic Aperture Radar* (Radar de abertura sintética)
SCDP- Sistema de Concessão de Diárias e Passagens
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas
SECONSIPAM – Secretaria Executiva do Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia
SEI – Sistema Eletrônico de Informação
SEORI/MD – Secretaria de Organização Institucional/ Ministério da Defesa
SEMA – Secretaria Estadual de Meio Ambiente
SG-PR – Secretaria Geral da Presidência da República
SIADS – Sistema de Integração de Administração e Serviços
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira
SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIG – Sistema de Gestão Administrativa
SIGPlan– Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIORG – Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIOP – Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
SIPAM – Sistema de Proteção da Amazônia
SISBIN – Sistema Brasileiro de Inteligência
SIVAM – Sistema de Vigilância da Amazônia
SLTI – Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
SPO – Setor Policial
SPU – Secretaria do Patrimônio da União
TC – Termo de Cooperação
TI – Tecnologia da Informação
TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação
TED – Termo de Execução Descentralizada
TCU – Tribunal de Contas da União
UFPA – Universidade Federal do Pará
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UG – Unidade Gestora
UJ – Unidade Jurisdicionada
UO – Unidade Orçamentária
UGO – Unidade Gestora Orçamentária
UPC – Unidade Prestadora de Contas
VSAT – *Very Small Aperture Terminal* (Terminal de Comunicação de Pequena Abertura)

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Visão Geral da Unidade.....	13
Quadro 2- Normas de Criação e Alteração da Unidade Jurisdicionada.....	14
Quadro 3- Informação sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas.....	17
Quadro 4 - Informação sobre Macroprocessos finalísticos.....	20
Quadro 5 - Vinculação dos Planos da Unidade com as Competências Institucionais e Outros Planos	26
Quadro 6 - Vinculação dos Objetivos Estratégicos ao PPA	28
Quadro 7 - Ações relacionadas a Programa Temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS	30
Quadro 8 - Resumo dos Instrumentos Celebrados e dos Montantes Transferidos nos Últimos Três Exercícios.....	34
Quadro 9 - Caracterização Dos Instrumentos De Transferências Vigentes No Exercício De Referência.....	35
Quadro 10 - Receitas Escrituradas na UG Censipam	38
Quadro 11 - Descentralizações Financeiras Recebidas por Órgão Concedente.....	38
Quadro 12 - Demonstrativo da Execução das Despesas.....	39
Quadro 13 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Total.....	40
Quadro 14 - Reconhecimento de Dívidas	43
Quadro 15 - Indicadores de Gestão	44
Quadro 16 - Indicadores de Desempenho	46
Quadro 17 - Operacionalidade do parque de antenas	48
Quadro 18 - Conjunto de Tipos de Equipamentos com Peso Específico para Média	49
Quadro 19 - Percentuais de modernização dos conjuntos de tipos de equipamentos.....	51
Quadro 20 - Modernização da infraestrutura	52
Quadro 21 - Indicadores de Gestão	53
Quadro 22- Gestão de Chamados (help desk).....	56
Quadro 23 - Disponibilidade e Desempenho da Rede.....	57
Quadro 24 - Quantidade de VSAT correlacionada com fins	57
Quadro 25 - Recursos Gestão de Pessoas	58
Quadro 26 - Performance dos indicadores de projeto.....	60
Quadro 27 - Processos Abertos no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares- CGUPAD	64
Quadro 28 - Força de Trabalho da UPC	66
Quadro 29 - Distribuição da Lotação Efetiva.....	66
Quadro 30 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC	67
Quadro 31- Despesas de pessoal	69
Quadro 32 - Pessoal de Apoio e Estagiários	70
Quadro 33- Contratos de Prestação de Serviços não Abrangidos pelo Plano de Cargos da Unidade.	74
Quadro 34 - Valores Estágio 2016.....	75
Quadro 35- Valores Estágio 2017.....	76
Quadro 36 - Distribuição por área de exercício de 2017 – CCG.....	76
Quadro 37 - Distribuição por área de exercício de 2017 – CR-PV	76
Quadro 38 - Distribuição por área de exercício de 2017 – CR-MN.....	77
Quadro 39 - Distribuição por área de exercício de 2017 – CR-BE	77
Quadro 40 - Cessão de Espaço Físico em Imóvel da União na Responsabilidade da UJ.....	78
Quadra 41 - Imóveis Objeto de Cessão.....	79
Quadro 42 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	82
Quadro 43 - Imóveis De Propriedade da União Sob Responsabilidade da UJ Exceto Imóvel Funcional.....	82
Quadro 44 - Força de Trabalho de TIC.....	87

Quadro 45 - Tipos de Ocorrência nos Canais de Acesso.....	90
Quadro 46 - Censipam - Centro de Coordenação Geral e Centros Regionais	93
Quadro 47 - Resultado Financeiro - 2017	94
Quadro 48 - Demonstrações das variações patrimoniais	95
Quadro 49 - Resultado Patrimonial	95
Quadro 50 - Saldo Patrimonial	96
Quadro 51- Metodologia de Cálculo da Depreciação, Taxas e Vida Útil dos Bens.....	98
Quadro 52 - Avaliação e Mensuração dos Elementos Patrimoniais.....	101
Quadro 53 - Conformidade Contábil de UG – Maiores ocorrências	103
Quadro 54 - Declaração do Contador	104
Quadro 55 - Relatório de Cumprimento das Recomendações do Tribunal de Conta da União.....	106
Quadro 56 - Relatório de Cumprimento das Recomendações do Órgão de Controle Interno.....	107
Quadro 57 - Despesas Com Publicidade.....	110

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Centro de Coordenação Geral e Centros Regionais	16
Figura 2- Organograma.....	17
Figura 3 - Variação mensal dos indicadores	48
Figura 4 - Variação mensal dos indicadores de modernização da infraestrutura	53
Figura 5 - Indicadores Colic.....	58
Figura 6- Avaliação do Serviço Prestado pelo Censipam.....	91

LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES

Anexo I – Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei 4.320/64 – Consolidadas e Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACOES.....	3
LISTA DE QUADROS.....	6
LISTA DE FIGURAS.....	7
LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES.....	7
1. APRESENTAÇÃO.....	10
2. VISÃO GERAL DA UNIDADE.....	13
2.1. Finalidade e Competências.....	13
2.2. Normas e Regulamentos de criao, alterao e funcionamento do Censipam.....	14
2.3. Ambiente de atuao.....	15
2.4. Organograma.....	17
2.5. Informaoes sobre áreas ou subunidades estratêgicas.....	17
2.6. Macroprocessos finalísticos.....	20
3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS.....	24
3.1. Planejamento organizacional.....	24
3.1.1. Descrio sintética dos objetivos do exercicio.....	25
3.1.2. Estágio de implementao do Planejamento Estratégico.....	25
3.1.3. Vinculao dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos.....	26
3.2. Formas e instrumentos de monitoramento da execuo e dos resultados dos planos.....	29
3.3. Desempenho oramentário.....	29
3.3.1. Execuo física e financeira das aoes da Lei Oramentária Anual de responsabilidade da unidade.....	30
3.3.2. Fatores intervenientes no desempenho oramentário.....	32
3.3.3. Restos a pagar de exercicios anteriores.....	32
3.3.4. Aoes não previstas na LOA do exercicio – Restos a Pagar não Processados – OFSS.....	33
3.3.5. Aoes – Oramento de Investimentos – OI.....	33
3.3.6. Análise Situacional.....	33
3.3.7. Execuo descentralizada com transferêcia de recursos.....	34
3.3.8. Informaoes sobre a estrutura de pessoal para análise das prestaoes de contas.....	37
3.3.9. Informaoes sobre a realizao das receitas.....	38
3.3.10. Demonstrativo da execuo das despesas.....	39
3.3.11. Obrigaoes assumidas sem respectivo crédito autorizado no oramento.....	42
3.4. Desempenho operacional.....	43
3.4.1. Apresentao e análise de indicadores de desempenho.....	46
4. GOVERNANA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS.....	61
4.1. Descrio das estruturas de governana.....	61
4.2. Atividades de correo e de apurao de ilícitos administrativos.....	64
4.3. Gestã de riscos e controles internos.....	65
5. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO.....	66
5.1. Gestã de pessoas.....	66
5.1.1. Estrutura de pessoal da unidade.....	66
5.1.2. Demonstrativo das despesas com pessoal.....	69
5.1.3. Gestã de riscos relacionados a pessoal.....	69
5.1.4. Contratao de pessoal de apoio e estagiários.....	70
5.1.5. Contratao de estagiários.....	75
5.2. Gestã do patrimônio e da infraestrutura.....	77
5.2.1. Gestã do patrimônio imobiliário da Uniã.....	77
5.2.2. Cessao de espaos físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas.....	78
5.2.3. Demonstrao da situao dos imóveis da Uniã.....	80
5.2.4. Situao Atual.....	81
5.2.5. Patrimônio de propriedade da Uniã de uso da entidade.....	82
5.3. Gestã de tecnologia da informao.....	82
5.3.1. Informaoes sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informao e Comunicao (PETIC) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informao e Comunicao (PDTIC).....	83
5.3.2. Principais sistemas de informaoes.....	84

5.3.3. Plano de capacitação	87
5.3.4. Principais sistemas de informações	87
5.3.5. Gerenciamento de serviços de TI	87
5.3.6. Projetos de TI	87
5.4. Gestão ambiental e sustentabilidade	88
5.5. Gestão de fundos e programas	88
5.5.1. Identificação e informações dos fundos na gestão da unidade	88
6. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	89
6.1. Canais de acesso do cidadão	89
6.2. Carta de serviços ao cidadão	90
6.3. Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários	91
6.4. Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade	91
6.5. Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações	92
7. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	93
7.1. Desempenho financeiro do exercício	94
7.1.1. Resultado financeiro	94
7.1.2. Resultado patrimonial	94
7.1.3. Saldo patrimonial	96
7.2. Tratamento Contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos	97
7.3. Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade	102
7.3.1. Informações sobre a conformidade contábil	102
7.3.2. Declaração do contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis	104
7.4. Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas	104
8. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE.....	105
8.1. Tratamento de determinações e recomendações do TCU	105
8.2. Tratamento de recomendações do órgão de controle interno	107
8.3. Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por danos ao Erário	109
8.4. Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no Art. 5º da Lei 8.666/1993	109
8.5. Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento	109
8.6. Informações sobre ações de publicidade e propaganda	110
9. ANEXOS E APÊNDICES.....	111

1. APRESENTAÇÃO

Na elaboração e organização do presente Relatório foram seguidas as orientações previstas na IN/TCU Nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 161/2017 e da Portaria – TCU nº 65, de 28/2/2018.

O Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam) visa promover a proteção e o desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal. O órgão tem a missão de produzir informações e gerar conhecimentos integrados para ações globais de governo na região.

Vocacionado no que se chama monitoramento ambiental e territorial da Região Amazônica, analisa e processa imagens aéreas e orbitais para: elaboração de mapas temáticos de desmatamento e de risco e de suscetibilidade; identificação de ilícitos, detecção de potenciais hídricos, verificação de sedimentação dos rios, entre outros.

O combate ao desmatamento ilegal na Amazônia ganhou um importante reforço, com a aquisição de duas antenas de recepção multissatelital, além da compra de imagens de satélites. Isso potencializará a execução do projeto Sipam-SAR através do qual o Censipam realiza o monitoramento da Amazônia durante os meses de intensa cobertura de nuvens (de outubro a abril) com radar orbital, de forma sistemática, com tecnologia que permite observar o desmatamento no início, a partir de uma supressão de 0,5 hectares, com repetitividade de acompanhamento da mudança de 5 a 15 dias, em qualquer situação temporal, durante o dia e a noite. O principal produto do monitoramento sistemático da Amazônia são alertas emitidos para o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), que prepara operações de fiscalização. Após as operações, as imagens ficarão disponíveis no acervo do Censipam e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) para compor os dados do Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (Deter).

Outra ação visando o desenvolvimento da Amazônia está relacionada ao Projeto Cartografia da Amazônia. Em 2017 foram processadas imagens cobrindo cerca de 160.00 km², totalizando 1,36 milhão de km² desde a sua implantação em 2008. Este processamento é relativo a imagens mapeadas no ano anterior. O projeto é executado em parceria com a Marinha, a Aeronáutica, o Exército e o Serviço Geológico do Brasil-CPRM, que recebem recursos financeiros do Censipam por meio de um Termo de Execução Descentralizada (TED).

As informações cartográficas auxiliam no conhecimento da Amazônia e no monitoramento para a segurança e defesa nacional, em especial das áreas de fronteiras. As cartas também auxiliarão a região no planejamento e execução de projetos de infraestrutura como: rodovias, ferrovias, gasodutos e hidrelétricas; demarcação de áreas de assentamentos; mineração; agronegócio; elaboração de zoneamento ecológico e econômico; ordenamento e segurança territorial; escoamento da produção e desenvolvimento regional.

O Censipam realizou, entre 18 e 19 de setembro de 2017, o 2º Seminário de Monitoramento Integrado com Radar Orbital. O seu propósito foi divulgar os resultados do Projeto Sipam-SAR, debater novas tecnologias e aplicações para detecção do desmatamento por radar orbital, entre outras, e discutir fluxos e métodos de configuração; programação, recepção; gravação; processamento; tratamento; visualização; armazenamento e catalogação dos dados. Com isso, disseminou-se o uso de imagens de radar orbital no monitoramento florestal e outras aplicações para a comunidade científica, especialistas no tema e órgãos federais, estaduais e municipais, com atuação na Amazônia.

Também merece destaque, a previsão de tempo e clima e os alertas hidrometeorológicos. São elaborados boletins, disponibilizados diariamente aos usuários, em especial às defesas civis; assim como previsões e alertas para a região, utilizando-se a infraestrutura tecnológica de 11 radares meteorológicos; 2 instalações de recepção de satélite GOES 13; 3 estações de recepção Terrascan (satélites Aqua, Terra, Metop, FYD e NOAA); mais 50 estações meteorológicas de superfície e

altitude, bem como a utilização integrada de dados de sensoriamento remoto do INPE e de dados da bacia Amazônica da ANA.

Em 2017 foi lançado o Sistema Integrado de Monitoramento e Alerta Hidrometeorológico para a Amazônia (SIPAMHidro) que fornecerá informações com intuito de monitorar e prever diariamente as condições dos rios e a ocorrência de tempestades severas que possam ocasionar alagamentos e inundações nas áreas urbanas. O SIPAMHidro é um projeto que está sendo desenvolvido e implementado pelo Censipam desde 2014. Seu conceito é definido como um conjunto de geotecnologias, metodologias e procedimentos operacionais, integrados a uma plataforma banco de dados que possibilita realizar monitoramento e análise espacial, como também, gerar informação e conhecimento sobre as condições hidrológicas e meteorológicas para as grandes bacias e de bacias urbanas. Este sistema possibilitará o aumento da eficiência e eficácia das respostas dos especialistas que atuam nas áreas prevenção e mitigação dos impactos gerados por eventos severos.

Por meio de sua Coordenação-Geral de Inteligência (CGINT), o Censipam participa do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN), da Comissão de Combate aos Crimes e Infrações Ambientais (CICCIA), do Grupo Permanente de Gestão Integrada para a Proteção do Meio Ambiente (GGI-MA), junto à Secretaria Geral da Presidência da República (SG-PR), e em apoio aos órgãos federais de combate aos crimes e ilícitos na Amazônia Legal.

Os Relatórios da CGINT são produzidos de acordo com a doutrina do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN), em proveito dos órgãos integrantes do mesmo, e tendo como referência o Decreto nº 4872, de 06/11/2003 (integração ao SISBIN) e o Decreto nº 7424/11 (transferência do Censipam da Casa Civil para o Ministério da Defesa). Em 2017, o Censipam produziu 1141 (um mil cento e quarenta e um) Produtos de Inteligência.

Com a utilização da ferramenta de Planejamento e Controle (PLACON), o Censipam apoia os órgãos do Governo Federal e Estadual no combate aos ilícitos ambientais e narcotráfico, utilizando os instrumentos disponíveis: terminais de VSAT (equipamento de comunicação via satélite), que facilitam a ligação de comando e controle entre os órgãos nas operações; bem como equipes de auxílio ao Planejamento e Controle de Operações, Sistemas de Gerenciamento de Pistas Aéreas; software de análise e mineração de dados, e equipamento Radar de baixa altitude. Essas ações têm a finalidade de proporcionar a tomada de decisão do órgão competente para execução da missão preestabelecida pela autoridade competente. No ano de 2017, o Censipam participou de 23 (vinte e três) operações de apoio, compondo a célula de Inteligência e de Planejamento e Controle dos órgãos dos Governos Federal e Estaduais na Amazônia Legal.

Além dos projetos citados, esse relatório apresenta diversas ações do Censipam que contribuem com instituições do Estado brasileiro para cumprirem com suas atividades institucionais. As ações enfatizam a atuação integrada e coordenada entre os entes federais, estaduais e municipais.

Cabe destacar a rede institucional de telecomunicações via satélite (VSAT) colocada à disposição dos órgãos componentes do Sistema de Proteção da Amazônia-SIPAM. Atualmente, as antenas do Censipam fortalecem projetos do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Social (cadastrando famílias do Programa Bolsa Família); do Tribunal de Justiça (interligando as comarcas) e; o das Forças Armadas (provendo comunicação nos Pelotões de Fronteira).

Ao mesmo tempo em que o Censipam desenvolve suas atividades nas diversas frentes supracitadas, com reconhecimento nas ações voltadas para a região amazônica, o ano de 2017 não contou com recursos suficientes, o que contribuiu para as principais dificuldades encontradas para a realização dos objetivos neste exercício. O reduzido Limite de Movimentação e Empenho (LME) inviabilizou projetos importantes definidos no Plano de Trabalho Anual do Censipam.

O presente relatório é composto pelos seguintes itens: Visão Geral da Unidade, que trata das finalidades, competências, normas e regulamentos, organograma e macroprocessos finalísticos; Planejamento Organizacional e Resultados que detalha o planejamento organizacional, desempenho orçamentário e operacional e análise de indicadores de desempenho; Governança, Gestão de Riscos e

Controles Internos com a descrição das estruturas de governança, atividades de correção e apuração e gestão de riscos e controles internos; Áreas Especiais da Gestão com a apresentação da gestão de pessoas, de patrimônio e infraestrutura, de tecnologia da informação, de fundos e programas e da gestão ambiental e sustentabilidade; Relacionamento com a Sociedade detalhando os canais de acesso do cidadão, carta de serviço, aferição de satisfação, mecanismos de transferência e medidas para garantir acessibilidade; Desempenho Financeiro e Informações Contábeis apresentando o desempenho financeiro do exercício, tratamento contábil, sistemática de apuração e informações e demonstrações contábeis; Conformidade da Gestão e Demandas dos Órgãos de Controle com os diversos tratamentos de determinações e recomendações e; finalizando o relatório, anexos e apêndices.

2. VISÃO GERAL DA UNIDADE

Quadro 1 - Visão Geral da Unidade

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Defesa			Código SIORG: 41066
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia			
Denominação abreviada: CENSIPAM			
Código SIORG: 044072	Código LOA: Não se aplica		Código SIAFI: 110511
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão Público do Poder Executivo Federal			
Principal Atividade: Administração Pública em Geral			Código CNAE: 84.11-600
Telefones/Fax de contato:	(61) 3214 – 0201	(61) 3214 – 0233	(61) 3214 - 0255
Endereço Eletrônico: gabinete@sipam.gov.br			
Página na Internet: http://www.sipam.gov.br			
Endereço Postal: SPO, Área 5, Quadra 3, Bloco K - 70.610 - 200 – Brasília - DF			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
110511	CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA		
110572	CENTRO REGIONAL DE PORTO VELHO		
110573	CENTRO REGIONAL DE MANAUS		
110586	CENTRO REGIONAL DE BELÉM		

2.1. Finalidade e Competências

O Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM) tem por finalidade integrar, avaliar e difundir conhecimentos que permitam as ações coordenadas dos órgãos governamentais na região Amazônica, a fim de potencializar os resultados decorrentes da implementação das diretrizes políticas do governo federal. Os elos do sistema responsáveis pelas ações de governo na região Amazônica são os vários órgãos das esferas federal, estadual, distrital e municipal. O Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – Censipam foi criado com o objetivo de ser o órgão central deste grande sistema. É dotado de uma infraestrutura de meios técnicos e operacionais com o objetivo de coletar, processar, produzir e difundir dados de interesse das organizações integrantes do sistema. Os conhecimentos e informações gerados permitem o planejamento e a coordenação das ações globais entre essas organizações do governo, visando tornar mais efetivos os resultados e diretrizes políticas, respeitando a competência institucional de cada uma delas.

O Censipam, dentro de suas competências, atua, principalmente, nas seguintes áreas: Meteorologia e Climatologia; Sensoriamento Remoto; Inteligência; Ambiental, Hidrometeorológica e; Tecnologia da Informação e Comunicações. De modo integrado, em suas diversas áreas, gera produtos e serviços de interesse estratégico para as instituições governamentais das esferas federal, estadual e municipal, que são os elos do SIPAM, usando como base, os documentos produzidos nos Centros Regionais de Belém, Manaus e Porto Velho. Os dados coletados são tratados, avaliados, difundidos e integrados, transformando-se em informações seguras capazes de ampliar enormemente o conhecimento; promover o desencadeamento de ações para combate de ilícitos e orientar as políticas públicas para a região.

Atualmente, o Censipam gerencia três grandes projetos de interesse do SIPAM: o Projeto Cartografia da Amazônia que tem como objetivo produzir cartas terrestre, geológica e náutica para cobrir o vazio cartográfico equivalente a 1,8 milhões de Km² da Amazônia Legal; o Projeto

Amazônia SAR que tem como objetivo gerar alertas de desmatamento com uso de tecnologias radar, no período de alta cobertura de nuvens, de forma complementar ao programa de monitoramento DETER (INPE), cujo sistema de monitoramento, o SIPAMSAR, já se encontra em funcionamento e; o Projeto de expansão do SIPAMHidro, que é o Sistema Integrado de Monitoramento e Alerta Hidrometeorológico de municípios de risco da Amazônia Legal.

2.2. Normas e Regulamentos de criação, alteração e funcionamento do Censipam

Quadro 2- Normas de Criação e Alteração da Unidade Jurisdicionada

Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada
<ul style="list-style-type: none"> - Decreto nº de 18 de outubro de 1999 – Dispõe sobre o Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia – CONSSIPAM e dá outras providências. - Decreto nº 4200 de 17 de abril de 2002 – Transfere do Ministério da Defesa para a Casa Civil da Presidência da República a Secretaria-Executiva do Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia – SECONSSIPAM, altera sua denominação e dá outras providências. (Artigo 2º – A Secretaria-Executiva do Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia – SECONSSIPAM passa a denominar-se Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM). - Decreto nº 7.424, de 5 de janeiro de 2011 – Dispõe sobre a transferência do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - Censipam da Casa Civil da Presidência da República para o Ministério da Defesa. (Anexo I revogado pelo Decreto 7.430/2011). - Decreto nº 7.974, de 1 de abril de 2013 – Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Defesa. (A título de informação este decreto foi revogado pelo Decreto nº 8.978, de 1 fevereiro de 2017). - Lei nº 13.314, de 29 de setembro de 2016, transfere da Casa Civil da Presidência da República para o Ministério da Defesa o Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia – CONSSIPAM. - Decreto nº 8.978, de 01 de fevereiro de 2017, aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Defesa, remaneja cargos em comissão e substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE. OBS: Apresenta o Quadro Resumo de Custos das Gratificações Temporárias SIPAM – GTS. - Decreto de 19 de julho de 2017, altera a Presidência do Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia – CONSSIPAM do Secretário Executivo da Casa Civil da Presidência da República para o Secretário-Geral do Ministério da Defesa, e altera a composição do Conselho.
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada
<ul style="list-style-type: none"> - Decreto nº 4.736, de 11 de junho de 2003 – Dispõe sobre as condições para a concessão das Gratificações Temporárias Sipam - GTS, criadas pelo art. 15 da Lei nº 10.667, de 14 de maio de 2003, destinadas a servidores requisitados ou designados pela Casa Civil da Presidência da República para desempenho de atividades no âmbito do Sistema de Proteção da Amazônia – SIPAM; - Portaria nº 857/MD de 28 de março de 2012 – Subdelega competência ao Diretor Geral do Censipam para praticar atos de concessão e cessação de Gratificação Temporária Sipam (GTS). - Portaria nº 865/Seori/MD de 30 de março de 2012 – Delega competência ao Diretor Geral do Censipam para adotar providências relativas a realização de concurso público. - Portaria Normativa nº 545/MD de 7 de março de 2014 – Aprova os procedimentos a serem adotados no que concerne a concessão de diária e passagem. (Alterada pela Portaria Normativa nº 775/MD de 28 de março de 2014). - Portaria nº 2.289/Censipam/MD de 27 de agosto de 2012 – Constitui a Comissão de Coordenação do Projeto de Implantação do Sistema de Cartografia da Amazônia. - Portaria nº 3.125/Seori/MD de 23 de novembro de 2012 – Subdelega competência ao Diretor Geral do Censipam para autorizar a concessão de diária e passagem.
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Prestadora de Contas - UPC
<ul style="list-style-type: none"> Plano Anual de Capacitação - PAC – 2017 Plano de Trabalho Anual - PTA – 2017 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO – Revisão 2016

2.3. Ambiente de atuação

O Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam) foi criado em 17 de abril de 2002 (Decreto 4.200) com objetivo de promover a proteção e o desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal, configurando assim o seu ambiente de atuação. Entretanto, a história de criação do Censipam começa em 1990, quando o governo federal dá os primeiros passos nas definições de concepção de um Sistema de Proteção da Amazônia, que foi denominado de SIPAM.

Na ocasião, a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR) e o então Ministério da Aeronáutica e o Ministério da Justiça apresentaram a Exposição de Motivos (EM) 194, de 21 de setembro de 1990, sobre o tema. A SAE foi responsável por formular um sistema com base integrada dos órgãos governamentais, promoção do desenvolvimento sustentável, proteção ambiental e repressão aos ilícitos na Amazônia.

Entre 1990 a 1992, o governo trabalhou na concepção do Projeto SIVAM/SIPAM. Em 1994, foi publicado um decreto que definiu as normas para a implantação do SIPAM, declarou-se o projeto de natureza estratégica e foi aprovado pelo Congresso Nacional o seu financiamento. Três anos depois (1997), o contrato do Projeto SIVAM (toda a infraestrutura tecnológica) entrou em vigor.

Em 1999, foi publicado o Decreto dispondo sobre o Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia (CONSIPAM), ligado à Casa Civil, com a atribuição de definir as diretrizes do SIPAM. Logo após a criação do CONSIPAM, nasce o Censipam, em 2002, vinculado à Casa Civil da Presidência da República, para gerenciar o SIPAM.

Portanto, o pleno funcionamento do SIPAM inicia-se em julho de 2002, com a inauguração do Centro Regional de Manaus e com a criação do Censipam, no mês de abril, para gerenciar o sistema. Logo após, foram inaugurados os Centros Regionais de Porto Velho, em 2003, e de Belém, em 2004. Em 2011, o Decreto 7424 transfere o Censipam da Presidência da República para o Ministério da Defesa.

A atual estrutura do Censipam é constituída por três Centros Regionais (CRs), localizados em Belém/PA, Manaus/AM e Porto Velho/RO e um Centro de Coordenação Geral (CCG) em Brasília/DF, conforme apresentado na Figura 1:

Centro de Coordenação Geral do
Censipam – Brasília / DF



Centro Regional de Belém / PA



Centro Regional de Manaus / AM



Centro Regional de Porto Velho / RO



Figura 1- Centro de Coordenação Geral e Centros Regionais

2.4. Organograma

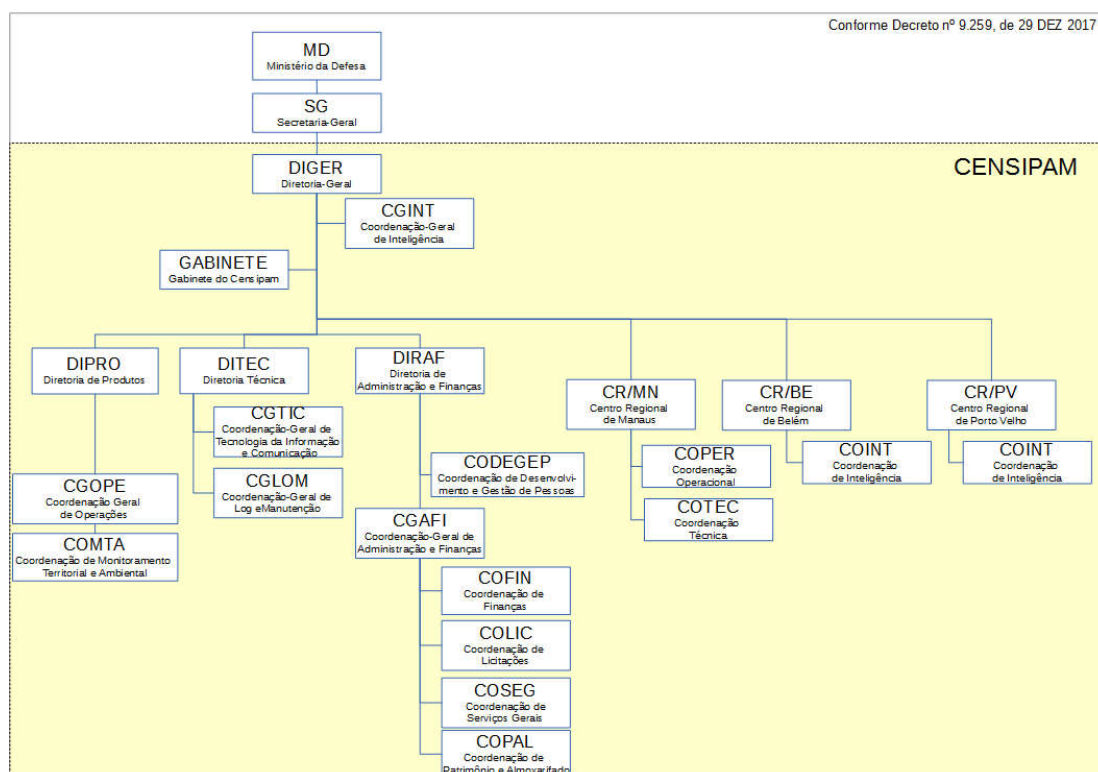


Figura 2- Organograma

2.5. Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Quadro 3- Informação sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Principais Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Diretoria-Geral (DIGER subordinada à Secretaria Geral/MD)	Assessorar o Ministro de Estado da Defesa e o Secretário-Geral nos assuntos relativos ao SIPAM; Realizar a gestão do Censipam como órgão com autonomia administrativa; Promover a integração institucional com os órgãos e entidades parceiras, com foco em ações cooperativas em prol das finalidades e objetivos do SIPAM; Desenvolver ações para evolução continuada do conceito do Sipam e do seu aparato tecnológico; Planejar e coordenar as ações necessárias à implementação das atividades administrativa, logística, técnica, operacional e de manutenção.	Rogério Guedes Soares	Diretor-Geral	08/05/2009 a atual

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Principais Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Gabinete (GAB subordinado à DIGER)	Assistir e prestar apoio ao Diretor-Geral e aos Diretores, realizando instrução de processos, elaboração de documentos, gerenciamento da agenda de compromissos e acompanhamento e transmissão das determinações emanadas no âmbito institucional.	Laura de Britto Perdigão de Souza	Chefe de Gabinete	14/09/2012 a atual
Coordenação-Geral de Inteligência (CGINT subordinada à DIGER)	Assessorar o Diretor-Geral propondo diretrizes, planejando, coordenando e implementando ações relativas à atividade de inteligência e contrainteligência no âmbito das unidades organizacionais do Censipam.	Ricardo Augusto Silvério dos Santos	Coordenador-Geral	25/04/2013 a atual
Diretoria de Administração e Finanças (DIRAF subordinada à DIGER)	Planejar, coordenar e emitir diretrizes e editar normas e regulamentos de gestão de pessoal, administrativa, financeira e patrimonial referentes às unidades organizacionais do Censipam, observadas as competências dos demais órgãos e unidades do Ministério da Defesa.	Vago	Diretor	16/08/2016 a 16/05/2017
		Luiz Felipe Linhares Gomes		17/05/2017 a atual
Coordenação de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas (CODEGEP subordinada à DIRAF)	Coordenar, supervisionar e executar as atividades relacionadas a área de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas	Gabriela Diniz Barbosa Veiga	Coordenador	Coordenação criada em 29/12/2017. Nomeação em 17/01/2018 a atual.
Coordenação-Geral de Administração e Finanças (CGAFI subordinada à DIRAF)	Coordenar e executar a gestão administrativa, financeira e patrimonial referentes às unidades organizacionais do Censipam.	Vago	Coordenador-Geral	03/12/2016 a 27/04/2017
		Fernando Bauer		28/04/2017 a Atual
Coordenação de Orçamento e Finanças (COFIN subordinada à CGAFI)	Coordenar e realizar a execução orçamentária e financeira, operacionalizando os atos e fatos de Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial por meio do SIAFI.	Jovellanos Alves Pereira da Costa	Coordenador	03/12/2016 a 04/07/2017
		Maria Helena Poletto		05/07/2017 a 06/02/2018
Coordenação de Serviços Gerais (COSEG subordinada à CGAFI)	Executar serviços relacionados a protocolo, arquivo, telefonia, transporte e demais serviços auxiliares.	Antônia Alves Assad	Coordenador	06/07/2012 a atual
Coordenação de Licitações e Contratos (COLIC subordinada à CGAFI)	Executar as atividades relacionadas às licitações e a execução dos contratos, além do acompanhamento do trabalho dos fiscais.	Ana Paula Nogueira Rigaud	Coordenador	05/08/2016 a 25/06/2017
		Mariana Maria de Freitas Cardoso Lima		26/06/2017 a atual
Coordenação de Patrimônio Almoarifado (COPAL subordinada à CGAFI)	Controlar as atividades de recebimento guarda e distribuição dos bens permanentes e de material de consumo; executar inventário físico e financeiro dos bens	Dimitri de Moura Iwanow	Coordenador	30/10/2008 a atual

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Principais Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
	patrimoniais e manter controle dos bens considerados inservíveis, propondo sua destinação mais adequada.			
Diretoria Técnica (DITEC subordinada à DIGER)	Realizar a governança de Tecnologia da Informação e Comunicação e de Logística e Manutenção Técnica.	Cristiano da Cunha Duarte	Diretor	30/10/2008 a atual
Tecnologia da Informação e Comunicação (CGTIC subordinada à DITEC)	Coordenar e implementar as ações necessárias a governança de Tecnologia da Informação e Comunicação.	Rafael Pinto Costa	Coordenador-Geral	01/06/2010 a atual
Coordenação Geral de Logística e Manutenção (CGLOM subordinada à DITEC)	Planejar, coordenar, avaliar e deliberar sobre os trabalhos desenvolvidos por equipes e indivíduos no âmbito da Coordenação Geral, além de assistir o Diretor Técnico no âmbito de sua atuação.	Carlos Daniel Police de Freitas	Coordenador-Geral	18/11/2016 a atual
Diretoria de Produtos (DIPRO subordinada à DIGER)	Planejar, executar, emitir diretrizes e editar normas e regulamentos, para: a) sistematização e fornecimento de informações operacionais; b) aquisição e análise de dados, imagens e informações; e c) planejamento, normatização e avaliação de projetos e atividades operacionais; d) planejar e coordenar a utilização dos sensores e antenas do SIPAM e definir os produtos decorrentes; e e) recepcionar demandas dos órgãos parceiros.	Péricles Riograndense Cardim da Silva	Diretor	10/06/2013 a atual
Coordenação Geral de Operações - (CGOPE subordinada à DIPRO)	Planejar e Coordenar as atividades operacionais do Censipam para a geração de produtos e serviços.	Edileuza de Melo Nogueira	Coordenador-Geral	05/08/2016 a atual
Coordenação de Monitoramento Territorial e Ambiental - subordinada à CGOPE)	Elaborar cenários a partir da análise e síntese da produção regional e dos serviços disponibilizados.	Ulisses Silva Guimarães	Coordenador	07/03/2017 a 19/06/2017
		Vago		20/06/2017 a 09/07/2017
		Cristina Aparecida Beneditti		10/07/2017 a atual
Gerência do Centro Regional de Manaus (subordinada à DIGER)	Gerenciar os recursos humanos, materiais, tecnológicos e carteira de produtos do Censipam no âmbito do Centro Regional.	Bruno da Gama Monteiro	Gerente	11/06/2007 a atual
Coordenação Técnica (GERÊNCIA/MN)	Coordenar e administrar a infraestrutura tecnológica no âmbito do Centro Regional.	Sebastião Lopes Bezerra Júnior	Coordenador	22/09/2015 a atual
Coordenação Operacional (GERÊNCIA/MN)	Coordenar as atividades operacionais no âmbito do Centro Regional para geração dos produtos e serviços.	Jorge Alberto Lopes da Costa	Coordenador	06/12/2016 a 17/08/2017
		Paula Ena de Almeida Conceição		18/08/2017 a

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Principais Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
				atual
Gerência do Centro Regional de Belém (subordinada à DIGER)	Gerenciar os recursos humanos, materiais, tecnológicos e carteira de produtos do Censipam no âmbito do Centro Regional.	Fábio Simão Luiz Oliveira	Gerente	24/03/2016 a atual
Coordenação de Inteligência (GERÊNCIA/BE)	Assessorar as atividades de inteligência e contra inteligência no âmbito do Centro Regional.	José Carlos de Araújo Neto	Assessor Militar	16/11/2016 a atual
Gerência do Centro Regional de Porto Velho (subordinada à DIGER)	Gerenciar os recursos humanos, materiais, tecnológicos e carteira de produtos do Censipam no âmbito do Centro Regional.	Carlos Alberto Canosa	Gerente	08/11/2016 a atual
Coordenação de Inteligência (GERÊNCIA/PV)	Assessorar as atividades de inteligência e contrainteligência no âmbito do Centro Regional.	Tokio Nakashima Filho	Assessor Militar	22/01/2013 a 16/01/2017
		Vago		17/01/2017 a 07/02/2017
		Clodoaldo Farias Furtado Filho		08/02/2017 a atual

2.6. Macroprocessos finalísticos

Quadro 4 - Informação sobre Macroprocessos finalísticos

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Comunicação via Satélite para apoiar políticas públicas na Região Amazônica	Disponibilização de terminais de comunicação fixos e transportáveis em apoio às instituições que atuam na região amazônica, buscando a integração digital e a troca de informações.	Serviço de comunicação de dados e voz, com conexão à Internet para acesso a sistemas governamentais.	MDS, TJ/AM, Exército Brasileiro (pelotões de fronteira), FUNAI, ICMBio, Polícia Federal.	CGTIC e CGLOM (Brasília), COTEC/MN e áreas técnicas de Belém e Porto Velho)
Apoio ao combate a ilícitos na Região Amazônica	Produção de conhecimento de inteligência pelos integrantes do SIPAM participantes do SISBIN, além de apoio ao planejamento e controle de operações dos órgãos que atuam no combate aos ilícitos.	Relatórios de inteligência, mapas temáticos, boletins meteorológicos, serviço de comunicação satelital de voz e dados, além da infraestrutura de apoio ao planejamento e controle nas instalações do CENSIPAM.	Ministério da Defesa; Ministério da Segurança Pública; Secretaria Geral da Presidência da República; IBAMA; ICMBio; FUNAI; Secretarias de Segurança Pública dos Estados da Amazônia Legal; ABIN; Polícia Federal; Polícia Rodoviária Federal; ANAC; ANM; ANTAQ.	CGINT (Brasília) e COINT (Belém, Manaus e Porto Velho)
Monitoramento Ambiental	Monitoramento de eventos da natureza.	Boletins, previsões, relatórios técnicos, alertas	Órgãos federais, estaduais e municipais.	Centro de Coordenação Geral e Centros Regionais.
Monitoramento Hidrometeorológico	Monitoramento da bacia amazônica.	Boletins, previsões, alertas e informes	Órgãos federais, estaduais e municipais.	Centro de Coordenação

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
		hidrometeorológicos.		Geral e Centros Regionais
Monitoramento Territorial	Monitoramento de uso e ocupação.	Mapas temáticos e cartográficos.	Órgãos federais, estaduais e municipais.	Centro de Coordenação Geral e Centros Regionais.

Macroprocesso: *Comunicação via Satélite para apoiar políticas públicas na Região Amazônica*

A instalação e a manutenção de terminais são realizadas através de planejamento e logística próprios do Censipam, que organiza durante o exercício, a execução de diversas missões de campo para atendimento a este parque de equipamentos.

Os resultados do exercício 2017 foram: 21 terminais instalados, 6 terminais retirados, 22 terminais realocados e 180 manutenções realizadas, em 56 missões de campo.

Principais insumos: Recursos humanos para compor equipes de manutenção e recursos financeiros para diárias, passagens e aquisição de material de consumo e permanente para manutenção do parque de antenas.

Principais fornecedores: **Star One S/A** – Fornecedora do segmento espacial do satélite Star One C1 que viabiliza a banda de comunicação para os terminais VSat.

Gilat do Brasil S/A – Fornecedora de todos os equipamentos, desde a Hub (equipamento central de controle) até as VSat (terminal de comunicação com antena), bem como fornecedora de serviço de suporte.

MS Telecom Ltda – Fornecedor que realiza o reparo dos equipamentos recolhidos pelas equipes de manutenção.

Principais parceiros externos à unidade:

Ministério do Desenvolvimento Social: parceria para disponibilização de 198 terminais de comunicação para viabilizar o Cadastro Único em localidades extremamente carentes da Amazônia, com rateio de despesas referentes à manutenção e disponibilização desses terminais.

Exército Brasileiro: cooperação para disponibilização de militares para compor equipe conjunta de manutenção, otimizando custos e prazos de atendimento.

Tribunal de Justiça do Amazonas: mais de 60 terminais para viabilizar o Programa de Justiça Digital no Amazonas, permitindo o trâmite online de processos que antes levavam semanas para tramitar da comarca ao tribunal.

Execução no exercício: O planejamento das missões é realizado pela Coordenação-Geral de Logística e Manutenção, sendo alocados recursos humanos do Censipam e de órgãos parceiros e custeadas diárias, passagens e suprimento de fundos para realização das missões. Os Projetos Básicos de missão de campo são propostos à Diretoria Técnica e encaminhados para aprovação do Diretor-Geral. Todas as informações pertinentes são incluídas no SCDP e após a realização da missão, a equipe envolvida elabora um relatório, prestando contas da execução da missão, e incluindo esse relatório no SCDP além de outros comprovantes exigidos ou necessários.

O principal óbice para apoio de comunicação via satélite aos parceiros do Sipam é a dificuldade de manutenção do parque distribuído na região, pois muitos se encontram em localidades inóspitas e completamente desprovidas de outro meio de comunicação confiável, que demanda equipe mobilizada e recursos para diárias, passagens e material de consumo.

A execução do macroprocesso foi muito prejudicada em 2017, pela restrição de diárias e passagens até o terceiro trimestre, o que impactou na capacidade de execução da manutenção, já que são realizadas, em sua maioria, pelas equipes próprias do Censipam ou equipes de órgãos parceiros custeadas pelo Censipam, o que afeta diretamente o indicador de operacionalidade do parque de VSAT.

Macroprocesso: *Apoio ao combate a ilícitos na Região Amazônica*

A Coordenação-Geral de Inteligência (CGINT) do CENSIPAM recebeu diversas demandas de Órgãos de Fiscalização e Controle para a participação de operações de combate de ilícitos durante o ano de 2017, quando através do emprego dos seus ativos de inteligência tecnológica contribuiu sobremaneira para o sucesso das mesmas.

Com a utilização da ferramenta de Planejamento e Controle de Operações (PLACON), a CGINT apoia os órgãos do Governo Federal e Estadual no combate aos ilícitos ambientais e narcotráfico, utilizando os instrumentos disponíveis: terminais VSAT (equipamento de comunicação via satélite), que facilitam as ligações entre os órgãos em Operações; equipes de apoio ao PLACON; Sistema de Gerenciamento de Pistas Aéreas; Software de análise e mineração de dados; e equipamento Radar de baixa altitude. O emprego destes ativos tem a finalidade de proporcionar a melhor tomada de decisão do órgão executante da missão preestabelecida pela autoridade competente.

Principais insumos: Recursos humanos para compor equipes de apoio em campo e recursos financeiros para diárias, passagens e aquisição de material de consumo e serviços em apoio às operações.

Principais fornecedores: A atividade de inteligência restringe a divulgação de algumas fontes em razão de seus trabalhos de cunho sigiloso, com o devido amparo legal.

Principais parceiros externos à unidade: ABIN – Agência Brasileira de Inteligência / MJ - Ministério da Justiça / MSP - Ministério da Segurança Pública / MMA – Ministério do Meio Ambiente / INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária / FUNAI – Fundação Nacional do Índio / PRF – Polícia Rodoviária Federal / SEMA – Secretarias de Meio Ambiente Estaduais, dentre outros.

Execução no exercício: Conforme estabelece a doutrina do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN), tendo como referência o Decreto nº 4872, de 06/11/2003, foram produzidos 1.141 (um mil cento e quarenta e um) produtos de inteligência na forma de relatórios, em proveito dos órgãos demandantes pertencentes ao referido Sistema e demais órgãos parceiros.

Macroprocesso: *Monitoramento Ambiental*

Descrição: Trata-se da geração de produtos e serviços relativos aos temas meteorologia, clima, hidrologia, focos de calor, descargas atmosféricas entre outros eventos da natureza.

Produtos e Serviços: Boletins meteorológicos, previsões meteorológicas, boletins climáticos, previsões climáticas, outros produtos de tempo e clima; focos de calor, relatórios técnicos de tempo e clima.

Principais Clientes: Os municípios da Amazônia Legal, órgãos federais, estaduais e municipais, em particular a Defesa Civil.

Subunidades Responsáveis: Centro de Coordenação Geral e Centros Regionais.

Execução no exercício: O Censipam gerou em 2017 o número de 13.052 boletins meteorológicos, 314.250 previsões meteorológicas, 36 boletins e previsões climáticas, 819 produtos especiais de tempo e clima, 12.711 relatórios de focos de calor e 20 relatórios técnicos de tempo e clima.

Macroprocesso: *Monitoramento Hidrometeorológico - SIPAMHidro*

Descrição: Trata-se de um sistema integrador de dados ambientais; meteorológicos e climáticos; de fluxo e vazão de bacias hidrográficas e de reservatórios das hidrelétricas; de descargas atmosféricas; e de sensoriamento remoto, que geram previsões e alertas de cheias, secas, enchentes e alagamentos na região.

Produtos e Serviços: boletins hidrometeorológicos, previsões hidrometeorológicas de curto prazo, previsões hidrometeorológicas de longo prazo e informes técnicos hidrológicos.

Principais Clientes: Os municípios da Amazônia Legal, órgãos federais, estaduais e municipais, em particular a Defesa Civil.

Subunidades Responsáveis: Centro de Coordenação Geral e Centros Regionais.

Execução no exercício: O Censipam gerou em 2017 o total de 430 boletins hidrológicos, 837 previsões hidrológicas de curto prazo e 42 de longo prazo, 114.250 previsões meteorológicas, 36 boletins e 25 informes especiais hidrológicos. Tais resultados foram obtidos a partir do lançamento do Sistema de Monitoramento Hidrometeorológico – SIPAMHidro, que integra dados com outras instituições.

Macroprocesso: *Monitoramento Territorial*

Descrição: Trata-se da geração de produtos e serviços relativos à dinâmica de uso e ocupação do território amazônico.

Produtos e Serviços: Mapas temáticos, alertas de desmatamento, atualização cartográfica terrestre, náutica e geológica.

Principais Clientes: Os municípios da Amazônia Legal, órgãos federais, estaduais e municipais. Civil.

Subunidades Responsáveis: Centro de Coordenação Geral e Centros Regionais.

Execução no exercício: O Censipam em 2017 gerou alertas de desmatamento, mapas temáticos e produtos cartográficos terrestres, a partir do processamento de 4.742.017 Km² de imagens óticas e de radar e da análise de 1.733.199 Km² de imagens óticas e de radar, aéreo e orbital.

3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

3.1. Planejamento organizacional

O planejamento estratégico do Censipam é estruturado a partir das definições de missão, visão e valores do órgão. Em seguida, há análises dos ambientes interno e externo e o mapeamento dos fatores críticos de sucesso. Por fim, são definidos objetivos estratégicos a serem atingidos no período 2012-2023. Os objetivos estratégicos estão distribuídos, no nível tático em ações estratégicas, então trabalhadas no nível operacional em metas e/ou etapas. No exercício de 2017, iniciou-se uma revisão do Planejamento Estratégico, com o objetivo de fazer sobretudo adequações em sua matriz SWOT. O quadro abaixo indica as principais etapas previstas para a revisão.

Principais Fases de Revisão do Planejamento Estratégico:

- ✓ Memorando-circular de convocação da revisão, expedido pelo Diretor-Geral, que preside o Comitê Gestor de Planejamento Estratégico
- ✓ Relatório de avaliação do plano atual, constante de avaliação qualitativa do planejamento estratégico até meados de 2017
- ✓ Análise Ambiental
- ✓ Validação das Declarações Estratégicas/ Metodologia
- ✓ Análise do ambiente interno (matriz SWOT)
- ✓ Análise do ambiente externo (matriz SWOT)
- ✓ Fixação de objetivos
- ✓ Análise de riscos
- ✓ Consulta aos colaboradores
- ✓ Avaliação da consulta/relatório final
- ✓ Elaboração de estratégias
- ✓ Programa de ação
- ✓ Indicadores
- ✓ Atos (revogação, marcos e publicação) de adequação
- ✓ Internalização do planejamento estratégico no CENSIPAM
- ✓ Alinhamento com demais instrumentos de planejamento, como o Plano Plurianual, o Plano de Trabalho Anual, dentre outros.

No que tange ao nível operacional, foram selecionadas as ações pertinentes ao exercício de 2017 e consolidadas em projetos, discutidas e referendadas no Plano de Trabalho Anual 2017.

O Censipam buscou como estratégia para a execução do programa de trabalho o fortalecimento da gestão por projetos e o aperfeiçoamento dos seus processos internos. A implantação da visão por projetos proporcionou melhores condições de otimizar a execução orçamentária, principalmente nos momentos de contingenciamentos e cortes orçamentários que ocorreram durante o ano.

Em relação aos indicadores, o item relativo à demonstração de resultados mostrará que houve um aumento no nível de informações, embora ainda haja dificuldade de captação de dados para a finalização de todos os indicadores aprovados. Por outro lado, o Plano de Trabalho Anual teve acompanhamento efetuado em nível orçamentário e financeiro, mas sem a fixação de metas físicas, o que deverá ser feito em 2018.

Desta forma, o programa de trabalho foi executado de acordo com os recursos financeiros, materiais e humanos disponíveis, levando à sociedade e aos parceiros institucionais os produtos e serviços definidos em sua missão institucional.

3.1.1. Descrição sintética dos objetivos do exercício

O planejamento estratégico estabeleceu os objetivos estratégicos do Censipam, que são:

1. Contribuir para otimização da capacidade de comando e controle do Ministério da Defesa.
2. Prover inteligência, planejamento e controle em apoio às operações de fiscalização e repressão contra ilícitos.
3. Apoiar o Desenvolvimento de Pesquisa Aplicada, Inovação e Formação de Competências Locais na Região Amazônica.
4. Fomentar a Articulação Internacional.
5. Ampliar e garantir a gestão efetiva dos recursos humanos, materiais, financeiros, do conhecimento, dos processos e da infraestrutura.
6. Apoiar as Políticas Públicas na Região Amazônica.
7. Fortalecer a Imagem Institucional.
8. Integrar e divulgar os conhecimentos gerados sobre a Amazônia.
9. Ser um centro de excelência em Sensoriamento Remoto.
10. Ser um centro de excelência em Apoio à Gestão Territorial e Ambiental na Região Amazônica.

As metas para o atingimento dos objetivos estratégicos, bem como a priorização das ações, constam do plano de trabalho anual do órgão, tendo, os principais serviços e produtos descritos, com valores aplicados de acordo com a LME de 2017. Destaca-se, subdivididos nos planos orçamentários, o custo operacional do órgão; o projeto de implantação de sistemas institucionais de gestão; o projeto de implantação do sistema de alerta hidrometeorológico – SIPAMHidro; o projeto Amazônia-SAR; a manutenção do sistema ADS-80; o custo operacional do serviço de logística e manutenção (missões de campo e VSAT); o custo operacional do serviço de comunicação de dados (RNP, Internet, Via Satélite, Telefonia fixa, Infovia e DDD); o projeto de aquisição de antivírus, o projeto de modernização de infraestrutura básica de TI e de HUB; custos operacionais de serviços de inteligência (IDSeg, Radar Saber 60, DGBM e HF/DF) e custos operacionais de processo de gestão.

3.1.2. Estágio de implementação do Planejamento Estratégico

A atividade permanente de planejamento estratégico do Censipam iniciou-se em 2008, com discussões profundas que resultaram no Planejamento Estratégico de 2008.

Em 2010, o Planejamento Estratégico foi revisto e atualizado, gerando o Planejamento Estratégico de 2010. Em 2012, após um novo esforço de reformulação do Planejamento Estratégico, principalmente decorrente da transferência do Censipam da Presidência da República para o Ministério da Defesa, foi elaborado o Planejamento Estratégico 2012-2023, com previsão de revisões anuais.

O planejamento estratégico do Censipam, portanto, encontra-se institucionalizado e em fase de execução, sendo a última revisão realizada em 2016, com a nova versão publicada e disponível na página de planejamento do Censipam na Internet, acessível em <http://www.sipam.gov.br/planejamento>.

Em julho de 2017 foi iniciada uma fase de revisão, focada especialmente na questão da matriz SWOT, diante da nova realidade orçamentária, e a gestão de riscos.

3.1.3. Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos.

A missão definida no Planejamento Estratégico do Censipam é a de promover a proteção da Amazônia Legal por meio da sinergia das ações de governo, da articulação, do planejamento, da integração de informações e da geração de conhecimento, com a visão de ser referência nacional e internacional na geração, integração, disponibilização e utilização de conhecimento aplicado ao ambiente amazônico.

Desde julho de 2017 o Planejamento Estratégico do Censipam passa por um processo de revisão, com previsão de conclusão no ano de 2018, tendo como etapas a revisão da validação das declarações estratégicas e da análise ambiental buscando a fixação de objetivos e de estratégias bem como a elaboração de programas de ação e indicadores com alinhamento com os planos táticos e operacionais. Ao término destas etapas prevê-se a elaboração dos atos administrativos e normativos, a internalização junto aos servidores e a implementação do planejamento em ferramenta informatizada de monitoramento.

Neste contexto, considerando as competências institucionais, os objetivos estratégicos do órgão e o Plano Plurianual, o planejamento do Censipam, resultando no seu Plano de Trabalho Anual, tem seus vínculos apresentados nos quadros a seguir:

Quadro 5 - Vinculação dos Planos da Unidade com as Competências Institucionais e Outros Planos

Objetivos Estratégicos	Competências Institucionais
<p>OE 1 – Contribuir para otimização da capacidade de comando e controle do Ministério da Defesa.</p> <p>OE 2 – Prover inteligência, planejamento e controle em apoio às operações de fiscalização e repressão contra ilícitos.</p>	<p>V - gerenciar a implementação de ações cooperativas, em parceria com órgãos e agências governamentais com atuação e interesse na área;</p> <p>VII - articular-se com os órgãos federais, estaduais, distritais, municipais e não governamentais para promover a ativação gradual e estruturada do SIPAM;</p> <p>VIII - desenvolver ações para atualização e evolução continuada do conceito e do aparato tecnológico do SIPAM;</p>
<p>OE 03 – Apoiar o Desenvolvimento de Pesquisa Aplicada, Inovação e Formação de Competências Locais na Região Amazônica.</p>	<p>III - fomentar e realizar estudos, pesquisas e o desenvolvimento de recursos humanos no âmbito de sua competência;</p>
<p>OE 4 – Fomentar a Articulação Internacional.</p> <p>OE 6 – Apoiar as Políticas Públicas na Região Amazônica.</p> <p>OE 7 – Fortalecer a Imagem Institucional.</p> <p>OE 8 – Integrar e divulgar os conhecimentos gerados sobre a Amazônia.</p> <p>OE 9 – Ser um centro de excelência em Sensoriamento Remoto.</p> <p>OE 10 – Ser um centro de excelência em Apoio à Gestão Territorial e Ambiental na Região Amazônica.</p>	<p>IV - coordenar, controlar e avaliar as ações e atividades relativas à ativação do SIPAM;</p> <p>V - gerenciar a implementação de ações cooperativas, em parceria com órgãos e agências governamentais com atuação e interesse na área;</p> <p>VI - supervisionar, coordenar e desenvolver as ações necessárias à implementação das atividades administrativa, logística, técnica, operacional e de manutenção, em apoio à atuação integrada dos representantes dos órgãos federais, estaduais, distritais, municipais e não governamentais, no âmbito do SIPAM;</p> <p>VII - articular-se com os órgãos federais,</p>

	<p>estaduais, distritais, municipais e não governamentais para promover a ativação gradual e estruturada do SIPAM;</p> <p>VIII - desenvolver ações para atualização e evolução continuada do conceito e do aparato tecnológico do SIPAM;</p> <p>X - encaminhar as recomendações do Consipam aos Ministérios e demais órgãos e entidades interessados;</p> <p>XI - articular-se com órgãos da administração federal, estadual, distrital e municipal e entidades não governamentais responsáveis pela execução das ações e das estratégias para a implementação das deliberações do Consipam, podendo firmar acordos, convênios e outros instrumentos necessários ao cumprimento dessas atribuições;</p> <p>XIII - implementar e operacionalizar as diretrizes do Consipam relacionadas com o Sipam</p> <p>XIV - coordenar ações relativas aos programas e projetos afetos ao SIPAM definidos pelo Consipam;</p>
<p>OE 5 – Ampliar e garantir a gestão efetiva dos recursos humanos, materiais, financeiros, do conhecimento, dos processos e da infraestrutura</p>	<p>III - fomentar e realizar estudos, pesquisas e o desenvolvimento de recursos humanos no âmbito de sua competência;</p> <p>VI - supervisionar, coordenar e desenvolver as ações necessárias à implementação das atividades administrativa, logística, técnica, operacional e de manutenção, em apoio à atuação integrada dos representantes dos órgãos federais, estaduais, distritais, municipais e não governamentais, no âmbito do SIPAM;</p> <p>VIII - desenvolver ações para atualização e evolução continuada do conceito e do aparato tecnológico do SIPAM;</p> <p>XV - realizar atos de gestão orçamentária e financeira das dotações sob sua responsabilidade;</p> <p>XVI - exercer as atividades de documentação, de suprimento e de serviços gerais necessárias ao desempenho de suas atribuições; e</p> <p>XVII - exercer as atividades de administração do patrimônio, de telecomunicações e de tecnologia da informação inerentes às áreas administrativas, técnica e operacional do Consipam.</p>

Quadro 6 - Vinculação dos Objetivos Estratégicos ao PPA

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	PPA			
	PROGRAMA	OBJETIVO	INICIATIVA	META
- OE 1 – Contribuir para otimização da capacidade de comando e controle do Ministério da Defesa. - OE 2 – Prover inteligência, planejamento e controle em apoio às operações de fiscalização e repressão contra ilícitos.	2058 – Defesa Nacional	1119 - Desenvolver e elevar capacidades nas áreas estratégicas da cibernética, nuclear, espacial e nas áreas de comunicações, comando e controle, inteligência e segurança da informação.	05O8 - Expansão dos meios tecnológicos de inteligência do Centro Gestor do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam) para suporte e integração dos órgãos de combate aos ilícitos na Amazônia.	Não há
- OE 03 – Apoiar o Desenvolvimento de Pesquisa Aplicada, Inovação e Formação de Competências Locais na Região Amazônica - OE 10 – Ser um centro de excelência em Apoio à Gestão Territorial e Ambiental na Região Amazônica.		1123 - Monitorar, controlar e defender o espaço terrestre, aéreo e as águas jurisdicionais brasileiras.	Não há	04GG: Ampliar o conhecimento cartográfico na Amazônia, atingindo o patamar de 1,8 milhão de km ² de área imageada.
- OE 8 – Integrar e divulgar os conhecimentos gerados sobre a Amazônia. - OE 6 – Apoiar as Políticas Públicas na Região Amazônica.		1125 - Cooperar com o desenvolvimento nacional, a defesa civil e as ações governamentais em benefício da sociedade.	05T9 - Expansão do monitoramento ambiental e territorial por meio de tecnologia radar. 05TA - Aprimoramento do uso da rede de telecomunicação via satélite, na Amazônia.	Não há
- OE 03 – Apoiar o Desenvolvimento de Pesquisa Aplicada, Inovação e Formação de Competências Locais na Região Amazônica. - OE 9 – Ser um centro de excelência em Sensoriamento Remoto. - OE 10 – Ser um centro de excelência em Apoio à Gestão Territorial e Ambiental na Região Amazônica.	2050 – Mudanças do Clima	1069: Desenvolver tecnologias para o monitoramento por sensoriamento remoto do desmatamento, uso da terra e ocorrência de queimadas e incêndios florestais e disseminar as informações geradas. (MCTI)	06NN: Construção de infraestrutura de recepção e processamento de dados satelitais de radar para ampliação do monitoramento da Amazônia.	047S - Ampliar a capacidade de monitoramento do desmatamento na Amazônia Legal de 290 mil km ² , 3 vezes ao ano, para 750 mil km ² , 5 vezes ao ano, por sensor radar no período de alta cobertura de nuvens.
- OE 10 – Ser um centro de excelência em Apoio à Gestão Territorial e Ambiental na Região Amazônica.	2040 – Gestão de Riscos	0173: Aumentar a capacidade de emitir alertas de desastres naturais por meio do aprimoramento da rede de monitoramento, com atuação integrada entre os órgãos Federais, Estaduais e Municipais. (MCTI)	05F5 – Aprimoramento do sistema de previsão de impactos e alerta de eventos climáticos extremos na Amazônia Legal.	Não há

3.2. Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos

O Censipam utilizou como estratégia para a execução do Planejamento Estratégico elementos da metodologia de gestão por projetos e de aperfeiçoamento dos seus processos internos, por meio do mapeamento iniciado em 2017. A implantação da visão por projetos proporcionou melhores condições de otimizar a execução orçamentária, principalmente nos momentos de contingenciamentos e cortes orçamentários que ocorreram durante o ano. Para a definição dos projetos e serviços são levados em consideração questões como alinhamento com o Planejamento Estratégico do Censipam, com o Planejamento Estratégico da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa, com a Estratégia Nacional de Defesa, com acordos celebrados no âmbito do Sipam, dentre outros.

O Planejamento Estratégico Institucional é, anualmente, desdobrado em ações para o período, que passam a integrar o Plano de Trabalho Anual – PTA, que tem as ações contempladas nas seguintes naturezas:

- ✓ Ações orçamentárias ligadas a contratos continuados;
- ✓ Ações orçamentárias ligadas a atividades existentes na instituição (custeio e investimento);
- ✓ Ações orçamentárias que representam novos projetos; e
- ✓ Ações não orçamentárias que demandam recursos humanos e materiais existentes.

A priorização das ações do PTA é realizada em reunião do Fórum de Dirigentes, a partir da apresentação de informações em planilha Excel elaborada pela Assessoria de Integração Institucional e preenchida pelas diretorias e coordenações-gerais responsáveis pelos projetos ou serviços, constando as seguintes informações: a) número do projeto ou serviço; b) plano orçamentário referente; c) nome do projeto ou serviço; d) demanda de valores em custeio e investimento; e) ajustes feitos durante a reunião do Fórum de Dirigentes e f) valor final. Isto posto, o PTA é executado de acordo com os recursos financeiros, materiais e humanos disponíveis, levando à sociedade e aos parceiros institucionais os produtos e serviços definidos em sua missão institucional.

O monitoramento da execução do planejamento e dos resultados ocorre por meio da utilização de planilhas Excel, elaboradas e monitoradas, pela Diretoria de Administração e Finanças, por meio da Coordenação de Finanças, tendo as informações apresentadas em reuniões ordinárias do Fórum de Dirigentes do Censipam, momento em que os responsáveis pelos projetos em desenvolvimento apresentam os principais resultados e pendências para definição de caráter estratégico dos rumos a seguir. Tais informações são registradas em atas e publicadas no SEI (Sistema Eletrônico de Informações), para conhecimento de todos os servidores, e as pendências são reapresentadas em reuniões subsequentes.

3.3. Desempenho orçamentário

A execução das atividades da unidade no exercício de 2017 foi realizada por meio da ação orçamentária: 20X4 - Manutenção do Sistema de Proteção da Amazônia – SIPAM: Ação 20X4: R\$ 41.301.432,00 oriundos da Fonte 100 e R\$ 22.718.113,00 provenientes da Fonte 181, totalizando R\$ 64.019.545,00.

No que se refere à Fonte 100, após o contingenciamento da LOA (R\$ 41.301.432,00), o LME foi estabelecido em R\$ 25.347.420,00, e ficou vigente até novembro, quando houve uma expansão de R\$ 590.000,00, e logo após, no início de

dezembro, uma liberação adicional de R\$ 700.000,00, o que elevou o LME ao patamar de R\$ 26.637.420,00. Desse montante foram empenhados recursos no valor de R\$ 26.495.605,22, correspondente a 99,47% do LME final.

A limitação de recursos levou a unidade a priorizar as despesas referentes às atividades-meio do Centro de Coordenação Geral (CCG), em Brasília, e dos Centros Regionais, decorrentes, principalmente, de contratos continuados, relativos aos serviços de energia elétrica, manutenção preventiva, vigilância, limpeza e outros serviços administrativos.

Foram implementadas iniciativas de reestruturação dos contratos continuados, com redução de mão de obra contratada, redução de postos, rescisão de contratos e recomendações para redução de consumo de energia elétrica e água. As liquidações, também, se concentraram nesses itens. Foram liquidados no exercício de 2017, valores da ordem de R\$ 19.119.005,58 e foram pagos R\$ 19.099.910,78.

No final do exercício, a dotação orçamentária para execução da Ação 20X4 na Fonte 100 permaneceu com o valor de R\$ 41.301.432,00. Enquanto na Fonte 181 o valor aumentou para R\$ 27.261.735, em função de crédito suplementar aprovado para fazer frente as despesas com a aquisição de antenas multissatelitais.

Em razão do contingenciamento, além do replanejamento da execução dos gastos e projetos do órgão, uma vez que até próximo ao final do ano o Limite de Movimentação e Empenho foi de R\$ 26.637.420,00, os recursos foram liberados na proximidade do término do exercício, de forma a requerer que uma parte expressiva dos projetos e atividades fosse enquadrada em Restos a Pagar.

3.3.1. Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

Quadro 7 - Ações relacionadas a Programa Temático do PPA de responsabilidade da UPC – OFSS

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		(X) Integral () Parcial				
Código		20x4 Tipo: Atividade				
Título		Manutenção do Sistema de Proteção de Amazônia – SIPAM				
Iniciativa						
Objetivo		Monitorar, controlar e defender o espaço terrestre, aéreo e as águas jurisdicionais brasileiras Código: 01123				
Programa		Defesa Nacional		Código: 2058		Tipo: Temático
Unidade Orçamentária		52101 – Ministério da Defesa				
Ação Prioritária		() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
64.019.545,00	68.563.167,00	53.723.454,21	19.197.379,43	19.178.284,63	19.094,80	34.526.074,78
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
Produto: Sistema mantido Período da captação: JAN-DEZ			unidade	Prevista	Reprogramada	Realizada
				1	1	1
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
20.907.506,28	12.919.233,98	1.942.858,48	Sistema mantido	1	1	

Das ações governamentais executadas pelo Censipam no exercício de 2017 conforme as ações previstas na LOA 2017, bem como quanto ao comportamento de suas execuções orçamentárias informamos:

✓ Ação 20X4 – tem por finalidade promover o funcionamento e a manutenção do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM), responsável pela produção e veiculação de informações técnicas pela proteção da Amazônia Legal, por meio da sinergia das ações de governo, da articulação, do planejamento, da integração de informações e da geração de conhecimento, na consecução de produtos e serviços de interesse estratégico das instituições governamentais e das comunidades amazônicas. Destina-se, também, ao funcionamento do Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM), gerenciando pelos órgãos de defesa do Brasil, com a finalidade de monitorar o espaço aéreo da Amazônia.

Ação 20X4 conta com os seguintes Planos Orçamentários (PO):

- 0001 – Cartografia da Amazônia Legal
- 0002 – Monitoramento Territorial
- 0003 – Monitoramento Ambiental
- 0004 – Telecomunicação Crítica, Tecnologia da Informação e Sensores
- 0005 – Capacitação de Recursos Humanos
- 0007 – Funcionamento e Manutenção do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia

As metas físicas e orçamentárias replanejadas para o PO 0001 – Cartografia da Amazônia Legal foram executadas. Ressalta-se que houve destaque de recursos orçamentários dos PO 0004 - Telecomunicação Crítica, Tecnologia da Informação e Sensores e 0007 - Funcionamento e Manutenção do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia, para o EB, a FAB e a CPRM, integrantes do TED de Cartografia, num valor total de R\$ 2.282.750,68. Para 2017, era considerado o aporte orçamentário de R\$ 24.920.249,00, no entanto, devido às restrições orçamentárias, foram aportados apenas R\$ 2.554.750,00 (10% do previsto) o que permitiu, apenas, a entrega em 2017, de 668 cartas temáticas. Considerando a baixa execução física e financeira no exercício e que o Termo de Execução Descentralizada se encerra em 2019, será preciso elaborar termo aditivo com vistas a possibilitar o cumprimento do objeto do TED.

Em relação ao PO 0002 – Monitoramento Territorial, cujos os recursos são em sua maioria provenientes da fonte 181, oriundos do BNDES – Fundo Amazônia, relacionados ao Projeto Amazônia SAR, no exercício de 2017 foram empenhados R\$ 27.227.848,99 da dotação orçamentária de R\$ 27.687.551,00 o que corresponde a 98,3%, o que possibilitou aquisição de duas antenas multissatelitais, consumo de imagens de satélites, e realização do 2º Seminário SAR. Para a aquisição das antenas, houve um aporte adicional de R\$ 4.543.622,00 da dotação original. A meta física planejada para o PO 0002 de 3.556.964 Km2 de mapas elaborados foi superada, com atingimento de 4.054.492 Km2 o que corresponde a 114% de execução física.

Em virtude do contingenciamento orçamentário não foi disponibilizado orçamento para a execução de ações de capacitação no PO 005, sendo assim, não há execução da meta física, nem valores empenhados e liquidados dentro do plano orçamentário. Porém ao longo de todo o ano de 2017, além da divulgação e incentivo ao corpo funcional para inscrições nos cursos gratuitos, oferecidos pela Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, foram realizadas parcerias com outros órgãos como Forças Armadas e MD, o que possibilitou a realização de 136 cursos/seminários, capacitando 61 servidores e militares.

RESUMO:

Ação 20X4 – R\$ 68.563.167,00

- Custeio – R\$ 38.929.385,00
- Investimento – R\$ 29.633.782,00
- Fonte 0100: R\$ 41.301.432,00
- Fonte 0181: R\$ 27.261.735,00

3.3.2. Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

A execução das atividades da unidade no exercício de 2017 foi realizada por meio da ação orçamentária: 20X4 - Manutenção do Sistema de Proteção da Amazônia – SIPAM: Ação 20X4: R\$ 41.301.432,00 oriundos da Fonte 100 e R\$ 22.718.113,00,00 provenientes da Fonte 181, totalizando R\$ 64.019.545,00.

No que se refere à Fonte 100, após o contingenciamento da LOA (R\$ 41.301.432,00), o LME foi estabelecido em R\$ 25.347.420,00, e ficou vigente até novembro, quando houve uma expansão de R\$ 590.000,00, e logo após, no início de dezembro, uma liberação adicional de R\$ 700.000,00, o que elevou o LME ao patamar de R\$ 26.637.420,00. Desse montante foram empenhados recursos no valor de R\$ 26.495.605,22, correspondente a 99,47% do LME final.

A limitação de recursos levou a unidade a priorizar as despesas referentes às atividades-meio do Centro de Coordenação Geral (CCG), em Brasília, e dos Centros Regionais, decorrentes, principalmente, de contratos continuados, relativos aos serviços de energia elétrica, manutenção preventiva, vigilância, limpeza e outros serviços administrativos.

Foram implementadas iniciativas de reestruturação dos contratos continuados, com redução de mão de obra contratada, redução de postos, rescisão de contratos e recomendações para redução de consumo de energia elétrica e água. As liquidações, também, se concentraram nesses itens. Foram liquidados no exercício de 2017, valores da ordem de R\$ 19.119.005,58 e foram pagos R\$ 19.099.910,78.

Os recursos orçamentários descentralizados não foram liquidados em sua totalidade em razão da proximidade do término do exercício, sendo enquadrados em Restos a Pagar, como é o exemplo do Programa Cartografia da Amazônia – PO 0001 Cartografia. Tal situação se aplica, também, a quase totalidade dos recursos da Fonte 181, destinados à aquisição de antenas multissatelitais, cuja licitação internacional ocorreu no final do exercício, bem como particularidades do processo de aquisição levaram a inscrição de restos a pagar dos valores envolvidos nessa licitação.

3.3.3. Restos a pagar de exercícios anteriores

No exercício de 2017 permaneceram registrados no SIAFI somente os Restos a Pagar respaldados por prorrogação de vigência.

Houve a necessidade de inscrever em Restos a Pagar Não Processados valores oriundos de emissões de notas de empenhos de contratos de serviços/aquisições emitidas no último trimestre do exercício em questão, não sendo possível liquidá-los no encerramento do exercício.

Quanto aos exercícios anteriores, por tratar-se de contratos de serviços específicos, os valores estão sendo geridos para providência referente ao pagamento ou cancelamento de RP.

Considerando que do limite financeiro autorizado para o órgão, deve-se deduzir o montante para atender os Restos a Pagar, bem como os valores previstos da execução do exercício corrente, o histórico de gasto demonstra que a liquidação do ano fica prejudicada, haja vista o valor expressivo inscrito como RP nos últimos 3 anos. Para evitar RP, o gestor

de Administração e Finanças deverá analisar as medidas cabíveis para reduzir os valores inscritos ao final dos próximos exercícios.

3.3.4. Ações não previstas na LOA do exercício – Restos a Pagar não Processados – OFSS

O Censipam não executou, no exercício e a título de restos a pagar não processados, ações não mais previstas na LOA do exercício de 2017, não se aplicando o quadro em questão.

3.3.5. Ações – Orçamento de Investimentos – OI

Não houve execução no Orçamento de Investimentos por parte do Censipam.

3.3.6. Análise Situacional

A limitação de recursos levou a unidade a priorizar as despesas referentes às atividades-meio do Centro de Coordenação Geral (CCG), em Brasília, e dos Centros Regionais, decorrentes, principalmente, de contratos continuados, relativos aos serviços de energia elétrica, manutenção preventiva, vigilância, limpeza e outros serviços administrativos. Foram implementadas iniciativas de reestruturação dos contratos continuados, com redução de mão de obra contratada, redução de postos, rescisão de contratos e recomendações para redução de consumo de energia elétrica e água. As liquidações, também, se concentraram nesses itens. Foram liquidados no exercício de 2017, valores da ordem de R\$ 19.119.005,58 e foram pagos R\$ 19.099.910,78.

A execução das atividades da unidade no exercício de 2017 foi realizada por meio da ação orçamentária: 20X4 - Manutenção do Sistema de Proteção da Amazônia – SIPAM. A Lei Nº 13.414, de 10/01/2017, consignou para as Ações vinculadas ao Censipam um montante de dotação da ordem de R\$ 64.019.545,00, sendo:

Ação 20X4: R\$ 41.301.432,00 oriundos da Fonte 0100 e R\$ 22.718.113,00,00 provenientes da Fonte 0181, totalizando R\$ 64.019.545,00.

No final do exercício, a dotação orçamentária para execução da Ação 20X4 na Fonte 100 permaneceu com o valor de R\$ 41.301.432,00. Enquanto na Fonte 0181 o valor aumentou para R\$ 27.261.735, em função de crédito suplementar aprovado para fazer frente as despesas com a aquisição de antenas multisatelitais.

Em razão do contingenciamento, além do replanejamento da execução dos gastos e projetos do órgão, uma vez que até próximo ao final do ano o Limite de Movimentação e Empenho foi de R\$ 26.637.420,00, os recursos foram liberados na proximidade do término do exercício, de forma a requerer que uma parte expressiva dos projetos e atividades fosse enquadrada em Restos a Pagar.

3.3.7. Execução descentralizada com transferência de recursos

Quadro 8 - Resumo dos Instrumentos Celebrados e dos Montantes Transferidos nos Últimos Três Exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia					
CNPJ:	07.129.796/0001-26					
UG/GESTÃO:	110551/00001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados			Montantes repassados no Exercício (em R\$ 1,00)		
	2017	2016	2015	2017	2016	2015
Convênio	0	0	0			
Contrato de Repasse	0	0	0			
Termo de Cooperação / TED	2	0	1	5.091.656,34	3.976.185,73	5.315.606,41
Termo de Compromisso	0	0	0			
Totais	2	0	1	5.091.656,34	3.976.185,73	5.315.606,41

Fonte: SIAFI Operacional

RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO/TED E DE CONTRATOS DE REPASSE.

Houve registro no SIAFI no exercício de 2017 da comprovação da execução pela Universidade Federal do Pará, referente ao Termo de Execução Descentralizado nº 682255.

SITUAÇÃO DA ANÁLISE DAS CONTAS PRESTADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA DO RELATÓRIO DE GESTÃO

Houve registro no exercício de 2017 da comprovação da execução pela Universidade Federal do Pará, referente ao Termo de Execução Descentralizado registro no SIAFI sob o nº 682255.

PERFIL DOS ATRASOS NA ANÁLISE DAS CONTAS PRESTADAS POR RECEBEDORES DE RECURSOS

O instrumento com vigência finalizada no exercício de 2017, firmado com a Agência Nacional de Águas (TED 680690) já está em processo de análise. Quanto ao instrumento firmado com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (TED 682494), não foi inicializado processo final de prestação de contas.

Quadro 9 - Caracterização Dos Instrumentos De Transferências Vigentes No Exercício De Referência

Posição em 31.12.2017

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DOSISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA									
CNPJ: 07.129.796/0001-26					UG/GESTÃO: 110511/00001				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
5	678770	153063 UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA	67.310,03		26.149,06	53.616,27	13/FEV/2014	12/FEV/2019	1
5	680690	443003 COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTOS E FINANÇAS/ANA	2.454.373,05		591.552,33	2.404.787,00	19/SET/2012	18/SET/2017	1
5	682151	153103 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	1.300.034,02		269.343,50	1.300.034,02	14/NOV/2014	13/NOV/2017	1
5	682255	153063 UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA	139.117,86		-	138.809,53	14/NOV/2014	13/FEV/2017	4
5	682494	153115 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	4.000.000,00		-	500.000,00	16/DEZ/2014	15/DEZ/2017	1
5	682509	120630 GRUPAMENTO DE APOIO DE MANAUS	5.424.369,12		1.115.309,31	1.596.441,09	15/SET/2014	14/SET/2019	1
5	685210	495001 COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS	19.237.370,65		2.282.750,68	7.981.102,68	17/NOV/2015	16/NOV/2019	1
5	681428	443003 COORDENAÇÃO DE ORÇAMENTOS E FINANÇAS/ANA	4.430.134,20		413.259,79	413.259,79	27/NOV/2017	20/NOV/2022	1
5	691625	364102 CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO	3.587.600,00		393.600,00	393.600,00	28/NOV/2017	27/NOV/2025	1
<p>LEGENDA</p> <p>Modalidade: 1 - Convênio 2 - Contrato de Repasse 3 - Termo de Cooperação 4 - Termo de Compromisso 5 - Termo de Execução Descentralizada</p> <p>Situação da Transferência: 1 - Adimplente 2 - Inadimplente 3 - Inadimplência Suspensa 4 - Concluído</p> <p>5 - Excluído 6 - Rescindido 7 - Arquivado</p>									

ANÁLISE CRÍTICA

Instrumento 680690: Termo de Cooperação que celebram a ANA, o MCTI, a AEB, o CNPq, o MD e o CENSIPAM tendo como objeto de regular a administração e o rateio de despesas do Complexo Administrativo situado no Setor Policial Sul - SPO. Esta cooperação é bem salutar para a administração pública, considerando que todas as despesas comuns são rateadas entre os partícipes, como limpeza, segurança, brigadista, entre outros, proporcionando grande economia de recursos para todos os órgãos, à luz dos princípios de economicidade e efetividade na gestão da cooperação. Não houve inadimplência na transferência dos recursos financeiros por parte do Censipam. Em razão do fim da vigência desse instrumento, com finalidade semelhante, foi firmado no final do exercício 2017 o TED de nº **691428**.

Instrumento nº 678770: Termo de Execução Descentralizada firmado entre o Censipam e a UFPA, tendo como objeto a Gestão e Manutenção da Rede Metropolitana de Pesquisa Metrobel. Esta rede proporciona ao Centro Regional de Belém internet em banda larga de alta velocidade, facilitando os trabalhos desenvolvidos pela área operacional. Pelo fato de a parceria ser administrada como um consórcio, sempre que mais membros venham a aderir à Rede Metrobel, o valor anual descentralizado é reduzido, fato este que vem sendo observado durante os anos de vigência do instrumento, demonstrando a efetividade de sua utilização. A transferência dos recursos financeiros é feita em uma única parcela anual e não houve inadimplência por parte do Censipam.

Instrumento nº 682151: Termo de Execução Descentralizada firmado entre o Censipam e a UFRN, tendo como objeto o Desenvolvimento de Estudos em Tecnologia da Informação e Modernização da Gestão Pública dos Sistemas SIPAC - Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos; SIGRH - Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos; SIGAdmin - Sistema Integrado de Administração e Comunicação. Os aplicativos gerados estão sendo instalados nas áreas correspondentes e facilitaram a gestão pública, demonstrando a efetividade da aplicação dos recursos. A UFRN presta todo apoio técnico e assegura a manutenção evolutiva dos sistemas. Não ocorreu atraso na descentralização dos recursos por parte do Censipam.

Instrumento nº 682255: Termo de Execução Descentralizada firmado entre o Censipam e a UFPA, tendo como objeto a Implantação de Modelo de Gestão de Competência no âmbito do Censipam. Os trabalhos foram concluídos no ano de 2016, e os resultados apresentados à Diretoria-Geral do Censipam. Não houve descentralização de crédito no exercício de 2016.

Instrumento nº 682494: Termo de Execução Descentralizada firmado entre o Censipam e a UFRJ, tendo como objeto a estruturação de ações especializadas definidas por meio de estudos técnico-científicos para a estruturação de ações especializadas relacionadas com as atividades executadas pelo Sistema de Proteção da Amazônia, relacionados a "Estudos das Potencialidades do Projeto de Cartografia da Amazônia", "Estudos e Monitoramento das Mudanças do Clima" e, "Modelo Logístico para Sustentação da Arquitetura Tecnológica do Sistema de Proteção da Amazônia". O custo total do TED é da ordem de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) que deverá ser repassado à UFRJ em parcelas anuais, durante a vigência dos 36 meses. Considerando que os trabalhos apresentados pelo UFRJ não estavam atendendo às expectativas qualitativas em relação aos produtos esperados, o Censipam não efetuou o repasse previsto para os

exercícios de 2016 e 2017. Em 2017 a UFRJ encaminhou os relatórios finais, aprovados pela Diretoria de Produtos, com previsão para entrega do financeiro em abril de 2018.

Instrumento nº 682509: Termo de Execução Descentralizada firmado entre o Censipam e CINDACTA IV, tendo como objeto Disciplinar o Fornecimento e Rateio das Despesas referentes ao Consumo de Energia Elétrica Contratada junto à Empresa Amazonas Energia do Sistema Eletrobrás, para o complexo de instalações CINDACTA IV e do CR-MN. Esta parceria é necessária considerando que apenas uma subestação de energia abastece todo o complexo, possuindo apenas um medidor geral de consumo de energia elétrica. Toda energia consumida pelo CR-MN é medida e o valor enviado pelo CINDACTA IV ao Censipam, para que se proceda à descentralização dos recursos financeiros, sendo que em 2017 não houve inadimplência por parte do Censipam.

Instrumento nº 685210: Termo de Execução Descentralizada firmado entre o Censipam, o Serviço Geológico do Brasil – CPRM, o Departamento de Ciência e Tecnologia – DCT do Exército Brasileiro, a Diretoria de Hidrografia e Navegação – DHN, da Marinha do Brasil, e o Estado-Maior da Aeronáutica – EMAER com o objetivo de realizar atividades conjuntas para a consecução do “Projeto de Implantação de Cartografia da Amazônia”. O Censipam é o responsável pela descentralização e controle dos recursos financeiros. Cada partícipe executa as metas previstas no respectivo ano com os recursos descentralizados. Devido aos cortes orçamentários ocorridos no ano de 2017, parte desses recursos deixou de ser descentralizado. Em razão desse Termo de Execução Descentralizada ter encerramento em 2019, será preciso elaborar termo aditivo com vistas a possibilitar o cumprimento do objeto do TED.

Instrumento nº 691625: Termo de Execução Descentralizada firmado entre o Censipam e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, tendo como objeto o desenvolvimento de projetos de pesquisa em Ciência, Tecnologia e Inovação, com vistas a qualificar recursos humanos para o Sistema de Proteção da Amazônia. A formação dessas competências ocorrerá no período de 8 (oito) anos (2018 a 2025), com a utilização de recursos financeiros do Censipam destinados ao pagamento de bolsas, e, também, despesas de capital e custeio por meio do sistema de fomento do CNPQ.

3.3.8. Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas

Após a celebração dos instrumentos atinentes aos termos de execução descentralizadas (TED) firmados entre o Censipam e outras entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, a unidade designa servidores para realizarem o acompanhamento e a fiscalização desses instrumentos, um fiscal e um fiscal substituto. Caso a complexidade do instrumento exija podem ser designados um maior número de servidores para o acompanhamento em questão.

Após o recebimento da comprovação da aplicação dos recursos, para os fins a que se destinam, os servidores designados para a fiscalização de cada instrumento analisam a documentação para averiguar a pertinência das informações prestadas. Caso seja aprovada a comprovação pelos servidores oficialmente designados para acompanhar o instrumento, o processo correspondente é enviado a seção de conformidade documental, onde é mais uma vez avaliado, se aprovado, o Censipam providencia o registro no SIAFI do Termo de Execução Descentralizada comprovado.

3.3.9. Informações sobre a realização das receitas

O balancete da UG – 110511 - Censipam/MD apresenta saldo registrado em conta de controle destinada à escrituração de receitas, conforme discriminados a seguir:

Quadro 10 - Receitas Escrituradas na UG Censipam

Conta Contábil	Natureza da Receita		
8.9.9.9.1.0.08.02	19100911	MULTAS E JUROS PREVISTOS EM CONTRATOS-PRINCIPAL	3.844,29
	19239911	OUTROS RESSARCIMENTOS-PRINCIPAL	4.722,90
	19909911	OUTRAS RECEITAS-PRIMARIAS-PRINCIPAL	1.259,22
Total			9.826,41

Conforme consulta realizada no SIAFI, as referidas receitas são oriundas de fontes de recursos do Tesouro Nacional. Esses recursos não representam entrada efetiva de recursos financeiros, pois são movimentados para o Tesouro Nacional.

Considerados os acordos celebrados por meio de Cessão de Uso das instalações do Censipam das unidades de Brasília, Belém, Manaus e Porto Velho, pelos órgãos parceiros, os mesmos repassam recursos referentes ao rateio das despesas conforme percentual estipulado, para que o Censipam efetue o pagamento das despesas relacionadas à manutenção e funcionamento das instalações cedidas. Utiliza-se, atualmente, a celebração do instrumento denominado Termo de Execução Descentralizada, conforme previsto no Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007. Para cada instrumento celebrado é nomeado um fiscal titular e substituto.

Além dos repasses recebidos, no quadro 11 são detalhadas também as receitas de sub-repasses recebidas para pagamento de despesas do orçamento de 2017.

Quadro 11 - Descentralizações Financeiras Recebidas por Órgão Concedente

Órgão		Recebido
20101	PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	746.635,67
20129	SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	1.162.077,59
30108	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL	8.921,15
30802	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL/MJ	304.244,27
32205	AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO	240.240,04
44207	INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE	1.535.112,37
52000	MINISTÉRIO DA DEFESA	37.786.640,46
53000	MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL	735.308,05
55000	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO	1.313.713,02
Total		43.832.892,62

3.3.10. Demonstrativo da execução das despesas

Quadro 12 - Demonstrativo da Execução das Despesas

Unidade Orçamentária: Ministério da Defesa		Código UO: 52101		UGO: 110407	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga		
	2017	2016	2017	2016	
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	13.311.770,17	13.620.581,09	13.311.770,17	13.620.581,09	
a) Convite					
b) Tomada de Preços	135.891,84	146.231,64	135.891,84	146.231,64	
c) Concorrência					
d) Pregão	13.175.878,33	13.474.349,45	13.175.878,33	13.474.349,45	
e) Concurso					
f) Consulta					
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas					
2. Contratações Diretas (h+i)	8.617.434,64	9.039.669,90	8.617.434,64	9.039.669,90	
h) Dispensa	3.011.759,39	4.172.119,33	3.011.759,39	4.172.119,33	
i) Inexigibilidade	5.605.675,25	4.867.550,57	5.605.675,25	4.867.550,57	
3. Regime de Execução Especial	52.281,26	60.835,50	52.281,26	60.835,50	
j) Suprimento de Fundos	52.281,26	60.835,50	52.281,26	60.835,50	
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	3.607.270,84	3.695.694,03	3.607.270,84	3.695.694,03	
k) Pagamento em Folha	3.122.784,39	3.514.472,21	3.122.784,39	3.514.472,21	
l) Diárias	177.152,21	181.221,82	177.152,21	181.221,82	
5. Outros (Não se aplica)	463.402,83	221.355,89	463.402,83	221.355,89	
6. Total (1+2+3+4+5)	25.744.825,50	26.638.136,41	25.744.825,50	26.638.136,41	

Fonte: Tesouro Gerencial

Quadro 13 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Total

Grupo de Despesa / Elemento de Despesa	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		Despesas Inscritas em RPNP		Despesas Pagas	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Ressarcimento de despesa de pessoal requisitado	3.122.784,39	3.869.131,19	3.122.784,39	3.514.472,21	-	354.658,98	3.122.784,39	3.514.472,21
Despesas de pessoal	3.122.784,39	3.869.131,19	3.122.784,39	3.514.472,21	-	354.658,98	3.122.784,39	3.514.472,21
Diárias- pessoal Civil	103.076,62	113.547,33	103.076,62	113.547,33	-	-	103.076,62	113.547,33
Diárias - pessoal militar	74.075,59	67.674,49	74.075,59	67.674,49	-	-	74.075,59	67.674,49
Material de consumo	1.679.220,49	407.081,87	847.016,85	166.550,20	832.203,64	240.531,67	847.016,85	166.550,20
Passagens e despesas com locomoção	264.130,24	135.105,12	165.315,73	113.883,97	98.814,51	21.221,15	165.315,73	113.883,97
Locação de Mão-de-obra	9.996.900,51	10.379.775,67	9.783.058,81	10.237.126,62	213.841,70	142.649,05	9.783.058,81	10.237.126,62
Outros serviços de terceiros PJ - Op. Int. Orc.	12.667.811,69	15.856.020,81	10.937.705,87	11.340.192,84	1.730.105,82	4.515.827,97	10.937.705,87	11.340.192,84
Obrigações Tributárias e contributivas	7.297,04	24.362,33	6.319,62	24.362,33	977,42	-	6.319,62	24.362,33
Despesas de exercícios anteriores	202.421,11	638.285,47	202.421,11	638.285,47	202.421,11	-	35.298,83	638.285,47
Indenizações e Restituições	35.298,83	24.231,98	35.298,83	24.231,98	35.298,83	-	202.421,11	24.231,98
Ressarcimento de despesas pessoais requisitado	307.334,24	82.437,43	307.334,24	52.986,33	307.334,24	29.451,10	307.334,24	52.986,33
Outras Despesas Correntes	25.337.566,36	27.728.522,50	22.461.623,27	22.778.841,56	22.461.623,27	4.949.680,94	22.461.623,27	22.778.841,56
Obras e Instalações	18.500,00	-	3.750,00	-	3.750,00	-	3.750,00	-
Equipamentos e material permanente	2.160.294,48	1.409.606,60	20.776,00	198.591,00	20.776,00	1.211.015,60	20.766,00	198.591,00

Grupo de Despesa / Elemento de Despesa	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		Despesas Inscritas em RPNP		Despesas Pagas	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Despesas de exercícios anteriores	135.891,84	146.231,64	135.891,84	146.231,64	135.891,84	-	135.891,34	146.231,64
Investimentos	2.314.686,32	1.555.838,24	160.417,84	344.822,64	160.417,84	1.211.015,60	160.407,34	344.822,64
Total	30.775.037,07	33.153.491,93	25.744.825,50	26.638.136,41	25.744.825,50	6.515.355,52	25.744.815,00	26.638.136,41

O percentual das despesas liquidadas em 2017 permaneceu em patamar semelhante ao exercício anterior, devido ao atraso na liberação de recursos da LOA que impactaram diretamente na definição dos projetos finalísticos, refletindo consideravelmente no andamento das licitações, que em grande maioria, findaram no final do exercício de 2017.

A maioria das despesas por dispensa de licitação referem-se aos gastos com energia elétrica, cujas contratações encontram-se amparadas no Art. 24, inc. 22, da Lei 8.666/93.

Quanto às despesas por Inexigibilidade, grande parte se reporta aos gastos vinculados ao plano orçamentário 0004 – Telecomunicação Crítica, Tecnologia da Informação e Sensores, referentes a contratação de cessão de capacidade espacial em satélite para comunicações digitais.

As despesas do grupo 1- Despesas de Pessoal referem-se aos ressarcimentos realizados a órgãos que cederam servidores, com a finalidade de tornar mais robusta a força de trabalho do Censipam.

No grupo 3 – Outras Despesas Correntes, os gastos se mantiveram estáveis, decorrentes dos esforços de não aumentar o valor dos serviços contratados. Assim como no exercício anterior, houve repactuações dos contratos que atenderam as alterações previstas em convenções coletivas da categoria.

Em relação ao grupo 4 – Investimentos, ocorreu declínio das despesas liquidadas nesse grupo de despesa.

3.3.11. Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento

O Censipam reconheceu dívidas de exercícios anteriores no montante de R\$ 338.212,95 observando o que rege a legislação.

Os pagamentos de despesas decorrentes de reconhecimento de dívidas impactam, dentre outras, a conta contábil 2.1.3.1.1.04.00 - CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS, a qual “registra os valores a pagar aos credores decorrentes de fornecimento de bens/materiais e da prestação de serviços, quando a empresa contratada for domiciliada no Brasil, mesmo que essa contratação seja por uma UG no exterior”.

Também há registro na conta contábil 6.2.2.9.2.01.04 - EMPENHOS PAGOS, a qual “registra o montante dos valores pagos, controlados por nota de empenho”.

No entanto, para identificar os pagamentos efetuados aos credores decorrentes de reconhecimento de dívidas, é necessário observar os pagamentos classificados no elemento de despesa 92 - Despesas de Exercícios Anteriores, que trata de despesas orçamentárias com o cumprimento do prescrito no art. 37 da Lei no 4.320/1964, que assim dispõe:

“Art. 37. As despesas de exercícios encerrados, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, com saldo suficiente para atendê-las, que não se tenham processado na época própria, bem como os Restos a Pagar com prescrição interrompida e os compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício correspondente, poderão ser pagos à conta de dotação específica consignada no orçamento, discriminada por elemento, obedecida, sempre que possível, a ordem cronológica”

Nos casos específicos de cada credor favorecido por pagamento decorrente de reconhecimento de dívidas, podem ser consultados os lançamentos contábeis gerados a partir dos documentos por meios dos quais forem feitos esses pagamentos.

Quadro 14 - Reconhecimento de Dívidas

FAVORECIDO – CNPJ / UG		NATUREZA OBRIGAÇÃO / CONTRATO	MOTIVO RECONHECIMENTO DE DÍVIDA	PRAZO PARA LIQUIDAÇÃO	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS PAGAS
10587618000153	AMAZONIA CLEAN LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA - ME	Serv. Limpeza e Conservação – Contrato 20/2011	Repactuação contratual	27/9/2017	41.653,32	41.653,32
84030964000172	ARCHITECH CONSULTORIA E PLANEJAMENTO LTDA	Elaboração de projetos básicos e executivo – Contrato 17/2014	Cancelamento automático de empenho de restos a pagar	26/12/2017	135.891,84	135.891,84
03591509000144	DLF ENGENHARIA COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA	Serviços de manutenção preventiva e corretiva – Contrato 08/2014	Repactuação contratual	17/03/2017	28.522,90	28.522,90
10760842000103	IMPERIAL VIGILANCIA & SEGURANCA PRIVADA LTDA - EPP	Serviço de segurança patrimonial – Contrato 43/2013	Repactuação contratual	13/11/2017	45.405,40	45.405,40
02295753000105	PROJEBEL SERVICOS COMERCIO LTD	Serviço de recepcionista – Contrato 16/2014	Repactuação contratual	06/11/2017	1.311,12	1.311,12
08220952000122	RCS TECNOLOGIA LTDA	Serviços de manutenção preventiva e corretiva – Contrato 14/2014	Repactuação contratual	17/03/2017	74.737,81	74.737,81
806030	SERPRO - SEDE - BRASILIA.	Empresa especializada na prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação TIC	Reconhecimento de dívida. Sem cobertura contratual	21/12/2017	10790,56	10790,56
TOTAL					338.312,95	338.312,95

3.4. Desempenho operacional

A análise de desempenho do CENSIPAM estrutura-se em **indicadores operacionais**, que permitem aferir, de forma global, o quão o SIPAM está operacional, em **indicadores de gestão**, que permitem integrar o desempenho gerencial com as metas institucionais, bem como os objetivos estratégicos da instituição, conformando, também, com os objetivos do Plano Plurianual em vigor, e em **indicadores de projeto**, que sinalizam o desempenho de projetos específicos do CENSIPAM relacionados com sensoriamento remoto e cartografia.

A classe de **indicadores operacionais** abrange os dois principais eixos que sustentam o SIPAM em termos de infraestrutura e operação, isto é:

- A conectividade (satélite, antenas e aparatos tecnológicos correspondentes), que determina três indicadores, a saber: disponibilidade da infraestrutura satelital, operacionalidade do parque de antenas e modernização da infraestrutura;
- Sensoriamento remoto e produtos de clima e tempo, que determinam dois indicadores: meteorologia, clima e hidrometeorologia e análise da dinâmica de uso e ocupação.

A classe dos **indicadores de gestão** foi dividida em áreas de modo a representar os objetivos do SIPAM, a fim de aferir o quão o seu operador está desempenhando suas metas, em diferentes níveis, de acordo com os recursos disponíveis, envolvendo, neste caso, eficiência e efetividade.

A seguir, é apresentado um panorama com a situação de implantação de cada indicador.

Quadro 15 - Indicadores de Gestão

INDICADOR/FÓRMULA DE CÁLCULO/METODOLOGIA	PERIODICIDADE	FONTE
INTEGRAÇÃO		
Cumprimento de metas do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações (PDTIC)	Anual	DITEC
Disponibilidade de <i>very small aperture terminals</i> (VSAT). Cálculo: $\text{Peso1} \times (\text{ativo} / (\text{ativo} + \text{inativo})) + \text{Peso2} \times (\text{operacional} / (\text{operacional} + \text{não operacional})) + \text{Peso3} \times (\text{ligado} / (\text{ligado} + \text{desligado}))$, onde $\text{Peso 1} + \text{Peso 2} + \text{Peso 3} = 1$	Semestral	DITEC
Gestão de chamados (<i>help desk</i>). Cálculo: Total de chamados atendidos (resolvidos)/Total de chamados. Global, apenas VSAT e apenas em assuntos de infraestrutura e serviços da rede corporativa (por centro e sede)	Semestral	DITEC
Disponibilidade e desempenho da rede (global, por centro e sede). Velocidade de <i>download</i> da demanda de pico e de vale e Velocidade de <i>upload</i> da demanda de pico e de vale	Anual	DITEC
Atualização e evolução da tecnologia do SIPAM. Recursos liquidados em compras e serviços	Anual	DITEC/DIRAF
Densidade de VSAT. Quantidade de VSAT/área de florestas, Quantidade de VSAT/área de não floresta, Quantidade de VSAT/ (área de floresta + área de não floresta) e Quantidade de VSAT para cada fim Amazônia Legal (predominante) (segurança e proteção ambiental, meteorologia, ordenamento territorial, pesquisa, outros fins)	Anual	DITEC
PRODUÇÃO, AVALIAÇÃO E DIFUSÃO DE DADOS E INFORMAÇÕES		
Cooperação. Número de cooperações firmadas e Número de cooperações concluídas sem aditivo de tempo ou recursos	Anual	NUIIN
Articulação. Número de municípios da Amazônia Legal contemplados com ações/total de municípios, Evolução do vazio cartográfico, Imageamento de áreas de não-florestas e Número de bacias da Amazônia Legal monitoradas	Anual	DIPRO
RECURSOS		
Força de trabalho. Número de estagiários/Número de não-estagiários (por centros regionais e sede), Número de servidores do quadro próprio em exercício/Número de servidores em exercício, Número de terceirizados/Número de servidores em exercício, Distribuição de servidores (por centros e sede), Dispêndio total em capacitação (exceto área de inteligência, técnica e de comunicação), total de capacitados (exceto área de inteligência, técnica e de comunicação) e Alcance de ações do Programa Qualidade de Vida	Anual	DIRAF
Compras e contratos. Tempo e quantidade das licitações, Número de viaturas paralisadas/Número de viaturas (centros regionais, mensal), Dispêndio com energia elétrica ao mês (global e distribuído), Quantidade de participantes por modalidade de licitação por certame, Número de aditivos de valor e Número de aditivos de tempo	Anual	DIRAF
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL		
Valor total empenhado/Valor total do limite orçamentário (anual, fonte 100)	Anual	DIRAF
Valor total liquidado/Valor total do limite orçamentário (anual, fonte 100)	Anual	DIRAF
Média dos Percentuais do PPA (anual, 2016-2019: iniciativas)	Anual	DIRAF
Número de participação em operações	Anual	CGINT
Pistas aéreas monitoradas	Anual	CGINT
Valor total liquidado/Valor total disponibilizado (anual, fonte não 100)	Anual	DIRAF
Ativação do SIPAM. Avaliação de formulário de demanda (tempestividade, grau de aderência e utilidade) e quantidade de produto do projeto garantido pela VSAT	Anual	DITEC

Além dos indicadores do Quadro 15, havia um conjunto relacionado à comunicação social, que foram abandonados, em face da desmontagem, com a recente extinção de cargos, da área de comunicação social própria do CENSIPAM, a qual foi transferida para a

Secretaria Geral. Essa parte envolvia performance em redes sociais, relacionamento com o cidadão e aplicação da Lei de Acesso à Informação (LAI).

Finalmente, os indicadores **de projeto**, são os citados logo adiante. Esses indicadores refletem a inserção do CENSIPAM em metas e objetivos do Plano Plurianual em vigor em correspondência com o objetivo estratégico 3 da Secretaria-Geral, para o qual o CENSIPAM contribui, isto é, o de “*aprimorar a capacidade de gerar informações em prol das ações de governo na Amazônia legal brasileira*” (OSG3):

- Índice de operacionalização do sistema integrado de alerta de desmatamento com radar orbital (IOSipamSAR), calculado da seguinte forma:

$$\text{IOSipamSAR} = \left\{ \left[\frac{\text{Área anual imageada em km}^2}{\text{meta anual da área imageada em Km}^2} \right] \times (\text{visitas anuais do satélite na mesma área de interesse} / \text{meta anual de visitas do satélite na mesma área de interesse}) \times 0,5 \right\} + \left\{ \left[\frac{\text{capacitação anual realizada}}{\text{meta anual de capacitação}} \right] \times 0,1 \right\} + \left\{ \left[\frac{\text{percentual anual de infraestrutura instalada}}{\text{meta anual de infraestrutura instalada}} \right] \times 0,4 \right\}.$$

Trata-se de um indicador de eficácia que se destina a mensurar a evolução operacional da implantação do projeto SipamSAR com base nos seguintes pilares: capacitação de recursos humanos; instalação de infraestrutura de recepção de imagens de satélite; e da operação, que envolve o processamento, catalogação, análise e interpretação de imagens para identificação do desmatamento. Está diretamente associado ao Objetivo PPA 1069/Meta 047S - Ampliar a capacidade de monitoramento do desmatamento na Amazônia Legal de 290 mil km², 3 vezes ao ano, para 750 mil km², 5 vezes ao ano, por sensor radar no período de alta cobertura de nuvens.

- Índice de cartografia da Amazônia (ICA), calculado da seguinte forma:

$$\text{ICA} = \left(\frac{\text{Área anual mapeada em km}^2}{\text{meta anual da área mapeada em Km}^2} \right) \times 100.$$

Trata-se de um indicador de eficácia que se destina a mensurar o desempenho do Projeto Cartografia da Amazônia (PCA). O PCA visa atingir ao final de 2019, 1.800.000 de km² de cartografia terrestre da região amazônica, cabendo ressaltar que já foram mapeados 1.355.400 km². Portanto, restam ser cartografados 444.600 km² de área cartografada terrestre.

3.4.1. Apresentação e análise de indicadores de desempenho

3.4.1.1. Indicadores Operacionais

Para o exercício de 2017 foram utilizados os indicadores constantes do Quadro 16.

Quadro 16 - Indicadores de Desempenho

Denominação	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Operacionalidade do parque de antenas	93%*	90%	84,2%	Mensal	Consulta da operacionalidade das antenas através do Portal de Informações de Manutenção
Modernização da Infraestrutura	59%*	75%	61%	Mensal	Média da razão entre idade de cada equipamento (patrimonial) e a vida útil/tecnológica esperada do mesmo (estimativa técnica de substituição/atualização do equipamento)
Meteorologia, Clima e Hidro meteorologia	Número de boletins, alertas e previsões (39.312)	39312 Und. /ano	127.381 Und.	Anual	Soma do número de boletins, alertas e previsões por dia.
Análise da dinâmica de uso e ocupação	Área territorial processada e analisada 6.000.000 km ²	6.000.000 km ² /ano	1.460.246,29 km ²	Anual	Soma da área das imagens de sensoriamento remoto aéreo e orbital processadas e analisadas no período

Apesar do forte contingenciamento, e de índice de operacionalidade mensal muito baixo durante o segundo e terceiros trimestres, que chegou a 66,1%, com o descontingenciamento no último quadrimestre, a equipe conseguiu recuperar muito da operacionalidade do parque de antenas, porém permaneceu bem abaixo do índice previsto, **pelo segundo ano consecutivo**. Vale ressaltar que tal oscilação mensal revela a precariedade no atendimento aos órgãos parceiros na região, que apenas podem ser atendidos com a disponibilidade de diárias, passagens e materiais de reposição.

O atingimento de 81% da meta de modernização da infraestrutura, que é baseada na evolução patrimonial, deveu-se ao corte orçamentário na LOA e, principalmente, ao forte contingenciamento, que impactaram todos os processos de aquisição e modernização. O quantitativo reduzido de servidores também impactou a capacidade da retomada dos processos quando do descontingenciamento no último trimestre de 2017. Assim, o indicador permaneceu em queda durante todo o ano de 2017, fechando em patamares próximos ao de 2013.

Indicador de operacionalidade do parque de antenas

Metodologia de cálculo (fórmula e descrição de variáveis)

A gerência da HUB (equipamento central de gestão do sistema satelital de comunicação VSAT) possui um software de gestão do sistema, o NMS, que controla todas as VSAT ligadas à HUB, e tem informações sobre a disponibilidade de cada uma das estações.

O PIM é um portal de informações de manutenção, desenvolvido pela equipe do Censipam, e uma das tarefas inclusas é a obtenção diária do status (operacional ou não operacional) de cada VSAT diretamente do NMS. Essa informação é armazenada no PIM e então disponibilizada para a equipe de manutenção.

A equipe de manutenção rotineiramente faz análise das informações coletadas e julga se a estação realmente está não operacional, operacional ou desligada, e registra o status definitivo no PIM.

A razão entre as VSAT operacionais e a soma das VSAT operacionais e não operacionais, dá o percentual de operacionalidade do parque de antenas:

$$O_{VSAT} = \frac{V_{Op}}{V_{Op} + V_{NOp}}, \text{ onde:}$$

O_{VSAT} é o indicador de operacionalidade do parque de antenas

V_{Op} é a quantidade de VSAT operacionais

V_{NOp} é a quantidade de VSAT não operacionais (com defeito)

As VSAT desligadas (por opção do usuário por não desejar mais utilizar o equipamento) não fazem parte do cálculo, pois são consideradas apenas para efeito logístico, ou seja, um equipamento que deve ser desmontado e retirado pela equipe de manutenção de campo o mais rápido possível.

Este indicador existe no Censipam há mais de 7 anos, no entanto, o novo PIM que foi desenvolvido pela equipe do Censipam foi implantado em 2014. Através dessa abordagem semi-automatizada, busca-se um indicador mais efetivo, transparente e acessível.

A única fonte de dados utilizada é a própria interface do PIM com as leituras de operacionalidade de cada VSAT. Periodicamente a equipe de manutenção atualiza o status das VSAT utilizando a informação constante das leituras.

Qualquer servidor habilitado pode verificar as leituras no PIM, no entanto, a decisão de atualizar o status definitivo da VSAT compete à Coordenação Geral de Manutenção Técnica, pois ela tem impactos técnicos, administrativos e logísticos. O sistema PIM, com a informação do indicador na tela inicial, é disponível a todos os servidores habilitados a utilizar o referido sistema.

Este indicador foi estabelecido no ano de 2008, no entanto a sua forma de cálculo sofreu alterações ao longo dos anos, pois as VSAT desligadas eram consideradas inicialmente como não operacionais, depois como operacionais e, finalmente em 2014, desconsiderada para todos os fins exceto os logísticos. Através dessas alterações, busca-se atualmente um indicador que reflita a real operacionalidade do parque, pois se um usuário decide não mais utilizar a estação e a mantém desligada por sua própria vontade, essa estação não pode ser considerada nem operacional, nem não operacional, pois se trata de um caso apenas de retirada imediata do equipamento para disponibilização a outro órgão parceiro que realmente possa fazer uso do sistema.

O PIM é um sistema informatizado de monitoramento do indicador, porém as metas não são monitoradas de forma informatizada. O registro do indicador é feito mensalmente em planilhas para acompanhamento do indicador e das metas.

A meta foi estabelecida levando em consideração a importância do sistema para as atividades do Censipam e dos órgãos parceiros na região Amazônica, as condições atmosféricas e climáticas da região e a extrema dificuldade de manutenção e de logística, além da reduzida equipe para realizar as manutenções.

A Coordenação Geral de Manutenção monitora constantemente as VSAT não operacionais e desligadas, realizando missões de manutenção de campo assim que possível para operacionalização ou retirada, conforme o caso, dos equipamentos. O indicador é utilizado como parâmetro de eficiência e ações de gestão são realizadas nos Centros Regionais quando se verifica quedas expressivas do indicador.

O indicador é utilizado como referência para manutenção de campo, sendo que decisões gerenciais específicas são tomadas assim que verificada variação acentuada do indicador (indisponibilidades das VSAT), com planejamento da missão de campo e execução da mesma, buscando promover o atingimento da meta. Não há documentação comprobatória dessas atividades gerenciais e operacionais ligadas ao indicador.

Quadro 17 - Operacionalidade do parque de antenas

Operacionalidade do parque de antenas (% periodicidade mensal)															
Ano	Ref	Prev	Obs*	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
2014	93	85	94,9	93	90	87	76	71	71	70	70	87	85	85	94,9
2015	93	85	87,6	91,4	85,8	92,9	91,3	86	86,6	83,9	79,5	83,8	88,2	90,2	91,3
2016	93	90	84,5	88,8	84,6	79,4	81,5	77,2	81,9	83,1	71,0	91,4	91,3	90,7	92,5
2017	93	90	84,2	80,0	85,1	87,1	87,1	85,6	81,9	83,9	66,1	84,1	85,2	90,4	94,7

* até 2014, o valor observado (Obs) era o medido no mês de dezembro. No entanto, a partir de 2015, o valor observado (Obs) é a média das medições mensais do ano considerado.

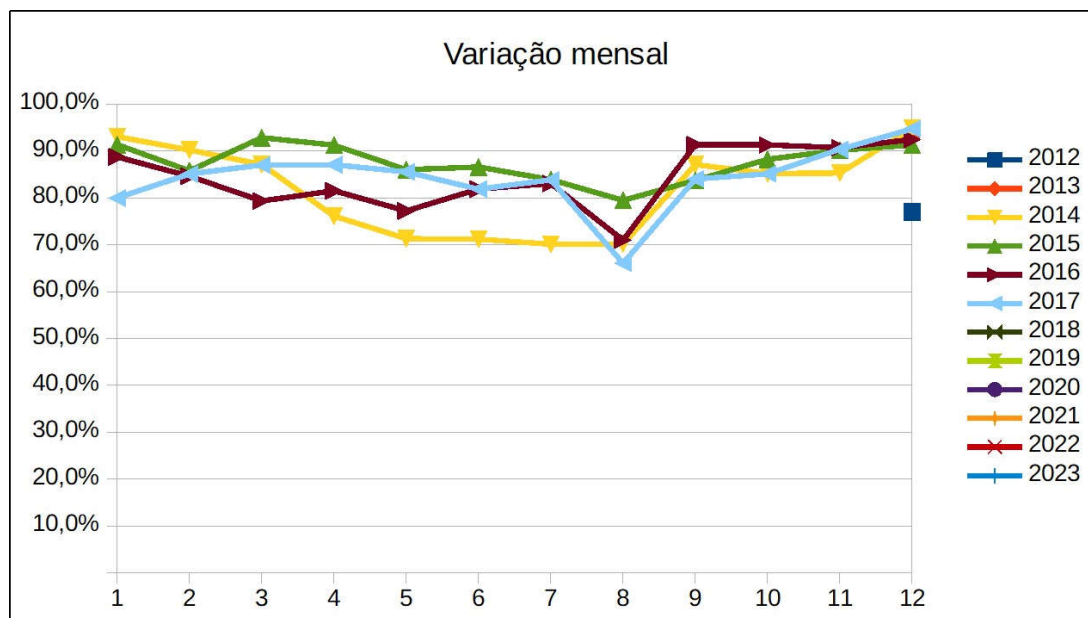


Figura 3 - Variação mensal dos indicadores

Indicador de modernização da infraestrutura

Metodologia de cálculo (fórmula e descrição de variáveis)

A infraestrutura de TIC e de sensores do Censipam é extensa, complexa, de alto custo e distribuída nos centros regionais e de coordenação-geral do Censipam e por toda região amazônica.

Pelas características próprias desses equipamentos, além da característica mais marcante da tecnologia atual, que é a rápida obsolescência, modernizações contínuas são necessárias para mantê-los atualizados e cumprindo o fim a que se destinam.

Para auxiliar no monitoramento da modernização, foi elaborada uma planilha que é alimentada pelo setor de patrimônio do Censipam, através de uma relação dos bens permanentes fornecida através do sistema SIADS com as seguintes informações relevantes: NÚMERO DE PATRIMÔNIO, CÓDIGO SIADS, DESCRIÇÃO DO MATERIAL, DATA e VALOR.

O NÚMERO DE PATRIMÔNIO é para cada item permanente, e o identifica exclusivamente. O CÓDIGO SIADS é um número que reflete o agrupamento de itens de um mesmo tipo (porém sem muita generalização), portanto a relação fornecida contém diversos itens com o mesmo CÓDIGO SIADS. A DATA reflete a data de tombamento no Censipam (e não a de aquisição ou de primeiro tombamento), e o VALOR reflete o valor de tombamento.

Uma premissa para a elaboração da planilha é que a infraestrutura fosse priorizada conforme a importância e/ou criticidade dos itens. Portanto foram estabelecidos 7 conjuntos genéricos, cada um deles com um peso específico, conforme a importância ou criticidade de modernização:

Quadro 18 - Conjunto de Tipos de Equipamentos com Peso Específico para Média

CONJUNTO	DESCRIÇÃO	PESO
A	Estações de trabalho	1
B	Impressoras e scanners	1
C	Servidores, storages e backup	2
D	Infraestrutura de rede local	3
E	Infraestrutura de telecomunicações	4
F	Sensores	4
G	Áudio e vídeo	2
H	Sistemas de software	4

Com essas informações, o objetivo é estabelecer um indicador que possa efetivamente demonstrar o grau de modernização desses equipamentos. Para composição desse índice de modernização da infraestrutura, utilizou-se a data de tombamento do equipamento, a projeção de vida útil do tipo do equipamento (prazo previsto para que o item se torne completamente obsoleto ou se degrade a tal ponto de inviabilizar sua manutenção), ressaltando que não se projetou vida útil para cada item, e sim, para itens do mesmo tipo.

Apenas para exemplificar a metodologia, a tabela obtida do setor de patrimônio para 2017, possui 8.412 itens, que foram agrupados em 238 tipos SIADS para estabelecimento de vida útil e de tipo de conjunto (de A a G). Além disso, tanto o conjunto

H quanto os serviços de evolução dos equipamentos (upgrade) são lançados manualmente como forma de registrar a modernização.

Um fator importante, e que foi considerado, é que o valor do equipamento é relevante quando do cálculo de qualquer média, pois, monitores de vídeo cujo valor fica em torno de R\$ 300,00, não podem ter o mesmo peso de servidores de alta desempenho que ultrapassam o valor de R\$ 200.000,00. Portanto, o próprio valor do equipamento foi utilizado como PESO no cálculo das médias.

Portanto, para cada grupo de tipos SIADS, o peso foi calculado através dos valores de cada item contido no grupo:

$$S_t = \sum_1^n V_n, \text{ onde:}$$

S_t: peso do grupo SIADS

n: quantidade de itens contida no grupo, ou seja, a quantidade de equipamentos do mesmo tipo SIADS.

V_n: o valor do item

Em seguida, a idade média dos itens dentro de cada grupo SIADS foi calculada:

$$I_t = \frac{\sum_1^n (H - P_n) V_n}{S_t}, \text{ onde:}$$

I_t: idade média, em dias, do grupo de materiais de mesmo tipo SIADS

n: quantidade de itens contida no grupo, ou seja, a quantidade de equipamentos do mesmo tipo SIADS.

H: data de hoje ou a data no tempo em que se quer verificar o índice

P_n: data de entrada do item no patrimônio

V_n: valor do item

S_t: peso do grupo SIADS

O índice de modernização para cada grupo SIADS:

$$M_t = \frac{U_t \cdot 365,4 - I_t}{U_t \cdot 365,4}, \text{ onde:}$$

M_t: índice de modernização do grupo de materiais de mesmo tipo SIADS

U_t: expectativa de vida útil do grupo de materiais de mesmo tipo SIADS

I_t: idade média, em dias, do grupo de materiais de mesmo tipo SIADS

Estabelecidos os índices de modernização para cada grupo SIADS, estes foram agrupados nos conjuntos de “A” a “G” conforme quadro 19.

Para cada conjunto é realizada uma média de modernização (M_a até M_g):

$$M_{a..g} = \frac{\sum_1^n M_t \cdot S_t}{\sum_1^n S_t}, \text{ onde:}$$

M_{a..h}: média de modernização do conjunto, realizada para os conjuntos de “a” até “g” individualmente.

n: quantidade de grupos SIADS pertencentes ao conjunto.

M_t: índice de modernização do grupo SIADS.

S_t: peso do grupo SIADS

Esclarecendo que na fórmula acima, dentro de um conjunto $M_{a..h}$ temos diversos grupos SIADS (por questões de cadastro patrimonial), portanto, o peso de cada grupo SIADS (S_i) foi utilizado novamente para equilibrar a média dos grupos SIADS dentro do conjunto. Caso contrário, todos os grupos SIADS dentro do conjunto seriam tratados igualmente e causaria incoerência em grupos contendo itens de valores muito diferentes de outros.

Como resultado por conjunto, temos os seguintes percentuais de modernização:

Quadro 19 - Percentuais de modernização dos conjuntos de tipos de equipamentos

CONJUNTO	DESCRIÇÃO	2016	2017
A	Estações de trabalho	62,41%	62,42%
B	Impressoras e scanners	57,33%	48,34%
C	Servidores, storages e backup	62,87%	55,59%
D	Infraestrutura de rede local	77,89%	72,35%
E	Infraestrutura de telecomunicações	72,41%	66,03%
F	Sensores	63,70%	61,51%
G	Áudio e vídeo	77,68%	62,08%
H	Sistemas de software	62,03%	50,37%

O cálculo do índice de modernização geral é realizado, portanto, através de uma média ponderada (com pesos estabelecidos no quadro 18):

$$M = \frac{M_a + M_b + 2 M_c + 3 M_d + 4 M_e + 4 M_f + 2 M_g + 4 M_h}{21}, \text{ onde:}$$

M: índice de modernização da infraestrutura de TIC e sensores do Censipam

M_a: é a média de modernização do conjunto de estações de trabalho

M_b: é a média de modernização do conjunto de impressoras e scanners

M_c: é a média de modernização do conjunto de servidores, storage e backup

M_d: é a média de modernização do conjunto de infraestrutura de rede local

M_e: é a média de modernização do conjunto de infraestrutura de telecomunicações

M_f: é a média de modernização do conjunto de sensores

M_g: é a média de modernização do conjunto de áudio e vídeo

M_h: é a média de modernização do conjunto de sistemas de software

Portanto, o índice de modernização da infraestrutura de TIC e sensores para o ano de 2017 foi de 61% (sessenta e um por cento).

Este indicador foi estabelecido no ano de 2014 substituindo outro que verificava a modernização de toda a infraestrutura, pois esse indicador utilizado não refletia de forma transparente, objetiva e acessível o índice de modernização.

As fontes de dados utilizadas são:

- Área de patrimônio: informações sobre os itens patrimoniais da área de tecnologia, quantitativos e a data de inclusão dos mesmos no patrimônio

- Área técnica: estimativa de vida útil para cada um dos tipos de itens (tipos SIADS) e informações sobre serviços de upgrade e sistemas de software.

Toda a informação obtida é incluída em uma planilha, para auxiliar nos cálculos. Uma vez incluída uma nova relação, facilmente podem ser obtidos os índices de modernização por tipos SIADS, por conjuntos (A a H) e índice de modernização da infraestrutura. Além disso, a planilha apresenta dados intermediários, como a idade média de tipos SIADS e conjuntos, bem como o valor patrimonial de tipos SIADS e conjuntos, além de outras informações que podem auxiliar na gestão.

Qualquer servidor pode verificar a data de inclusão no patrimônio e, qualquer servidor técnico habilitado pode estimar a vida útil do equipamento. O processamento é realizado em planilha e a divulgação é destinada aos gestores de TIC.

Este indicador foi estabelecido há alguns anos, com outra forma de cálculo, pois estimava as modernizações de cada conjunto de equipamentos de maneira quase subjetiva (percepção do gestor). Através dessas alterações, busca-se atualmente um indicador que reflita o real índice de modernização do parque, pois a idade do equipamento e sua vida útil, são indicadores objetivos de modernização. Para 2016, foi incluído o conjunto H (sistemas de software) e incluídos gastos com upgrade de equipamentos.

Não existe, no momento, sistema informatizado para monitoramento do indicador. O lançamento é efetuado em planilhas e o registro mensal do valor do indicador é feito na mesma planilha. A modernização efetivamente realizada visa atingir a meta estabelecida, no entanto, priorizações da alta administração e dificuldades orçamentárias e técnicas, normalmente alterar a forma de atuação e podem refletir negativamente no indicador, apesar dos esforços e investimentos.

A meta foi estabelecida calculando a situação atual e projetando um índice exequível e ao mesmo tempo desejável.

As decisões de modernização utilizam o indicador como parâmetro, porém são tomadas em razão do orçamento, equipe e prazos disponíveis. Quando o indicador apresenta desvios em relação à meta, os gestores discutem investimentos que podem ser realizados se houver orçamento disponível, ou se a meta deve ser reajustada para o ano seguinte.

O indicador é utilizado apenas como referência para decisões de modernização.

Quadro 20 - Modernização da infraestrutura

Modernização da Infraestrutura (% periodicidade mensal)															
Ano	Ref	Prev	Obs	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
2012	Dados obtidos pelo histórico patrimonial			64	64	64	63	63	62	62	62	61	61	60	65
2013				64	64	63	63	63	62	62	61	61	60	60	59
2014	59	69	75	59	58	58	69	68	68	68	71	70	70	73	75
2015	59	75	71	74	74	73	73	72	73	72	71	71	70	70	71
2016	59	75	68	70	69	68	68	67	67	66	65	70	69	69	68
2017	59	75	61	68	68	67	66	66	65	64	63	63	62	61	61

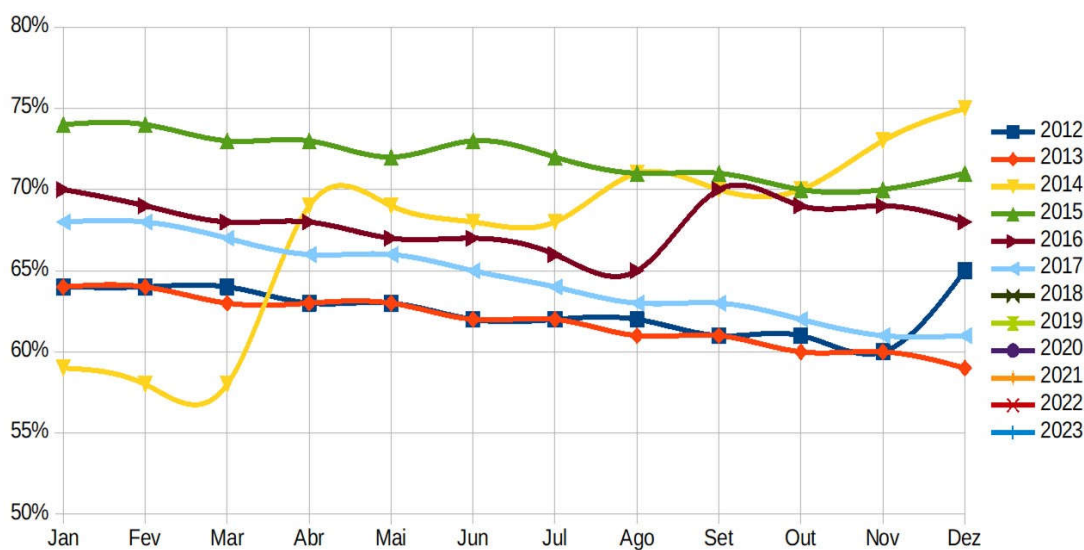


Figura 4 - Variação mensal dos indicadores de modernização da infraestrutura

3.4.1.2. Indicadores de gestão

O Quadro 21 apresenta os valores dos indicadores de gestão de 2017.

Quadro 21 - Indicadores de Gestão

INDICADOR	VALOR	OBSERVAÇÃO
INTEGRAÇÃO		
Cumprimento de metas do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações (PDTIC)	48,8%	O atingimento total da meta se concentrou no 2º semestre de 2017
Disponibilidade de <i>very small aperture terminals</i> (VSAT).	1º semestre = 84,8% 2º semestre = 85,4%	VSAT ativas e inativas. VSAT ativas, no conceito da manutenção técnica do Censipam, são aquelas que estão instaladas em campo. VSAT inativas, no conceito da manutenção técnica do Censipam, são aquelas que um dia existiram e foram retiradas, por isso sua informação é guardada apenas como histórico. O indicador calcula a relação entre as ativas e o total de ativas e inativas.
Disponibilidade de <i>very small aperture terminals</i> (VSAT).	1º semestre = 82,1% 2º semestre = 94,8%	VSAT operacionais e não-operacionais. VSAT operacionais são VSAT em pleno funcionamento e operação. VSAT não-operacionais são VSAT que demandam

		intervenção da equipe técnica para restaurar seu funcionamento normal. O indicador calcula a relação entre operacionais e o total de operacionais e não operacionais
Disponibilidade de <i>very small aperture terminals</i> (<i>VSAT</i>).	1º semestre = 90,0% 2º semestre = 91,8 %	<i>VSAT</i> ligadas e desligadas. <i>VSAT</i> ligadas são as <i>VSAT</i> que estão em uso pelo órgão parceiro. <i>VSAT</i> ligadas são as <i>VSAT</i> que estão em uso pelo órgão parceiro. <i>VSAT</i> desligadas são <i>VSAT</i> que, apesar de estarem em plenas condições de funcionamento, não estão em uso e foram desligadas pelo órgão parceiro.
Gestão de chamados (<i>help desk</i>).	Quadro 22	
Disponibilidade e desempenho da rede (global, por centro e sede).	Quadro 23	
Ativos legados em conectividade (atualização e evolução da tecnologia do SIPAM) no ano	Valor = R\$ 180.000,00 Ativos por pessoa = 0,0070 Ativos por km ² = 0,03588	Considerado como legado apenas obras e infraestrutura diretamente disponibilizada na região. Considerando apenas terminais de comunicação <i>VSAT</i>
Ativos legados em sensoriamento remoto, meteorologia, hidrologia e cartografia	Valor = R\$ 29.000.000,00 Ativos por pessoa = 1,32 Ativos por Km ² = 5,6	Inclui serviços, recursos em capacitação e outros gastos intermediários da ação.
Densidade de <i>VSAT</i>	Quadro 24	
PRODUÇÃO, AVALIAÇÃO E DIFUSÃO DE DADOS E INFORMAÇÕES		
Número de cooperações firmadas	7	
Articulação. Número de municípios da Amazônia Legal contemplados com ações/total de municípios, Evolução do vazio cartográfico, Imageamento de áreas de não-florestas e Número de bacias da Amazônia Legal monitoradas	160	Distribuídos nos estados do Amazonas, Acre, Amapá, Para, Rondônia, Roraima são contemplados por ações que realizadas por projetos e atividades de Meteorologia, Hidrologia, Cartografia, Malha Viária, Amazônia SAR, Suscetibilidade e Programa de Monitoramento de Áreas Especiais. Obs. Não estão contabilizados os municípios dos Estados do Mato Grosso, Maranhão e Tocantins.
RECURSOS		
Força de trabalho. Número de estagiários/Número de não-estagiários (por centros regionais e sede),	Quadro 25	

Número de servidores do quadro próprio em exercício/Número de servidores em exercício, Número de terceirizados/Número de servidores em exercício, Distribuição de servidores (por centros e sede), Dispêndio total em capacitação (exceto área de inteligência, técnica e de comunicação), total de capacitados (exceto área de inteligência, técnica e de comunicação) e Alcance de ações do Programa Qualidade de Vida	
Compras e contratos. Tempo e quantidade das licitações, Número de viaturas paralisadas/Número de viaturas (centros regionais, mensal), Dispêndio com energia elétrica ao mês (global e distribuído), Quantidade de participantes por modalidade de licitação por certame, Número de aditivos de valor e Número de aditivos de tempo	Figura 5
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	
Média percentual da execução física do Plano de Trabalho Anual definido para a área de inteligência	100 % 79 de 79 relatórios
Média percentual da execução física do Plano de Trabalho Anual definido para a área de tecnologia	48,8%
Média percentual da execução financeira do Plano de Trabalho Anual definido para a área de tecnologia (liquidado)	62,5%
Percentual da execução financeira do Plano de Trabalho Anual definido para a área de produtos (apenas recursos da União)	100%
Percentual da execução financeira do Plano de Trabalho Anual definido para a área de produtos (apenas recursos da União)	100%
Número de pistas contempladas por dados e informações CGINT (localização de pistas)	452 Pistas com indícios de irregularidade levantadas no ano de 2017
Percentual físico de alcance das seguintes metas (individualizadas):	
META 1 - Modelagem e implementação do banco de dados Hidrometeorológico.	META 1 - 100%
META 2 - Modelagem hidrológica de grandes bacias hidrográficas.	META 2 - 74%
META 3 - Modelagem hidrológica de bacias urbanas.	META 3 - 63%
META 4 - Modelagem digital do terreno.	META 4 - 32%
META 5 - Estudo da climatologia e características das tempestades tropicais utilizando dados de radares meteorológicos.	META 5 - 20%
META 6 - Caracterização dos fatores climáticos e aspectos meteorológicos.	META 6 - 0%
META 7 - Modelagem numérica de mesoescala aplicada ao monitoramento e previsão de eventos extremos.	META 7 - 0%
META 8 - Desenvolvimento de aplicações customizadas para execução dos processos e geração dos produtos.	META 8 - 90%

Quadro 22- Gestão de Chamados (help desk)

Total de chamados atendidos (help desk) por classe – CCG	1º Sem	2º Sem
Apenas VSAT	23,7	5,3
Infraestrutura	33,2	44,2
Serviços da rede corporativa	5,7	9,0
Sistemas	36,8	40,5
Outros	0,6	0,9
Total de chamados (help desk) por classe – CCG	1º Sem	2º Sem
Apenas VSAT	23,7	5,3
Infraestrutura	33,2	44,2
Serviços da rede corporativa	5,7	9,0
Sistemas	36,8	40,5
Outros	0,6	0,9
Total de chamados atendidos (help desk) por classe – CR/MN	1º Sem	2º Sem
Apenas VSAT	8,8	3,7
Infraestrutura	14,5	15,6
Serviços da rede corporativa	52,2	43,9
Sistemas	21,9	24,2
Outros	2,7	12,6
Total de chamados (help desk) por classe – CR/MN	1º Sem	2º Sem
Apenas VSAT	10,0	3,7
Infraestrutura	14,6	15,6
Serviços da rede corporativa	49,8	43,9
Sistemas	22,7	24,2
Outros	2,9	12,6
Total de chamados atendidos (help desk) por classe – CR/BE	1º Sem	2º Sem
Apenas VSAT	0,9	0,5
Infraestrutura	48,4	50,5
Serviços da rede corporativa	23,9	22,8
Sistemas	26,5	26,2
Outros	0,2	0,0
Total de chamados (help desk) por classe – CR/BE	1º Sem	2º Sem
Apenas VSAT	0,9	0,0
Infraestrutura	47,6	51,4
Serviços da rede corporativa	23,4	22,9
Sistemas	27,7	25,7
Outros	0,4	0,0
Total de chamados atendidos (help desk) por classe – CR/PV	1º Sem	2º Sem
Apenas VSAT	14,7	30,8
Infraestrutura	23,8	35,5
Serviços da rede corporativa	18,5	5,7
Sistemas	42,9	28,0

Outros	0,0	0,0
Total de chamados (help desk) por classe – CR/PV	1º Sem	2º Sem
Apenas VSAT	14,7	32,0
Infraestrutura	23,8	34,0
Serviços da rede corporativa	18,5	4,1
Sistemas	42,9	29,9

Quadro 23 - Disponibilidade e Desempenho da Rede

	Anual
Demanda de pico (Internet CCG)	
Velocidade de download da demanda de pico (Internet CCG)	142,70
Velocidade de upload da demanda de vale (Internet CCG)	0,00
Velocidade de download da demanda de pico (Internet CRMN)	97,29
Velocidade de upload da demanda de vale (Internet CRMN)	53,40
Velocidade de download da demanda de pico (Intercentros CRMN)	0,00
Velocidade de upload da demanda de vale (Intercentros CRMN)	0,00
Velocidade de download da demanda de pico (Internet CRBE)	86,49
Velocidade de upload da demanda de vale (Internet CRBE)	44,42
Velocidade de download da demanda de pico (Intercentros CRBE)	66,22
Velocidade de upload da demanda de vale (Intercentros CRBE)	19,52
Velocidade de download da demanda de pico (Internet CRPV)	47,66
Velocidade de upload da demanda de vale (Internet CRPV)	44,15
Velocidade de download da demanda de pico (Intercentros CRPV)	45,47
Velocidade de upload da demanda de vale (Intercentros CRPV)	35,94
TOTAL	611,90

Quadro 24 - Quantidade de VSAT correlacionada com fins

Aplicação da VSAT	1º Sem	2º Sem	Ano
Segurança	118	116	116
Proteção Ambiental	17	16	16
Meteorologia	29	29	29
Ordenamento Territorial	198	205	205
Pesquisa	11	11	11
Bolsa Família	181	188	188
TOTAL	554	565	565

Quadro 25 - Recursos Gestão de Pessoas

INDICADORES DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017 - CODEGEP						
DADOS	PERÍODO APURAÇÃO	CCG	CR-MN	CR-BE	CR-PV	TOTAL
Número de Estagiários por Centros Regionais e Sede	2017	15	16	15	16	62
Número de não Estagiários por Centro Regional e Sede		126	135	107	94	462
Número de Servidores do quadro próprio em exercício		8	12	12	9	45
Distribuição de Servidores por Centro e na Sede		80	55	45	38	218
Número de Servidores em exercício		-	-	-	-	218
Número de Terceirizados		-	-	-	-	245
Total de Pessoas Capacitadas sem gastos para o Censipam		25	9	23	32	89
Número total de Servidores que foram desligados		-	-	-	-	19

INDICADORES COLIC 2017								
PREGÃO								
DADO	TEMPO EM DIAS FRACIONADO, INÍCIO A HOMOLOGAÇÃO (DIAS)	COTAÇÃO	ENVIO CONJUR	SANEAMENTO CONJUR	RECURSOS IMPUGNAÇÕES	ADIUDICAÇÃO-HOMOLOGAÇÃO	PARTICIPANTES	RESULTADO
01/2017	221	21	57	57	1	6	44	R\$ 464.000,00
03/2017	128	4	4	45	41	3	25	R\$ 77.937,79
05/2017	175	111	25	13	18	1	81	R\$ 149.977,80
06/2017	130	2	37	53	21	2	62	R\$ 118.026,00
09/2017	513	118	41	92	30	124	10	R\$ 500.000,00
12/2017	132	31	36	28	4	36	36	R\$ 159.305,26
13/2017	92	12	21	60	15	2	35	R\$ 78.479,76
15/2017	161	78	31	9	23	1	35	R\$ 163.899,84
20/2017	74	8	34	14	8	2	86	R\$ 454.428,76
28/2017	712	121	41	92	2	3	10	R\$ 335.000,00
SUBTOTAL	2338	506	327	463	163	180	424	R\$ 2.501.055,21
DISPENSA								
DADO	TEMPO EM DIAS FRACIONADO, INÍCIO A HOMOLOGAÇÃO (DIAS)	COTAÇÃO	ENVIO CONJUR	SANEAMENTO CONJUR	RECURSOS IMPUGNAÇÕES	ADIUDICAÇÃO-HOMOLOGAÇÃO	PARTICIPANTES	RESULTADO
10/2017	4	1					3	R\$ 107.879,40
14/2017	50	3	40	26			3	R\$ 214.503,36
30/2017	118	17	34	28			3	R\$ 1.100.000,00
41/2017	52	18	12	5			3	R\$ 14.750,00
51/2017	69	1	32	29			3	R\$ 720.000,00
SUBTOTAL	293	40	118	88			15	R\$ 2.157.132,76
INEXIGIBILIDADE								
DADO	TEMPO EM DIAS FRACIONADO, INÍCIO A HOMOLOGAÇÃO (DIAS)	COTAÇÃO	ENVIO CONJUR	SANEAMENTO CONJUR	RECURSOS IMPUGNAÇÕES	ADIUDICAÇÃO-HOMOLOGAÇÃO	PARTICIPANTES	RESULTADO
01/2017	596	203	52	229			3	R\$ 165.196,08
02/2017	50	22	12	5			3	R\$ 36.000,00
03/2017	212	50	55	27			3	R\$ 610.798,20
07/2017	341	321	4	10			3	R\$ 614.881,00
SUBTOTAL	1199	596	123	271			12	R\$ 1.426.875,28

Figura 5 - Indicadores Colic

A análise dos indicadores se dará por comparação com os dados do ano de 2016, perfazendo o ano de 2017 o segundo ponto da série. Quando se tratar do primeiro ano de

apuração, será observado. Deve-se ressaltar que a análise dos indicadores requer uma reflexão em relação à temática.

Em relação ao primeiro tema, integração, os indicadores de gestão tiveram uma melhoria considerável em relação ao ano de 2016. Mesmo os pontos que não superaram o percentual anterior ficaram estáveis. A disponibilidade, em geral, de sinal, propiciada pelo parque de VSAT mais do que dobrou, na maioria dos índices, a cada semestre, e o valor de ativo legado teve um aumento de quase 20 vezes. Provavelmente, o fator determinante foi a aquisição das duas antenas de recepção de dados multisatelitais, integrantes do SIPAM SAR, as quais abrem uma frente de processamento futuro de dados, pelo que irão receber, extraordinariamente, o que possivelmente demandará mais ainda o aumento de ativos legados nas regiões de jurisdição do CENSIPAM, mas não só. Houve uma pequena queda (cerca de 20%) de ativos legados em conectividade, mas isso se deveu às oscilações de orçamento. Também, a performance em geral de rede teve uma queda geral em torno de 10%, o que impacta de maneira negativa na conectividade. Por exemplo, na manipulação de imagens, que requer a transferência de imagens para as máquinas. Por fim, verifica-se que a infraestrutura de conectividade correlacionada com as finalidades do CENSIPAM aumentou.

Quanto ao tema produção, avaliação e difusão de dados e informações, verifica-se uma aplicação ainda modesta do CENSIPAM neste campo, e houve mesmo uma diminuição não apenas de municípios abrangidos pelas ações (queda de cerca de 50%), como também das cooperações firmadas.

Relativamente ao tema recursos, que sustentam, por assim dizer, todos os outros temas, por dar conta da força de trabalho e dos processos de aquisição e contratação, deve-se observar, em primeiro lugar, a ausência de informações quanto à capacitação. Em virtude do contingenciamento orçamentário não foi disponibilizado orçamento para a execução de ações de capacitação no PO 005, sendo assim, não há execução da meta física, nem valores empenhados e liquidados dentro do plano orçamentário de 2017. Porém ao longo de todo o ano, além da divulgação e incentivo ao corpo funcional para inscrições nos cursos gratuitos, oferecidos pela Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, foram realizadas parcerias com outros órgãos como Forças Armadas e MD, o que possibilitou a realização de cursos/seminários, capacitando 89 servidores e militares, o que pode se considerar um resultado positivo, significando um aumento de quase 100% em relação ao ano de 2016.

No que se refere à força de trabalho propriamente dita, os dados mostram que não houve aumento significativo em relação aos dados de 2016 concentrados na área de recursos humanos da prestação de contas. Na verdade, houve uma perda de quase dez por cento da força efetiva de trabalho.

Em relação à performance processual, foram escolhidos ao acaso processos para se estabelecer uma medida na modalidade de licitação pregão, na dispensa e na inexigibilidade, considerando uma amostra mais ou menos representativa. A média de resolução processual do pregão ainda é muito alta, 233,8 dias, e paradoxalmente alcança, em morosidade, a inexigibilidade: 300 dias. Isso é paradoxal porque, em tese, o fluxo processual do pregão parece mais longo, justamente por conta dos recursos. Aparentemente, isso decorre da lentidão nas etapas de cotação e de saneamento dos requerimentos da CONJUR. No que se refere à dispensa, a média segue a tradição de órgãos do nosso porte do Censipam: 60 dias. Por fim, a razão entre inexigibilidade e pregão dentre os processos selecionados é de 0,57, e a soma de dispensa com inexigibilidade em relação ao pregão é de 1,43. Esses dados provavelmente mostram as especificidades do CENSIPAM que, por ser um órgão altamente especializado, acarreta a atração da dispensa e da inexigibilidade.

O último tema, desenvolvimento sustentável, teve um desempenho tão bom ou melhor do que o de integração, diante dos extraordinários números de cumprimentos do plano de trabalho anual (PTA). Se em 2016 tivemos índices da ordem de 12 ou, até, 3%, em 2017 o menor índice foi de 48,8%. O esforço de serviço propiciado pela área de inteligência mais do que dobrou em relação ao ano de 2016, o que significa que a produção de conhecimento capaz de permitir aos órgãos de fiscalização e de persecução que agem na região aumentou, implicando linhas de força em favor da proteção dos recursos naturais e humanos da Amazônia, o que implica desenvolvimento sustentável.

Os indicadores de gestão de 2017 demonstram, portanto, em relação a 2016, uma boa evolução, mesmo diante de recursos limitados.

3.4.1.2. Indicadores de projeto

Os indicadores de projeto são semestrais e tiveram a performance constante do Quadro 26.

Quadro 26 - Performance dos indicadores de projeto

Período	Índice de operacionalização do sistema integrado de alerta de desmatamento com radar orbital (IOSipamSAR)	Indicador 3id2 Índice de cartografia da Amazônia (ICA)
1º semestre/2017	41,5% Meta = 30%	6,7% Meta = 4,4 %
2º semestre/2017	61% Meta = 60%	8,14% Meta = 8,9%

Verifica-se que, com exceção do desempenho do projeto relativo à cartografia no 2º semestre de 2017, medido pelo ICA, todos os outros três casos superaram a meta. Mas mesmo esse não atingimento é, de certa forma, compensado pelo ICA no 1º semestre, que bateu a meta em mais de 50%. O desempenho do 2º semestre parece ter sido impactado pela diminuição de recursos para o projeto cartografia, que é fortemente dependente de aerolevantamentos.

4. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS.

4.1. Descrição das estruturas de governança

Instâncias da Estrutura de Governança do Censipam:

- **Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia – CONSIPAM:** instituído por meio do Decreto de 18 de outubro de 1999, tem por finalidade estabelecer diretrizes para a coordenação e a implementação de ações de governo, no âmbito do Sistema de Proteção da Amazônia - SIPAM, consoante a política nacional integrada para a Amazônia Legal. Foi alterado pelo Decreto de 19 de julho de 2017, passando a ter a seguinte composição:

- I - Secretário-Geral do Ministério da Defesa, que o presidirá;
- II - Secretário-Executivo da Casa Civil da Presidência da República;
- III - Secretário-Geral das Relações Exteriores do Ministério das Relações Exteriores;
- IV - Secretário-Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;
- V - Secretário-Executivo do Ministério da Integração Nacional;
- VI - Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente;
- VII - Secretário-Executivo do Ministério da Justiça e Segurança Pública; e
- VIII – Secretário-Executivo do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

O CONSIPAM tem as seguintes competências:

- I - estabelecer diretrizes e prioridades para a condução das ações de implementação do SIPAM;
- II - estabelecer diretrizes para a integração e a difusão das informações e dos conhecimentos coletados pelo SIPAM;
- III - deliberar sobre as propostas do orçamento anual, de créditos adicionais e do plano plurianual para os programas e projetos integrantes do SIPAM;
- IV - propor medidas visando a articulação e o intercâmbio das ações do SIPAM com os órgãos e as entidades da administração pública federal, estadual, distrital e municipal, bem assim com organismos não governamentais;
- V - acompanhar a implementação e avaliar os resultados das ações desenvolvidas pelos programas e projetos integrantes do SIPAM;
- VI - deliberar, previamente, sobre proposta de tratado, acordo, convênio ou compromisso internacional, bem como sobre a contratação de empréstimo interno e externo para os programas e projetos integrantes do SIPAM;
- VII - aprovar proposta sobre a contratação de pessoal, por tempo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, no âmbito dos projetos integrantes do SIPAM; e
- VIII - aprovar o seu regimento interno.

O CONSIPAM realizou, desde sua criação, seis reuniões, sendo a última em 2006, não tendo sido, ainda, aprovado o seu próprio Regimento Interno.

O CONSIPAM foi transferido da Casa Civil da Presidência da República para o Ministério da Defesa, conforme estabelecido no inciso V, do Parágrafo único, do art. 7º da Lei 13.341, de 29 de setembro de 2016.

Como o CONSIPAM, pela sua finalidade, é um órgão colegiado que estabelece diretrizes gerais para o Sistema de Proteção da Amazônia, o Censipam, dentro de sua finalidade estabelecida nos incisos I e II do art. 2º do Decreto nº 4.200, de 18 de abril de 2002, e de sua nova estrutura organizacional estabelecida no Art. 2º, inciso IV, letra d, e de suas competências estabelecidas no Art. 46 do Decreto nº 8.978, de 01 de fevereiro de 2017, e, principalmente, norteado pela finalidade do SIPAM estabelecida no art. 2º do Decreto de 18 de outubro de 1999, tem promovido, desde sua criação em 2002, as ações necessárias a plena operacionalização e modernização do SIPAM.

- **Comitê Gestor de Planejamento Estratégico:** instituído desde 2007 por meio da Portaria nº 28 Casa Civil/PR, de 19 de março de 2007, publicada no Boletim Interno da Presidência da República, e teve sua última alteração em 13/02/2004. Atualmente é composto pelo Diretor-Geral, Diretor de Administração e Finanças, Diretor de Produtos, Diretor Técnico, Assessora de Comunicação Social, Coordenador-Geral de Integração Institucional, Coordenador-Geral de Inteligência, Chefe de Gabinete e pelos Gerentes Regionais de Belém, Manaus e Porto Velho.

O Comitê tem por atribuição:

- I - Coordenar e elaborar o planejamento estratégico;
- II - Dar publicidade a todo órgão sobre as definições e diretrizes estratégicas;
- III - Disseminar e incentivar a cultura de excelência no órgão;
- IV - Criar as condições de implementação do planejamento estratégico em todo o órgão em todos os seus níveis;
- V - Monitorar e avaliar continuamente o desempenho e os resultados do planejamento estratégico; e
- VI - Adotar e apoiar medidas corretivas e de ajuste constante do planejamento estratégico.

- **Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicações – CTIC:** instituído pela Portaria nº 1.696/CENSIPAM/MD, de 22 de junho de 2011, considerando as disposições, orientações e normas a respeito de governança em TIC, e a necessidade de se promover o alinhamento e a integração das decisões e ações do Ministério da Defesa com as do Censipam na área de Tecnologia da Informação e Comunicação, alterada pela Portaria nº 16/GAB CENSIPAM/DIGER CENSIPAM/CENSIPAM/SG-MD, de 29 de março de 2016.

O CTIC tem a seguinte composição:

- I – Diretor Técnico, que o presidirá;
- II – Diretor de Produtos;
- III – Diretor de Administração e Finanças;
- IV – Coordenador-Geral de Inteligência;
- V – Coordenador-Geral de Integração Institucional; e
- VI – Assessor de Comunicação Social.

O CTIC tem as seguintes competências:

- I – analisar e deliberar sobre as políticas e diretrizes de Tecnologia da Informação e Comunicações alinhadas às do Censipam e submetê-las à homologação do Diretor-Geral do Censipam;
- II – orientar, aprovar e acompanhar os processos de elaboração e as revisões periódicas do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações – PDTIC do Censipam;
- III – analisar, discutir e aprovar o Plano de Ações, em conformidade com o disposto nas estratégias de execução do PDTIC;
- IV – acompanhar a implementação do PDTIC garantindo que a sua execução represente um processo de melhoria crescente da governança de TIC no Censipam;
- V – garantir que as orientações, constantes da estratégia geral de Tecnologia da Informação, publicadas pelo órgão central do SISP, sejam implementadas no Censipam;
- VI – recomendar medidas visando o aperfeiçoamento da gestão da Tecnologia da Informação e Comunicações;
- VII – aprovar padrões e normas técnicas de Tecnologia da Informação e Comunicações;
- VIII – adotar as demais medidas, decisões e ações pertinentes às áreas de Tecnologia da Informação e Comunicações de interesse institucional e respaldada pela legislação em vigor;
- IX – garantir que as ações relacionadas ao PDTIC estejam de acordo com as decisões e orientações emanadas do Ministério da Defesa.

O CTIC reuniu-se apenas uma vez em 2017, registrando sua deliberação em ata disponibilizada no SEI e na Intranet do Censipam, para apuração dos indicadores de gestão 2016 sob responsabilidade da DITEC. Porém o acompanhamento das metas e ações de TI foi realizado pelo Comitê Gestor de Planejamento Estratégico, em cuja composição engloba todos os membros do CTIC.

- Comissão de Acompanhamento de Avaliação de Desempenho – CAD: instituída pela Portaria nº 706/Censipam/SG/MD, de 21 de março de 2014, destinada a adotar as providências necessárias para estabelecer os fatores de avaliação de desempenho individual, aprovar processos de estágio probatório, aprovar processos de progressão funcional e de concessão da Gratificação de Atividade de Ciência e Tecnologia – GDACT. Desde sua criação este Centro Gestor não contava com quadro próprio de pessoal. No ano de 2012 foi realizado o primeiro concurso público, objeto do Edital nº 1/Censipam, de 29 de agosto de 2012, para o cargo de Analista em Ciência e Tecnologia – Pleno integrante da carreira de Ciência e Tecnologia, conforme Lei 8.691, de 28 de julho de 1993. Conforme o Regimento Interno do Censipam, que nesta data, está sendo apreciado pela SEORI/MD, constam as seguintes atribuições da Comissão:

À Comissão compete:

- I - implementar o Plano de Carreiras estruturado pela Lei nº 8.691, de 1993;
- II - avaliar o desempenho do Plano de Carreiras e propor alterações ao CPC;
- III - desenvolver estudos, analisar e opinar sobre:
 - a) o enquadramento dos servidores nas carreiras;
 - b) a avaliação de desempenho dos servidores nas carreiras;
 - c) a remuneração e benefícios dos servidores das carreiras;
 - d) as atribuições dos cargos das carreiras; e

- e) todo e qualquer assunto referentes à carreira.
- IV - atender aos dispositivos da Resolução CPC nº 2, de 23 de novembro de 1994, que fixa normas regulamentadoras de concurso público para provimento dos cargos das carreiras;
- V - analisar e homologar o processo de avaliação de estágio probatório dos servidores da carreira;
- VI - analisar e homologar o processo de progressão/promoção funcional dos servidores da carreira;
- VII - analisar e homologar os processos referentes à concessão da Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia;
- VIII - zelar pelo fiel cumprimento da legislação; e
- IX - levar ao conhecimento do CPC qualquer irregularidade verificada na aplicação da legislação sobre as carreiras de Ciência e Tecnologia.”

- **Atuação da Unidade de Auditoria Interna** – As auditorias internas, no âmbito da Administração Central, são realizadas por intermédio da Ciset.

4.2. Atividades de correção e de apuração de ilícitos administrativos

O Censipam como órgão integrante da Administração Central do Ministério da Defesa, encaminha eventual necessidade de abertura de Processo Administrativo Disciplinar a Secretaria de Organização Institucional – SEORI, de acordo com o previsto no Inciso IV, do Artigo 30 do Decreto nº 7.974 de 1º de abril de 2013, desde a sua transferência da Casa Civil da Presidência da República para o Ministério da Defesa.

Os lançamentos dos processos abertos no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares- CGUPAD, que ainda estão em andamento, e são de competência da Casa Civil da Presidência da República descritos a seguir:

Quadro 27 - Processos Abertos no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares- CGUPAD

Processo	Objeto	Modalidade		Situação Atual
		Sindicância	PAD	
00012.000596/2007-93	Supostas Irregularidades: empresas Imagem GeoSistemas & Comércio Ltda e Intersat Imagens de Satélites S/C Ltda		00190.006220/2009-01	PAD ainda não concluído na Corregedoria da CGU/PR.
00012.001656/2006-12	Desaparecimento de 10 notebooks	00012.001656/2006-12		Acórdão do TCU de nº 4117/2016 TCU (2ª Câmara) determinou pela não materialidade do processo, levando ao arquivamento do processo.

4.3. Gestão de riscos e controles internos

Os processos estão devidamente segregados por funções e os controles internos começam a apresentar resultados satisfatórios com a detecção de erros formais e a necessidade de revisão de contratos existentes. Este trabalho é realizado pela equipe de Assessoria do Diretor-Geral, formada por três Especialistas *em Políticas Públicas e Gestão Governamental* - EPPGG e um técnico de nível superior do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

Cabe ressaltar o pleno funcionamento do controle de contratações, renovações, repactuações e outros processos por parte da Assessoria da Diretoria Geral. Foram mais de 110 processos analisados no ano de 2017, validando os corretamente instruídos e procedendo pedido de correção de equívocos, adequação de índices, correção de planilhas e inclusão de documentos faltantes, adequação de editais, entre outros.

Cientes da necessidade de incorporação do processo de gestão de riscos às atividades de rotina da organização e da importância da análise de riscos nas tomadas de decisão, a gestão corporativa de riscos no Censipam vem sendo desenvolvida com base em técnicas analíticas e sistema advindos de metodologia própria desenvolvida pela Assessoria da Diretoria Geral-DIGER, que atualmente encontra-se em revisão para se adequar ao modelo das boas práticas adotadas pelo Ministério do Planejamento.

A gestão de riscos foi planejada para ser realizada em dois níveis distintos, quais sejam: gestão dos riscos estratégicos e gestão dos riscos administrativos.

A gestão de riscos estratégicos vem sendo tratada como parte integral da governança e é da responsabilidade da alta administração. Atualmente está em curso a revisão do Planejamento Estratégico do Censipam e na sequência de atividades previstas para a sua consecução encontra-se o plano de gestão dos riscos estratégicos capazes de comprometer o alcance dos principais objetivos organizacionais. Neste plano será previsto o devido monitoramento dos riscos estratégicos fornecendo direção clara para que eles sejam gerenciados.

Já o processo de gestão de riscos administrativos contemplando as atividades de identificação e classificação, avaliação, mensuração, tratamento, monitoramento, informação e comunicação já foi iniciado formalmente no âmbito da organização em 2017, tendo como primeiro exercício prático a análise de riscos do Projeto Amazônia -SAR.

A experiência supracitada está em processo de expansão para os principais processos administrativos e projetos desenvolvidos no Censipam e para tal encontra-se em curso a montagem da estrutura organizacional necessária à execução do processo. Adicionalmente, a implementação do processo de gestão de riscos está sendo sempre monitorado e avaliado pela alta administração a fim de assegurar sua eficácia.

No que tange à Gestão de Riscos relacionados a Pessoal, o atendimento tem sido realizado por meio de editais de contratações e compras, quando aplicáveis, fato acompanhado pela Assessoria da Diretoria Geral (dois servidores do Censipam em Subcomitê de Gestão de Riscos do Ministério da Defesa), que acompanha a inclusão nos editais e termos de referência a vedação da contratação de parentes e indicados por servidores deste Censipam. Os bons resultados obtidos são a satisfatória instrução processual dos novos contratos, bem como das repactuações dos contratos vigentes.

Tem a alta administração do órgão buscado reforçar os controles internos nas suas unidades administrativas e levado, por meio de capacitações dos servidores e de suas chefias, reuniões de conscientização da importância e necessidade de implantação de mecanismos de controle nos diversos processos, e nos vários níveis estruturais de cada unidade.

5. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

5.1. Gestão de pessoas

5.1.1. Estrutura de pessoal da unidade

Quadro 28 - Força de Trabalho da UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	453	192	27	23
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	453	192	27	23
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	284	45	0	3
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	169	147	27	20
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	32	26	06	04
4. Total de Servidores (1+2+3)	485	218	33	27

Fonte: SIAPE e Cadastro RH (12/2017).

Quadro 29 - Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	168	24
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	168	24
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	29	16
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	139	08
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	24	2
4. Total de Servidores (1+2+3)	192	26

Fonte: SIAPE e Cadastro RH (12/2017).

Quadro 30 - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	32	30	06	04
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	32	30	06	04
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	0	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	04	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	26	06	04
1.2.5. Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	177	154	34	20
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	7	7	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	177	147	27	20
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	209	184	40	24
Fonte: SIAPE e Cadastro RH (12/2017).				

ANÁLISE CRÍTICA

- ✓ **a quantidade de servidores disponíveis frente as necessidades da unidade:** servidores efetivos do Censipam correspondem a 15,84 % dos 284 cargos autorizados, ou seja, menos da metade da força de trabalho necessária para o cumprimento das diversas missões do Órgão.
- ✓ **resultados de eventuais avaliações sobre a distribuição da força de trabalho entre a área meio e área fim e do número de servidores em cargos comissionados frente a não comissionados:** 35,55% dos servidores de carreira vinculados ao órgão estão na área fim e 64,44% na área meio. Os servidores de outros órgãos ocupantes de cargos comissionados e ou funções gratificadas 66,50% estão na área meio e 3,82% estão na área fim. Os servidores sem vínculo com a administração totalizam 11,48% na área meio e 1% na área fim. O percentual menor na área fim justifica-se pela dificuldade de seleção de servidores com qualificação técnica específica que a área exige como também a prevê a distribuição de cargos constante no Decreto nº 8.978, de 1º de fevereiro de 2017.
- ✓ **possíveis impactos da aposentadoria sobre a força de trabalho disponível, notadamente quando essa força é formada prioritariamente por servidores mais próximos do evento aposentadoria:** não há ainda previsão de impacto de aposentadoria, considerando que os Analistas em Ciência e Tecnologia, concursados, ingressaram em 2013 e apenas dois servidores de carreira vinculados ao Órgão estão na faixa etária de 51 a 60 anos e com contagem de tempo de serviço.
- ✓ **eventuais afastamentos que reduzem a força de trabalho disponível na UPC, quantificando o número de servidores afastados e possíveis impactos nas**

atividades desenvolvidas pela UPC: o Censipam tem quatro servidores de carreira vinculados ao órgão cedidos para órgãos da Administração Pública Federal, com ônus para o Órgão.

- ✓ **movimentações de pessoal (ingresso e egresso) decorrente da reestruturação dos órgãos e entidades da administração pública ocorrida no exercício:** em 2017, das 209 vagas autorizadas para preenchimento de servidores e militares requisitados de outros órgãos e esferas, 147 foram preenchidas, para as gratificações GTS, GR, RMP e RMA previstas na estrutura oficial conforme Decreto nº 8.978, de 1º de fevereiro de 2017.

5.1.2. Demonstrativo das despesas com pessoal

Quadro 31- Despesas de pessoal

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de poder e agentes políticos										
Exercícios	2017									
	2016									
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade										
Exercícios	2017	3.762.750,94	1.242.434,05	1.144.117,00						6.149.301,99
	2016	3.506.302,93	1.105.975,00	1.147.755,96						5.760.033,89
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade										
Exercícios	2017	1.728.750,53								1.728.750,53
	2016	1.433.411,20								1.433.411,20
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)										
Exercícios	2017	1.728.750,53								1.728.750,53
	2016	1.433.411,20								1.433.411,20
Servidores cedidos com ônus										
Exercícios	2017	3.208.792,35								3.208.792,35
	2016	3.931.315,24								3.931.315,24
Servidores com contrato temporário										
Exercícios	2017									
	2016									

Fonte: Cadastro RH (12/2017).

5.1.3. Gestão de riscos relacionados a pessoal

Um possível risco identificado na gestão de pessoas refere-se ao índice considerado elevado 70,33% de servidores requisitados de outros órgãos e esferas que compõem a força de trabalho, tendo em vista a possibilidade de retornarem aos seus órgãos de origem quando convocados ou por iniciativa própria.

O quadro de pessoal do Censipam foi incluído na carreira de Ciência e Tecnologia, conforme Lei nº 12.279, de 30 de junho de 2010, sendo que a redistribuição de duzentos e oitenta e quatro cargos vagos destinados ao Órgão encontra-se estabelecida pela Portaria nº 2.434/SRH, de 10 de setembro de 2010, dos quais 179 (cento e setenta e nove) cargos são de Analista em Ciência e Tecnologia e 105 (cento e cinco) de Assistente em Ciência e Tecnologia. Destes cargos criados apenas 58 (cinquenta e oito) foram providos em concurso realizado em 2012, mas atualmente conta com apenas 45 (quarenta e cinco) servidores efetivos Analista em Ciência e Tecnologia.

Com intuito de suprir a carência de pessoal, viabilizando adequada força de trabalho para melhor desempenho nos projetos e programas em vigor, o Censipam solicita anualmente ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão autorização de realização de novo concurso público para a complementação do provimento de duzentos e oitenta e quatro cargos, redistribuídos pela Portaria nº 2.434/SRH, de 10 de setembro de 2010, dos quais 179 (cento e setenta e nove) cargos são de Analista em Ciência e Tecnologia e 105 (cento e cinco) de Assistente em Ciência e Tecnologia.

Outro risco se deu em virtude do severo corte orçamentário de 47,3% previsto na LOA de 2017, o que impôs limites orçamentários às unidades administrativas desse Órgão, e considerando o cenário econômico vivenciado pelos órgãos da Administração Pública, no corrente exercício financeiro e o Decreto nº 9.018, de 30 de março de 2017 que fixou

medidas de contenção de despesas e de racionalização dos gastos públicos, não foi disponibilizado orçamento para a execução de ações de capacitação no PO 005, sendo assim, não houve execução da meta física, nem valores empenhados e liquidados dentro do plano orçamentário de 2017. Porém ao longo de todo o ano a Administração divulgou e incentivou o corpo funcional para os cursos gratuitos, oferecidos pelas escolas de Governo como, a Escola Nacional de Administração Pública – ENAP. Foram realizadas parcerias com outros órgãos como Forças Armadas e MD, o que possibilitou a realização de cursos/seminários, capacitando 89 servidores e militares.

5.1.4. Contratação de pessoal de apoio e estagiários

O Quadro 32 corresponde aos contratos de prestação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva no exercício de 2016, mesmo que já encerrados, assim como os novos contratos celebrados no exercício, mesmo que não efetivados.

Quadro 32 - Pessoal de Apoio e Estagiários

	Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada CNPJ	Período contratual de execução de atividades Contratadas	Nome da Empresa	Nível de escolaridade mínimo	Situação
1	01/2016	SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL (emergencial) (CCG)	09.267.406/0001-00	14/10/2016 a 01/02/2017	VISAN SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL	Nível Médio	Encerrado
2	29/2016	SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL (CCG)	09.267.406/0001-00	02/02/2017 a 01/02/2018	VISAN SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL	Nível Médio	Ativo
3	43/2013	SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL (CR/PV)	10.760.842/0001-03	02/01/2017 a 01/01/2018	IMPERIAL VIGILÂNCIA -	Nível Médio	Ativo
4	41/2013	SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL (CR/MN)	07.030.464/0001-90	25/12/2016 a 23/06/2017	LEGÍTIMA	Ensino Médio	Encerrado
5	02/2017	SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL (CR/MN)	15.615.817/0001-41	01/03/2017 a 01/03/2018	FORTEVIP FORTE VIGILÂNCIA PRIVADA EIRELI	Ensino Médio	Ativo
6	28/2016	SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL (CR/BE)	04.113.174/0001-11	16/01/2017 a 15/01/2018	PARÁ SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA	Ensino Médio	Ativo
7	08/2014	MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS ELÉTRICOS ELETRÔNICOS E CLIMATIZAÇÃO (CCG)	03.591.509/0001-44-66	31/01/2017 a 30/01/2018	DLF ENGENHARIA	Ensino Médio Técnico e Superior	Ativo
8	14/2014	MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS ELÉTRICOS ELETRÔNICOS E CLIMATIZAÇÃO (CR/BE)	08.220.952/0001-22	02/04/2017 a 01/04/2018	RCS TECNOLOGIA	Ensino Médio Técnico e Superior	Ativo
9	15/2016	MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS ELÉTRICOS ELETRÔNICOS E CLIMATIZAÇÃO (CR/PV)	03.591.509/0001-44	30/07/2016 a 29/7/2017 30/07/2017 a 29/7/2018	DLF ENGENHARIA	Ensino médio e Superior	Ativo
10	10/2014	MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS ELÉTRICOS ELETRÔNICOS E CLIMATIZAÇÃO (CR/MN)	60090.001019/2013-66	11/09/2016 a 10/09/2017 11/09/2017 a 10/09/2018	PPA ENGENHARIA	Ensino médio e Superior	Ativo

	Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada CNPJ	Período contratual de execução de atividades Contratadas	Nome da Empresa	Nível de escolaridade mínimo	Situação
11	31/2012	RECEPCIONISTAS (CR/PV)	07.436.461/0001-50	26/02/2016 à 28/11/2017	VALESKA	Ensino Médio	Encerrado
122	24/2017	RECEPCIONISTAS (CR/PV)	07.436.461/0001-50	29/11/2017 a 28/11/2018	VALESKA	Ensino Médio	Ativo
13	16/2014	RECEPCIONISTAS (CR/MN)	02.295.753/0001-05	08/03/2017 à 07/03/2018	PROJEBEL	Ensino Médio	Ativo
14	03/2013	RECEPCIONISTAS (CR/BE)	12.441.717/0001-58	31/03/2017 a 30/03/2018	BRILHANTE ADMINISTRAÇÃO	Ensino Médio	Ativo
15	13/2014	RECEPCIONISTAS (CCG)	12.523.206/0001-85	27/03/2017 à 31/03/2017	CS EMPREENDIMENTOS	Ensino Médio	Encerrado
16	04/2017	RECEPCIONISTAS (CCG)	03.169.846/0001-48	10/04/2017 a 09/04/2018	SVS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA-EPP	Ensino Médio	Ativo
17	11/2016	APOIO ADMINISTRATIVO - AUX. ADMINISTRATIVO (CR/MN)	15.150.504/0001-65	16/05/17 a 15/08/2018	LDS SERVIÇOS	Ensino Médio	Ativo
18	14/2014	MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS ELÉTRICOS ELETRÔNICOS E CLIMATIZAÇÃO (CR/BE)	08.220.952/0001-22	02/04/2017 01/04/2018	RCS TECNOLOGIA	Ensino Médio Técnico e Superior	Ativo
19	15/2016	MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS ELÉTRICOS ELETRÔNICOS E CLIMATIZAÇÃO (CR/PV)	03.591.509/0001-44	30/07/2016 a 29/7/2017 30/07/2017 a 29/7/2018	DLF ENGENHARIA	Ensino médio e Superior	Ativo
20	33/2014	APOIO ADMINISTRATIVO - AUX. DE ESCRITÓRIO (CR/BE)	16.887.298/0001-33	10/10/2016 a 09/10/2017	OFFICE SERVICE	Ensino Médio	Encerrado
21	34/2014	APOIO ADMINISTRATIVO - AUX. DE ESCRITÓRIO (CR/PV)	16.887.298/0001-33	01/10/2016 a 30/09/2017	OFFICE SERVICE	Ensino Médio	Encerrado
22	30/2017	APOIO ADMINISTRATIVO - AUX. DE ESCRITÓRIO (CR/PV)	16.747.373/0001-60	20/12/2017 a 19/12/2018	C E Z VASCONCELOS & CIA. LTDA – ME	Ensino Médio	Ativo
23	32/2014 38/2014	APOIO ADMINISTRATIVO - AUX. ADMINISTRATIVO (CCG)	13.192.004/0001-60	30/09/2016 a 01/07/2017	PRESTCON	Ensino Médio	Encerrado
24	27/2017	APOIO ADMINISTRATIVO - AUX. ADMINISTRATIVO (CCG)	10.563.037/0001-81	18/12/2017 a 17/12/2018	VISAN SERVIÇOS TÉCNICOS EIRELI - ME	Ensino Médio	Ativo

	Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada CNPJ	Período contratual de execução de atividades Contratadas	Nome da Empresa	Nível de escolaridade mínimo	Situação
25	05/2016	COPEIRAGEM E GARÇOM (CCG)	08.656.163/0001-39	22/04/2017 a 21/04/2018	WIVVO	Ensino Fundamental	Ativo
26	36/2014	COPEIRAGEM E GARÇOM (CR-MN)	09.172.237/0001-24	03/11/2016 a 02/11/2017 03/11/2017 a 02/11/2018	D & L SERVIÇOS	Ensino fundamental	Ativo
27	18/2015	COPEIRAGEM E GARÇOM (CR-BE)	09.107.461/0001-32	01/12/2016 A 30/11/2017 01/12/2017 a 30/11/2018	SERVICELINE	Nível fundamental	Ativo
28	28/2015	COPEIRAGEM E GARÇOM (CR/PV)	16.887.298/0001-33	21/12/2017 a 20/12/2017 21/12/2017 a 20/12/2018	OFFICE SERVICE	Ensino Médio	Ativo
29	20/2011	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO (CR-BE)	10.587.618/0001-53	13/06/2016 a 12/06/17	AMAZÔNIA CLEAN	Ensino fundamental	Encerrado
30	08/2017	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO (CR-BE)	10.587.618/0001-53	03/07/2017 a 02/07/2018	AMAZÔNIA CLEAN	Ensino fundamental	Ativo
	53/2014	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO (CCG)	02.961.711/0001-58	05/12/2016 a 04/12/17	ASC SERVIÇOS	Ensino Médio	Ativo
31	55/2014	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO (CR/PV)	07.129.796/0001-26	23/12/2016 a 22/12/2017 23/12/2017 a 22/12/2018	IMPERIAL RONDONIA	Ensino Médio	Ativo
	32/2015	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO (CR/MN)	15.150.504/0001-65	30/12/2016 a 29/12/2017 30/12/2017 a 29/12/2018	LDS SERVIÇOS	Ensino fundamental ⁵	Ativo
32	22/2013 31/2013	TÉCNICO EM SECRETARIADO (CCG)	10.448.193/0001-00	26/06/2016 a 27/06/17	EXECUTIVA	Ensino Médio	Encerrado
33	09/2017	TÉCNICO EM SECRETARIADO (CCG)	03.169.846/0001-48	27/06/2017 a 26/06/2018	SVS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA-EPP	Ensino Médio	Ativo
34	14/2013	TÉCNICO EM SECRETARIADO (CR/BE)	07.783.832/0001-70	30/08/2016 a 29/08/2017 30/08/17 a 29/08/2018	CRIART SERVIÇOS	Ensino Médio	Ativo
35	12/2015	TÉCNICO EM SECRETARIADO (CR/MN)	15.150.504/0001-65	03/08/2016 a 02/08/17 03/08/2017 a 02/08/18	LDS SERVIÇOS	Ensino Médio	Ativo
36	14/2016	TÉCNICO EM SECRETARIADO (CR/PV)	09.134.888/0001-20	01/07/2016 a 30/06/17 01/07/2017 a 30/06/18	IMPERIAL RONDÔNIA	Ensino Médio	Ativo

	Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada CNPJ	Período contratual de execução de atividades Contratadas	Nome da Empresa	Nível de escolaridade mínimo	Situação
37	22/2014	MOTORISTA EXECUTIVO - Categoria "D" (CR/PV)	09.134.888/0001-20	16/06/2016 a 15/06/17 16/06/2017 a 15/06/18	IMPERIAL RONDÔNIA	Ensino Médio	Ativo
39	29/2015	MOTORISTA EXECUTIVO - Categoria "B" OU SUPERIOR (CR/MN)	15.150.504/0001-65	28/12/2016 a 27/12/2017 28/12/2017 a 27/12/2018	LDS SERVIÇOS	Ensino Médio	Ativo
40	12/2016	MOTORISTA - Categoria "B" (CR/BE)	23.066.228/0001-80	18/06/2016 a 19/06/17	FÊNIX SERVIÇOS	Ensino Médio	Encerrado
41	13/2016	MOTORISTA EXECUTIVO - Categoria "D" (CCG)	15.718.607/0001-89	21/06/2016 a 20/06/17 21/06/2017 a 20/06/18	HK SERVIÇOS	Ensino Médio	Ativo
42	26/2011	OFFICE BOY (CR/BE)	12.441.717/0001-58	23/04/2016 a 22/04/17	BRILHANTE ADMINISTRAÇÃO	Ensino Fundamental	Encerrado
43	10/2013	OFFICE BOY (CR/PV)	09.134.888/0001-20	20/04/2016 a 21/04/17	IMPERIAL RONDÔNIA	Ensino Fundamental	Encerrado
44	10/2015	OFFICE BOY (CR/MN)	15.150.504/0001-65	06/05/2016 a 05/07/17	LDS SERVIÇOS	Ensino Médio	Encerrado
45	17/2015	OFFICE BOY (CCG)	15.718.607/0001-89	16/11/2016 a 15/11/17	HK SERVIÇOS	Ensino Médio	Encerrado
46	20/2012	SERVIÇO DE REPROGRAFIA (CCG)	10.419.289/0001-31	11/09/2016 a 10/09/17	MARB	Ensino Médio	Encerrado
47	41/2014	OPERADOR DE FOTOCOPIADORA E REPROGRAFIA (CR/MN)	03.374.266/0001-92	03/12/2016 a 02/12/17	AMAZONTEC	Ensino Médio	Encerrado
48	30/2015	OPERADOR DE FOTOCOPIADORA E REPROGRAFIA (CR/PV)	16.887.298/0001-33	11/01/2017 a 24/06/2017	OFFICE SERVICE	Ensino Médio	Encerrado
49	42/2014	SERVIÇO DE REPROGRAFIA (CR/MN)	15.512.542/0001-10	30/11/16 a 29/11/2017 30/11/17 a 29/11/2018	ACRONET	Ensino Médio	Ativo
50	43/2014	SERVIÇO DE REPROGRAFIA (CR/PV)	15.512.542/0001-10	19/11/2016 a 18/11/17 19/11/2017 a 18/11/18	ACRONET	Ensino Médio	Ativo
51	02/2012	ESTAGIÁRIOS	61.600.839/0001-55	28/05/2017 a 17/08/2017	CIEE	Ensino médio e superior	Encerrado
52	11/2017	ESTAGIÁRIOS	61.600.839/0001-55	18/08/2017 a 17/08/2018	CIEE	Ensino médio e superior	Ativo

Quadro 33- Contratos de Prestação de Serviços não Abrangidos pelo Plano de Cargos da Unidade

Unidade Contratante						
Nome: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA - CIEE						
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados	Sit.
			Início	Fim		
Contrato nº 11/2017	Contratação de prestador de serviço, em regime de serviço contínuo, por preço unitário mensal, para atuar como agente de integração de estágios, de forma a garantir a realização de estágio curricular, por alunos regularmente matriculados em instituições de ensino médio, técnico e superior, para atender às necessidades de acordo com a demanda do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – Censipam, e seus Centros Regionais em Belém, em Manaus e em Porto Velho.	61.600.839/0001-55	18/08/2017	17/08/2020	Nível médio e superior	(A)

Fonte: SIAPE e Cadastro RH (12/2017).

5.1.5. Contratação de estagiários

O Censipam adota a política de contratação de estagiários por meio de contrato de licitação celebrado com o Centro de Integração Empresa Escola – CIEE, obedecendo aos dispositivos legais da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 e Orientação Normativa nº 2 SRH/MP, de 24 de junho de 2016.

Em conformidade com a legislação vigente, o Censipam desde 2009 possui Programa de estágio de estudantes, o que tem beneficiado tanto estudantes de nível médio e superior, quanto à própria Instituição, o que reflete na operacionalização dos trabalhos atinentes a atividade meio e fim do órgão.

Com objetivo de promover a proteção, inclusão social e o desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal o Censipam conta com programas próprios e do Governo na região amazônica, dispendo de uma complexa infraestrutura tecnológica que gera conhecimento atualizado para a articulação, o planejamento e a coordenação das ações de governo na Amazônia Legal, possui estações meteorológicas, plataformas de coleta de dados, radares meteorológicos e de vigilância, sensores aeroembarcados, estações de recepção de dados satelitais e uma rede integrada de telecomunicações.

Esse aparato possibilita um trabalho integrado com os órgãos parceiros (defesas civis, Ibama, Polícia Federal, ICMBio, Forças Armadas, Agência Nacional de Águas, Ministérios do Meio Ambiente, da Reforma Agrária, da Justiça, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, além de universidades, secretarias municipais e estaduais de meio ambiente na Amazônia Legal.

Por se tratar de um órgão bastante técnico o Censipam se apresenta como um espaço de contribuição aos estudantes regularmente matriculados e com frequência em cursos de educação, do ensino público e privado, a fim de propiciar a complementação de ensino e aprendizagem, com oportunidade de contatos com a prática profissional, aperfeiçoamento técnico, cultural, científico e humano, aos interessados em estagiar em suas unidades.

Quadro 34 - Valores Estágio 2016

Mês	Quant.	Bolsa	Aux. Transp.	Total	FATURAMENTO CIEE
janeiro	93	R\$ 36.438,65	R\$ 11.040,00	R\$ 47.478,65	R\$ 1.999,50
fevereiro	91	R\$ 34.928,76	R\$ 11.202,00	R\$ 46.130,76	R\$ 1.956,50
março	88	R\$ 33.383,16	R\$ 12.186,00	R\$ 45.569,16	R\$ 1.892,00
abril	90	R\$ 37.775,78	R\$ 12.990,00	R\$ 50.765,78	R\$ 1.935,00
maio	91	R\$ 36.330,63	R\$ 11.694,00	R\$ 48.024,63	R\$ 1.956,50
junho	87	R\$ 35.341,96	R\$ 10.854,00	R\$ 46.195,96	R\$ 2.126,08
julho	87	R\$ 33.951,27	R\$ 11.352,00	R\$ 45.303,27	R\$ 2.101,92
agosto	85	R\$ 32.722,71	R\$ 10.134,00	R\$ 42.856,71	R\$ 2.053,60
setembro	80	R\$ 31.848,12	R\$ 9.924,00	R\$ 41.802,12	R\$ 1.932,80
outubro	81	R\$ 32.493,41	R\$ 10.284,00	R\$ 42.777,41	R\$ 1.956,96
novembro	75	R\$ 30.465,26	R\$ 9.246,00	R\$ 39.711,26	R\$ 1.812,00
dezembro	81	R\$ 31.311,52	R\$ 9.900,00	R\$ 41.211,52	R\$ 1.956,96
Total	1029	R\$ 406.991,23	R\$ 130.806,00	R\$ 537.827,23	R\$ 23.679,82

Fonte: SIAPE e Cadastro RH (12/2017).

Quadro 35- Valores Estágio 2017

Mês	Quant.	Bolsa	Aux. Transp.	Total	FATURAMENTO CIEE
janeiro	74	R\$ 28.954,54	R\$ 10.368,00	R\$ 39.322,54	R\$ 1.787,84
fevereiro	76	R\$ 29.837,64	R\$ 9.390,00	R\$ 39.227,64	R\$ 1.836,16
março	75	R\$ 29.656,95	R\$ 9.678,00	R\$ 39.334,95	R\$ 1.812,00
abril	77	R\$ 30.031,56	R\$ 9.936,00	R\$ 39.967,56	R\$ 1.860,32
maio	69	R\$ 27.684,35	R\$ 9.054,00	R\$ 36.738,35	R\$ 1.667,04
junho	65	R\$ 26.070,81	R\$ 7.752,00	R\$ 33.822,81	R\$ 1.570,40
julho	61	R\$ 23.814,84	R\$ 7.608,00	R\$ 31.422,84	R\$ 1.570,40
agosto	61	R\$ 23.814,84	R\$ 7.608,00	R\$ 31.076,90	R\$ 945,00
setembro	61	R\$ 23.814,84	R\$ 7.608,00	R\$ 32.713,72	R\$ 915,00
outubro	61	R\$ 23.814,84	R\$ 7.608,00	R\$ 31.774,00	R\$ 900,00
novembro	61	R\$ 23.814,84	R\$ 7.608,00	R\$ 31.422,84	R\$ 975,00
dezembro	61	R\$ 23.814,84	R\$ 7.608,00	R\$ 31.422,84	R\$ 900,00
Total	802	R\$ 315.124,89	R\$ 101.826,00	R\$ 418.246,99	R\$ 16.739,16

Fonte: SIAPE e Cadastro RH (12/2017).

Quadro 36 - Distribuição por área de exercício de 2017 – CCG

CENTRO DE COORDENAÇÃO-GERAL BRASÍLIA			
PERÍODO	ÁREA MEIO	ÁREA FIM	TOTAL
Janeiro	16		16
Fevereiro	15		15
Março	12		12
Abril	12		12
Maio	16		16
Junho	14		14
Julho	14		14
Agosto	15		15
Setembro	14		14
Outubro	14		14
Novembro	14		14
Dezembro	14		14

Quadro 37 - Distribuição por área de exercício de 2017 – CR-PV

CENTRO REGIONAL DE PORTO VELHO			
PERÍODO	ÁREA MEIO	ÁREA FIM	TOTAL
Janeiro	7	10	17
Fevereiro	7	11	18
Março	9	10	19
Abril	9	10	19
Maio	8	10	18
Junho	7	8	15
Julho	7	9	16
Agosto	9	9	18
Setembro	7	9	16
Outubro	9	9	18
Novembro	7	8	15
Dezembro	7	8	15

Quadro 38 - Distribuição por área de exercício de 2017 – CR-MN

CENTRO REGIONAL DE MANAUS			
PERÍODO	ÁREA MEIO	ÁREA FIM	TOTAL
Janeiro	6	14	20
Fevereiro	6	17	23
Março	4	21	25
Abril	8	20	28
Maiο	6	11	17
Junho	4	16	20
Julho	7	9	16
Agosto	5	8	13
Setembro	7	9	16
Outubro	5	9	14
Novembro	6	11	17
Dezembro	6	11	17

Quadro 39 - Distribuição por área de exercício de 2017 – CR-BE

CENTRO REGIONAL DE BELÉM			
PERÍODO	ÁREA MEIO	ÁREA FIM	TOTAL
Janeiro	15	5	20
Fevereiro	15	5	20
Março	14	5	19
Abril	13	5	18
Maiο	13	5	18
Junho	11	5	16
Julho	11	4	15
Agosto	10	5	15
Setembro	10	5	15
Outubro	10	5	15
Novembro	9	6	15
Dezembro	9	6	15

5.2. Gestão do patrimônio e da infraestrutura

Não há conteúdo a ser declarado para o subitem “Imóveis locados de terceiros”.

5.2.1. Gestão do patrimônio imobiliário da União

Não houve movimentações de qualquer espécie no exercício de 2017 quanto à evolução do Plano Nacional de Desmobilização.

5.2.2. Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

Quadro 40 - Cessão de Espaço Físico em Imóvel da União na Responsabilidade da UJ

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.30495.500-2
	Endereço	SPO, ÁREA 05, QUADRA 03, BLOCO “K” - SETOR POLICIAL SUL - BRASÍLIA-DF
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.000.000/3448-77
	Nome ou Razão Social	BANCO DO BRASIL S.A.
	Atividade ou Ramo de Atuação	BANCÁRIO.
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	CONTRATAÇÃO DIRETA, CONSIDERANDO OS VÍNCULOS INSTITUCIONAIS COM AQUELA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA.
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	COLOCAÇÃO DE UM TERMINAL MULTIFUNCIONAL DE SERVIÇOS BANCÁRIOS QUE FOI INSTALADO EM SETEMBRO/2014.
	Prazo da Cessão	60 MESES.
	Caracterização do espaço cedido	ESPAÇO LOCALIZADO À DIREITA DO HALL DE ENTRADA DO PRÉDIO DO CENSIPAM, MEDINDO 1,60M X 2,5M TOTALIZANDO 4,00M2.
	Valores e Benefícios recebidos pela UJ Cedente	R\$ 158,00 (CENTO E CINQUENTA E OITO REAIS) A TÍTULO DE RESSARCIMENTO PELO USO DA ENERGIA ELÉTRICA. ATENDIMENTO DOS SERVIÇOS BANCÁRIOS DEMANDADOS PELOS SERVIDORES DO CENSIPAM, CENAD, BEM COMO DOS VISITANTES. FORTALECIMENTO DOS VÍNCULOS INSTITUCIONAIS ENTRE OS ÓRGÃOS ENVOLVIDOS.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	RECEBIMENTO VIA RECOLHIMENTO DE GRU
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	ABATIMENTO DO VALOR PAGO REFERENTE AO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA DO CENSIPAM.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	CÁLCULO DO CONSUMO MENSAL EFETUADO PELA COORDENAÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL DO CENSIPAM, CONFORME INFORMAÇÕES TÉCNICAS DO EQUIPAMENTO CONSTANTES NO PROCESSO Nº 00012.001195/2009-12.

Quadra 41 - Imóveis Objeto de Cessão

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	9701.30495.500-2
	Endereço	SPO, ÁREA 05, QUADRA 03, BLOCO “K” - SETOR POLICIAL SUL - BRASÍLIA-DF
Identificação do Cessionário	CNPJ	03.353.358/0001-96
	Nome ou Razão Social	MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
	Atividade ou Ramo de Atuação	SERVIÇO PÚBLICO.
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	CONTRATAÇÃO DIRETA, CONSIDERANDO AS NECESSIDADES DAQUELE ÓRGÃO.
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	INSTALAÇÃO DA SEDE DO CENTRO NACIONAL DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E DESASTRES - CENAD.
	Prazo da Cessão	60 MESES.
	Caracterização do espaço cedido	ESPAÇO LOCALIZADO NO PRÉDIO DO CENSIPAM, COM ÁREA CONTRUÍDA MEDINDO 704,81 M2, EQUIVALENTES A 16,91% DA ÁREA TOTAL DO PRÉDIO DO CENSIPAM.
	Valores e Benefícios recebidos pela UJ Cedente	REPASSE FINANCEIRO DA ORDEM DE 18,70% DE TODAS AS DESPESAS ADMINISTRATIVAS DO CENSIPAM, CALCULADO PROPORCIONALMENTE À OCUPAÇÃO FÍSICA DO PRÉDIO. ALÉM DO FORTALECIMENTO DOS VÍNCULOS INSTITUCIONAIS ENTRE OS ÓRGÃOS ENVOLVIDOS, AS AÇÕES REFERENTES E INERENTES À AMAZÔNIA LEGAL SÃO EFETUADAS EM CONJUNTO COM VÁRIOS ÓRGÃOS, INCLUSIVE O CENAD.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	TRANSFERÊNCIA DE CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E RECURSOS FINANCEIROS VIA SIAFI, À CONTA DA AÇÃO ORÇAMENTÁRIA 20T5 – FUNCIONAMENTO E MANUTENÇÃO DO CENSIPAM, UG: 110.511, GESTÃO 001.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	ABATIMENTO DOS VALORES PAGOS REFERENTES ÀS DESPESAS ADMINISTRATIVAS INERENTES AO FUNCIONAMENTO DO CENSIPAM.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	PROPORCIONAL A OCUPAÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO DO PRÉDIO DO CENSIPAM.

5.2.3. Demonstração da situação dos imóveis da União

UG 110.511 - Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - Censipam:

- a) O controle e a gestão patrimonial do imóvel são de responsabilidade da Coordenação de Patrimônio e Almoxarifado do Censipam, no que diz respeito à regularização e guarda de documentos, incorporação, registro, acompanhamento e reavaliação no sistema SPIUNet, bem como a contabilização e acompanhamento no sistema SIAFI;
- b) O imóvel do Censipam está situado no SPO, Área 05, Quadra 03, Bloco “K” - Setor Policial Sul - Brasília-DF, a área do terreno é de 131.266,050 m² e área construída de 13.834,38 m², o Registro Imobiliário Patrimonial - RIP do imóvel no sistema SPIUNet é nº 9701.30495.500-2 (RIP Utilização), cadastrado e registrado pela própria Secretaria do Patrimônio da União-SPU, conforme Termo de Entrega registrado no Livro nº 7, Folhas 73/74, de 08.09.2011, ratificado através da Apostila nº 146/2017, de 05.07.2017.
- c) Em 14.11.2016 foi efetuada a reavaliação do imóvel através do SPIUNet, sendo utilizada como base de cálculo a Pauta de Valores de Imóveis para incidência do IPTU 2015 do Distrito Federal e registrada contabilmente no SIAFI pela 2016NL800627;
- d) Foram incorporados, por meio do Processo Administrativo nº 60090.000566/2014-13, valores referentes aos Projetos Executivos, contabilizados no SIAFI e registrados no SPIUNet. No entanto, existem pendências de incorporação, contabilização e registro de valores patrimoniais referentes a execução da construção, instalações e benfeitorias do prédio do Censipam de Brasília. As pendências se devem ao fato de que a CCSIVAM ainda não emitiu os Termos de Transferências Patrimoniais ao Censipam, contendo o detalhamento dos itens e valores envolvidos para que as mesmas possam ser sanadas;
- e) Através do Processo Administrativo nº 60000.011942/2011-14 e da assinatura de Termo de Cessão de Uso nº 01/2012 de 16 de agosto de 2012, foi cedida a área de 638,45 m² (Seiscentos e trinta e oito, vírgula quarenta e cinco metros quadrados) do Bloco “K” sob o domínio e posse do Censipam ao Ministério da Integração Nacional – MI, para instalação das dependências do Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres - CENAD, mediante repasse financeiro da ordem de 15,32% de todas as despesas administrativas do Censipam, calculado proporcionalmente à ocupação física do prédio. A área cedida foi alterada para 704,81 m², equivalente a 16,91% da área total do prédio e o repasse financeiro para 18,70% de todas as despesas administrativas do Censipam;
- f) Foi cedida, conforme Processo Administrativo nº 00012.001195/2009-12 e assinatura de Termo de Cessão de Uso em 2012, área de (1,6mx2,5m), totalizando 4,00 m² (Quatro metros quadrados) do Bloco “K” sob o domínio e posse do Censipam ao Banco do Brasil S.A. – CNPJ: 00.000.000/3448-77, para disponibilização de um terminal multifuncional de serviços bancários instalado em setembro de 2014, com ressarcimento mensal dos custos de Energia Elétrica no valor de R\$ 158,00 (Cento e cinquenta e oito reais), mediante recolhimento através de GRU, cujos lançamentos são confirmados através de consulta aos módulos CONRA e CONRAZÃO (799910802) do sistema SIAFI;
- g) Ainda sobre as dependências e instalações do Censipam de Brasília, informamos que o Processo nº 04991.001982/2010-72 continua em tramitação no GRPU/DF, em fase de desmembramento para regularização dos Blocos “J” e “T”, localizados no mesmo condomínio, que também estão em poder e uso deste Órgão e continuam pendentes de regularização patrimonial;

h) Quanto às instalações dos Centros Regionais do Censipam de Belém, Manaus e Porto Velho, os quadros correspondentes não foram preenchidos, tendo em vista que os imóveis atualmente utilizados encontram-se em processo de regularização patrimonial junto aos órgãos da União nas unidades federativas dos respectivos imóveis e ainda não possuem Unidade Jurisdicional - UJ, continuando os mesmos sem o RIP Utilização, informação confirmada através de consulta ao SPIUNet, motivo pelo qual ainda não existem valores registrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União-SPIUNet. Os valores patrimoniais dos Centros Regionais referentes à construção dos prédios, instalações e benfeitorias já se encontram contabilizados no SIAFI, resultado da formalização do recebimento através da assinatura dos Termos de Transferências Patrimoniais oriundos da CCSIVAM.

Próximas ações:

i) O Censipam tem mantido contato frequente com a CCSIVAM para que sejam finalizados os recebimentos dos bens imóveis, que são feitos através de Boletins Patrimoniais com o detalhamento dos bens e seus respectivos valores, procedimento este realizado através de Comissão de Recebimento de bens, composta por membros da CCSIVAM e do Censipam, constituída pela Portaria N. 634/2011. Foram realizadas três reuniões presenciais desde a constituição desta Comissão, na Sede do Decea/RJ, e não foi passado pela CCSIVAM um cronograma de recebimento destes bens para a conclusão do processo. Já foram recebidos R\$ 130.106.013,15 dos 147.513.774,54 que estavam pendentes, o Censipam continua realizando gestões para conclusão do processo.

j) Quanto à regularização dos terrenos, exceto o do CCG em Brasília que já se encontra regularizado, encontram-se em andamento junto às Gerências Regionais de Patrimônio da União/GRPU, os processos de desmembramento e regularização dos terrenos dos Centros Regionais de Belém, Manaus e Porto Velho, localizados em terrenos do Cindacta, procedimento este que tem sido acompanhado pelo Censipam junto àquelas Gerências Regionais, que são os órgãos responsáveis pela regularização dos terrenos nos estados citados.

5.2.4. Situação Atual

UG 110.586 – Centro Regional de Belém está localizado na área do Aeroporto de Belém, de responsabilidade do I COMAR, tendo como responsável administrativo o Cindacta IV, Processos n°s 04957.005974/2007-16 e 04957.009142/2008-50, RIP n° 0427.00605.500-9, situado na Avenida Júlio César n° 7.060 - Val-de-Cans - Belém-PA. Em 23/04/2014 foi assinado o Termo de Entrega Provisória do Imóvel pelos representantes do SPU-PA e do Censipam, contendo os seguintes dados: Área Total de 61.095,66 m², Tombo PA. 001-001, sob o número de ordem n° 88.273 à margem de transcrição n° 7178, folhas n° 148, Livro 3-F, em 19/12/1978, no Cartório do 2° Ofício de Registro de (Walter Costa) da Comarca de Belém-PA. A área construída é de 9.806,98 m². O processo continua em andamento e o Centro Regional de Belém continua fazendo gestão para solucionar a pendência junto à GRPU/PA.

UG 110.573 – Centro Regional de Manaus está localizado na área do Aeroporto de Manaus sob o Tombo-AM. 003-017 de responsabilidade do VII COMAR, tendo como responsável administrativo o Cindacta IV, Processo n° 04985.000810/2008-46, RIP n° 0255.00658.500-0, situado na Avenida do Turismo n° 1.350 - Tarumã - Manaus-AM. O terreno tem área de 237.000,00 m² com área construída de 13.378,75 m². Continua sendo realizada a divisão das glebas para regularização do terreno e dos prédios do Centro Regional. O processo continua em andamento e o Centro Regional de Manaus prossegue fazendo gestão para solucionar a pendência junto à GRPU/AM.

UG 110.572 – Centro Regional de Porto Velho, está localizado na área do Aeroporto de Porto Velho sob o Tombo-RO. 001-001 de responsabilidade da Base Aérea de PV, tendo como responsável administrativo o Cindacta IV, Processo nº 05310.001684/2008-42, RIP nº 0003.00361.500-0, situado na Avenida Lauro Sodré nº 6.500 - Aeroporto - Porto Velho-RO. O terreno possui uma área de 344.395,61 m² e as construções têm área de 8.333,84 m². Continua o processo de divisão das glebas para regularização do terreno e dos prédios do Centro Regional. O processo está em curso e o Centro Regional de Porto Velho continua fazendo gestão para solucionar a pendência junto à GRPU/RO.

5.2.5. Patrimônio de propriedade da União de uso da entidade

Quadro 42 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UPC	
		EXERCÍCIO 2017	EXERCÍCIO 2016
BRASIL	UF – DF	1	1
	Brasília	1	1
Subtotal Brasil		1	1
EXTERIOR	Não possui	0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		1	1

Quadro 43 - Imóveis De Propriedade da União Sob Responsabilidade da UJ Exceto Imóvel Funcional

UG	RIP	Regim e	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
110.511	9701.30495.500-2	Entrega – Adm. Federal Direta	Bom	14.562.836,47	14/11/2016	14.741.468,43	-	-
Total							-	-
Fontes: SPIUNet e SIAFL.								
OBS: A última reavaliação foi efetuada em 14.11.2016 no SPIUNet								

5.3. Gestão de tecnologia da informação

Com o avanço tecnológico a área de TIC representa um ponto fundamental para suporte às organizações por fornecer um conjunto bastante extenso de ferramentas e facilidades capazes de promover a padronização e o aumento da produtividade, ampliando as capacidades operacionais nas mais diversas áreas do conhecimento. Este papel se destaca especialmente quando empregada em atividade finalística do Censipam relacionada com a coleta, processamento, armazenamento e análise de dados.

5.3.1. Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC)

O Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC) do Censipam vigente foi revisto em 2016. O PETIC é alinhado ao Plano Estratégico Institucional, que define as linhas gerais e estratégicas para toda a instituição. Dessa forma, os Objetivos Estratégicos do PETIC, além de se alinharem aos planos gerais da área de TI governamental e às melhores práticas de TI, devem buscar facilitar o atingimento dos Objetivos Estratégicos do Plano Estratégico Institucional (OEI).

O PETIC 2013-2023 contempla os seguintes 12 objetivos estratégicos alinhados aos documentos norteadores:

- Promover meios para efetiva divulgação de conhecimento na região amazônica: alinhado ao OEI 8 (Integrar e divulgar os conhecimentos gerados sobre a Amazônia);
- Primar pela satisfação do cliente de TIC: alinhado aos planos gerais da área de TI (SISP) e às melhores práticas de TI;
- Melhorar a imagem de TIC do Censipam: alinhado ao OE 7 (Fortalecer a Imagem Institucional);
- Promover a integração e a troca de experiências: alinhado ao OEI 2 (Prover inteligência, planejamento e controle em apoio às operações de fiscalização e repressão contra ilícitos);
- Implantar uma governança efetiva de TIC: alinhado aos planos gerais da área de TI (SISP) e às melhores práticas de TI;
- Padronizar e documentar procedimentos, processos e metodologias, garantindo preservação do conhecimento técnico: alinhado ao OEI 5 (Ampliar e garantir a gestão efetiva dos recursos humanos, materiais, financeiros, do **conhecimento**, dos **processos** e da infraestrutura), aos planos gerais da área de TI (SISP) e às melhores práticas de TI;
- Promover a segurança da informação: alinhado ao OEI 8 (Integrar e divulgar os conhecimentos gerados sobre a Amazônia), aos planos gerais da área de TI (SISP) e às melhores práticas de TI;
- Facilitar a comunicação com o público interno e externo: alinhado ao OEI 8 (Integrar e divulgar os conhecimentos gerados sobre a Amazônia), aos planos gerais da área de TI (SISP) e às melhores práticas de TI;
- Aprimorar a gestão orçamentária de TIC: alinhado aos planos gerais da área de TI (SISP) e às melhores práticas de TI;
- Garantir e evoluir a infraestrutura de TIC: alinhado ao OEI 8 (Integrar e divulgar os conhecimentos gerados sobre a Amazônia) e OEI 5 (Ampliar e garantir a gestão efetiva dos recursos humanos, materiais, financeiros, do conhecimento, dos processos e da **infraestrutura**);
- Desenvolver competências, habilidades e atitudes: alinhado ao OEI 5 (Ampliar e garantir a gestão efetiva dos **recursos humanos**, materiais, financeiros, do **conhecimento**, dos processos e da infraestrutura);
- Manter o recurso humano do Censipam: alinhado ao OEI 5 (Ampliar e garantir a gestão efetiva dos **recursos humanos**, materiais, financeiros, do **conhecimento**, dos processos e da infraestrutura).

O novo Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) do Censipam, com vigência trienal, não foi elaborado neste período devido à sobrecarga de trabalho na área em decorrência do reduzido número de servidores, da necessidade tanto de manter os serviços em funcionamento como de condução do Projeto Amazônia-SAR.

Diante desse fato, e de que as ações do Plano de Trabalho Anual de 2017 – PTA/2017 são discutidas e formalmente aprovadas e registradas em ata pelo Comitê Gestor de Planejamento Estratégico do Censipam, que inclui todos os membros do CTIC, sendo essas atas publicadas na Intranet do Censipam e divulgada para as áreas internas como as ações institucionais a serem

conduzidas no período. Portanto, por serem as ações do PTA/2017, desdobramentos das Iniciativas/Ações Estratégicas do Plano Estratégico Institucional – PEI e do PETIC, elas foram consideradas como as ações do PDTIC.

O PEI e PETIC estão disponíveis em <http://www.sipam.gov.br/planejamento>.

- **Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicações – CTIC:** instituído pela Portaria nº 1.696/CENSIPAM/MD, de 22 de junho de 2011, considerando as disposições, orientações e normas a respeito de governança em TIC, e a necessidade de se promover o alinhamento e a integração das decisões e ações do Ministério da Defesa com as do Censipam na área de Tecnologia da Informação e Comunicação, alterada pela Portaria nº 16/GAB CENSIPAM/DIGER CENSIPAM/CENSIPAM/SG-MD, de 29 de março de 2016.

O CTIC tem a seguinte composição:

- I – Diretor Técnico, que o presidirá;
- II – Diretor de Produtos;
- III – Diretor de Administração e Finanças;
- IV – Coordenador-Geral de Inteligência;
- V – Coordenador-Geral de Integração Institucional; e
- VI – Assessor de Comunicação Social.

O CTIC tem as seguintes competências:

- I – analisar e deliberar sobre as políticas e diretrizes de Tecnologia da Informação e Comunicações alinhadas às do Censipam e submetê-las à homologação do Diretor-Geral do Censipam;
- II – orientar, aprovar e acompanhar os processos de elaboração e as revisões periódicas do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações – PDTIC do Censipam;
- III – analisar, discutir e aprovar o Plano de Ações, em conformidade com o disposto nas estratégias de execução do PDTIC;
- IV – acompanhar a implementação do PDTIC garantindo que a sua execução represente um processo de melhoria crescente da governança de TIC no Censipam;
- V – garantir que as orientações, constantes da estratégia geral de Tecnologia da Informação, publicadas pelo órgão central do SISP, sejam implementadas no Censipam;
- VI – recomendar medidas visando o aperfeiçoamento da gestão da Tecnologia da Informação e Comunicações;
- VII – aprovar padrões e normas técnicas de Tecnologia da Informação e Comunicações;
- VIII – adotar as demais medidas, decisões e ações pertinentes às áreas de Tecnologia da Informação e Comunicações de interesse institucional e respaldada pela legislação em vigor;
- IX – garantir que as ações relacionadas ao PDTIC estejam de acordo com as decisões e orientações emanadas do Ministério da Defesa.

O CTIC reuniu-se apenas uma vez em 2017, registrando sua deliberação em ata disponibilizada no SEI e na Intranet do Censipam, para apuração dos indicadores de gestão 2016 sob responsabilidade da DITEC. Porém o acompanhamento das metas e ações de TI foi realizado pelo Comitê Gestor de Planejamento Estratégico, em cuja composição engloba todos os membros do CTIC.

5.3.2. Principais sistemas de informações

a) GPis – Sistema de Gerenciamento de Pistas

Objetivo: receber os dados de detecção aérea pelos radares de vigilância do Cindacta IV e realizar análise de padrões com a finalidade de obter dados para as atividades de Inteligência do Censipam.

Principais funcionalidades: visualização online do tráfego aéreo, visualização histórica do tráfego aéreo, integração com o Radar Saber M60 (radar móvel), marcação (tagging) de pistas conforme filtros pré-definidos (padrões), filtros manuais, visualização espacializada dos dados filtrados, alertas sobre parâmetros definidos pelo usuário (voo sobre área específica, com característica específica, etc.), módulo de análise de dados com capacidade de utilização de camadas externas de informação espacial.

Responsável técnico: Warley Rodrigues de Almeida

Responsável da área de negócio: Ricardo Augusto Silvério dos Santos

Criticidade para a unidade: sistema crítico, essencial e diferencial da área de inteligência, desenvolvido especificamente para o Sipam para uso das informações provenientes do sistema de controle de tráfego aéreo da Aeronáutica.

Situação do sistema:

- ✓ códigos fonte e documentação de propriedade do Censipam;
- ✓ não há conhecimento interno para manutenção e evolução do software
- ✓ não foi possível a contratação de manutenção por fábrica de software para manutenção e evolução do software, uma vez que se trata de software complexo e específico;
- ✓ a contratação da empresa que desenvolveu e modernizou o software também não se concretizou, por não conseguir se enquadrar a forma de contratação;
- ✓ software em produção porém com funcionamento parcial devido a diversos problemas pontuais e necessidade de manutenção;
- ✓ atualmente está sendo buscada, no âmbito do Sipam, uma solução conjunta com a Aeronáutica para manutenção/modernização do sistema GPis.

Riscos de Continuidade e Disponibilidade: com as duas requisições realizadas pela CGU, a equipe de desenvolvimento em Brasília foi reduzida para apenas 1 (um) analista. Diante desse cenário, e considerando a complexidade do sistema, ainda não foi possível assegurar sua sustentação, quer por equipe interna quer por contratação. Em conjunto com a área de negócios parcerias tem sido buscadas para mitigar os riscos de continuidade e disponibilidade.

Custos de manutenção: o sistema encontra-se sem manutenção.

b) IDSeg – Sistema de Análise Investigativa

Objetivo: realizar a integração, fusão e análise de dados utilizando modelo multidimensional para “data warehouse”.

Principais funcionalidades: importação/integração de bases de informações de origens diversas (banco de dados estruturados, arquivos, planilhas, webservices, dados não estruturados, etc.), visualização gráfica de relacionamentos de dados, ferramentas avançadas para análise de vínculo e de padrões.

Responsável técnico: Dayler Losi de Almeida

Responsável da área de negócio: Ricardo Augusto Silvério dos Santos

Criticidade para a unidade: sistema crítico e essencial da área de inteligência

Situação do sistema: códigos fonte e documentação de propriedade de empresa privada; existe contrato de manutenção e evolução do software; software em produção e pleno funcionamento.

Custos de manutenção: a manutenção e o suporte ao sistema é terceirizada e apresenta um custo anual de R\$ 150 mil.

c) SIG – Sistema de Gestão Administrativa

Objetivo: integrar e sistematizar os diversos processos administrativos

Principais funcionalidades: possui módulos para gestão de todas as áreas da administração de um órgão público: integração Siape, cadastro de pessoal, dependentes, férias, integração SIAFI, orçamento, requisições, suprimento de fundos, chefia da unidade, portal público, plano de saúde, serviços e auxílio, atendimento ao servidor, catálogo de materiais, compras e licitações, registro de preço, liquidação de despesa, almoxarifado, agenda, frequência, financeiro, colegiados, comissões, patrimônio móvel, patrimônio imóvel, contratos, pagamento online, ddo, faturas, capacitação, concursos, banco de vagas, dimensionamento, infraestrutura, transportes, projetos, convênios,

escritório de ideias, avaliação de desempenho, avaliação funcional, aposentadoria, auditoria e controle interno, boletim de serviço, acesso a informação.

Responsável técnico: Warley Rodrigues de Almeida

Responsável da área de negócio: Luiz Felipe Linhares Gomes

Criticidade para a unidade: sistema em fase inicial de implantação, mas se tornará crítico e essencial para a área administrativa

Situação do sistema: códigos fonte e documentação de propriedade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e sessão de direitos e de código ao Censipam; ainda não há conhecimento interno para manutenção e evolução do software; existe TED com a UFRN para acesso ao repositório de manutenção e evolução do software; software em produção porém em fase de implantação, com apenas 4 módulos efetivamente implantados, sendo o calendário de implantação muito prejudicado pela saída de pessoal técnico especializado.

Riscos de Continuidade e Disponibilidade: com as duas requisições realizadas pela CGU, a equipe de desenvolvimento em Brasília foi reduzida para apenas 1 (um) analista. Diante desse cenário, o calendário de implantação do sistema SIG ficou extremamente comprometido.

Custos de manutenção: a manutenção e o suporte aos sistemas são realizados pela UFRN, de forma coordenada e centralizada, cuja parceria apresenta um custo anual de R\$ 296 mil.

d) PIM – Portal de Informações de Manutenção

Objetivo: integrar dados de cadastro de terminais e sensores e de missões de campo, auxiliando no planejamento e otimização do esforço e dos custos de manutenção do parque tecnológico.

Principais funcionalidades: cadastro de terminais VSat e sensores, visualização espacializada da rede de VSat e sensores, emissão de relatórios para licenciamento, estatísticas de operacionalidade e de distribuição, planejamento de missões de campo, integração de dados com o sistema gerenciador das VSat (Hub Gilat).

Responsável técnico: Warley Rodrigues de Almeida

Responsável da área de negócio: Carlos Daniel Police de Freitas

Criticidade para a unidade: sistema crítico e essencial para as atividades de gestão de manutenção de campo

Situação do sistema: códigos fonte e documentação desenvolvidos e de propriedade do Censipam; existe conhecimento interno para manutenção e evolução do software; software em produção e pleno funcionamento, com diversas demandas de evolução a serem implementadas em 2016.

Riscos de Continuidade e Disponibilidade: com as duas requisições realizadas pela CGU, a equipe de desenvolvimento em Brasília foi reduzida para apenas 1 (um) analista. Diante desse cenário, o desenvolvimento e manutenção desse sistema é realizado conforme a disponibilidade do analista.

Custos de manutenção: a manutenção é realizada pelo analista do Censipam.

e) SEI – Sistema Eletrônico de Informações

Objetivo: realizar as atividades de trâmite eletrônico de documentos e de protocolo de forma sistematizada, permitindo visibilidade e publicidade dos processos administrativos.

Principais funcionalidades: elaboração eletrônica de documentos, assinatura digital, certificação digital, trâmite eletrônico, definição e controle de prazos, etc.

Responsável técnico: Warley Rodrigues de Almeida

Responsável da área de negócio: Luiz Felipe Linhares Gomes

Criticidade para a unidade: sistema crítico e essencial para o protocolo e trâmite de processos e documentos

Situação do sistema: sistema implantado no Ministério da Defesa, com acesso apenas à interface Web pelo Censipam; documentação amplamente disponível nos portais públicos; não há conhecimento interno para manutenção e evolução do software, e não há acesso ao código fonte do sistema implantado no MD; software em produção e plenamente funcional.

Custos de manutenção: a manutenção e o suporte são prestados pela Administração Central do Ministério da Defesa.

5.3.3. Plano de capacitação

Diante dos cortes na LOA e, principalmente, do limite de movimentação e empenho impostos ao Censipam durante os três primeiros trimestres, não foram planejadas nem realizadas capacitações para o período.

5.3.4. Principais sistemas de informações

A área de TIC apresenta comprometimento de suas atividades em decorrência da insuficiência de servidores. Como pode ser percebido no quadro a seguir, o quantitativo de servidores da carreira de TI da unidade é de 27, sendo que isso representa apenas 30% dos cargos previstos para a área de TIC, ressaltando que diante das cessões impostas e requisições da CGU, o percentual cai para 26%. A não realização de concurso público para provimento dos cargos vagos pode causar, em um horizonte de curto a médio prazo, comprometimento de sistemas e atividades de infraestrutura.

Quadro 44 - Força de Trabalho de TIC

CARGO		CCG	CR/MN	CR/BE	CR/PV	TOTAL
EFETIVO	Carreira TI da unidade	7	8	7	5	27
	Outras carreiras da Unidade	0	0	0	0	0
	Carreira TI de outros órgãos	5	2	3	3	13
	Outras carreiras de outros órgãos	7	2	1	4	14
Comissionados		0	1	1	0	2
Terceirizado		0	0	0	0	0
Estagiário		9	0	3	5	17

5.3.5. Gerenciamento de serviços de TI

O gerenciamento de serviços de TI é realizado com apoio de ferramentas específicas para gestão de incidentes de TI (GLPI) e de monitoramento de ativos de TI (Zabbix).

5.3.6. Projetos de TI

O principal projeto de 2017 foi de aquisição das estações de recepção do Projeto Amazônia-SAR, com custo de cerca de R\$ 26 milhões, provenientes do Fundo Amazônia, sendo a contratação realizada com sucesso em Dezembro/2017.

Além desse projeto, foi contratado o fornecimento de mais de 300 (trezentos) computadores de trabalho, com custo total de R\$ 1,4 milhões, para substituição dos equipamentos atualmente em uso pelos servidores, pois já estavam fora de garantia, sem substituição há mais de 4 anos e apresentando desempenho insuficiente.

Foram contratados serviços de suporte e manutenção importantes, com destaque para o suporte ao sistema satelital central (que permite a comunicação satelital com centenas de estações de comunicação satelital na Amazônia) e para o suporte e manutenção do sistema de processamento de imagens do sensor ADS-80, com custos de R\$ 611 mil e R\$ 615 mil, respectivamente.

5.4. Gestão ambiental e sustentabilidade

Projeto Esplanada Sustentável

O projeto tem a finalidade de contribuir com a promoção da sustentabilidade ambiental, integrar ações que visam a melhoria no uso racional dos recursos públicos. Pretende-se conscientizar os servidores para evitar o desperdício, racionalizar despesas, destinar corretamente os resíduos, descartar os materiais inservíveis e melhorar a qualidade das atividades administrativas.

O Censipam está comprometido com o Projeto Esplanada Sustentável, tendo como objetivo garantir uma efetiva gestão de recursos humanos, materiais, financeiros; do conhecimento, dos processos e da infraestrutura, com responsabilidade ambiental e socioeconômica, sendo a participação dos servidores do Censipam, terceirizados e órgãos parceiros fundamental para o bom desenvolvimento do Projeto, cujas principais ações são:

Redução de gastos com energia e água devido a:

- Redução do consumo de energia elétrica
- Diminuição de 50% da quantidade de luminárias internas e externas
- Substituição de todas as luminárias fluorescentes por LEDs
- Redução de 50% da potência do sistema de Ar-condicionado central
- Redução de 33% no consumo de água com ajustes nas caixas acopladas dos banheiros e temporizados das torneiras.

Controle do descarte de lixo com:

- Disponibilização de contêiner para descarte de lixo reciclável:
 - papelões, isopor, jornais e papel em branco que são recolhidos por cooperativa cadastrada;
 - lixo orgânico e seco, separados, e que são recolhidos por cooperativa cadastrada;
- Coleta de lixo inservível como pilhas, baterias e outros, depositado em reservatório dedicado, na Coordenação de Serviços Gerais.

5.5. Gestão de fundos e programas

5.5.1. Identificação e informações dos fundos na gestão da unidade

O Censipam não gere nenhum fundo ou programa do Governo Federal.

6. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

Esta seção contempla informações sobre os canais de acesso do cidadão ao Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam) e sobre a Carta de Serviços ao Cidadão. Discorre, também, sobre a aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários, os mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade e, por fim, aborda as medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações.

6.1. Canais de acesso do cidadão

De forma a garantir ao cidadão o acesso às informações sobre os serviços prestados pelo Censipam, o principal meio de comunicação com o público externo é o seu portal, que pela eficiência nas coberturas o torna uma espécie de agência de notícias de assuntos institucionais. O portal é o ponto único referencial para a busca e o acesso a dados públicos de variados assuntos e categorias: orçamento, patrimônio, logística, concursos públicos e acessibilidade, por exemplo.

Em 2017, foi possível ao cidadão entrar em contato com a Instituição para solicitações, reclamações, denúncias, sugestões, dentre outros, utilizando os seguintes canais

1. Via Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), implantado no Ministério da Defesa, disponível no endereço: www.defesa.gov.br.

A Lei de Acesso à Informação – LAI (Lei nº 12.527/2011), representou um avanço significativo para o aumento da transparência das ações governamentais, ao disponibilizar dados e informações de caráter público.

O SIC/MD atende e orienta o público com informações sobre a Administração Central do Ministério da Defesa: tramitação de documentos, entrada dos documentos e requerimentos de acesso à informações provenientes do Sistema e-SIC, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e o Decreto nº 8.978, de 1º de fevereiro de 2017 e é a unidade responsável por promover os atendimentos aos pedidos de acesso feitos a todas as unidades do MD com base na LAI, que são encaminhadas a este Censipam, ficando a cargo da Comunicação Social e/ou da Chefia de Gabinete.

Com a publicação do Decreto nº 8.785/2016 e da Medida Provisória nº 731/2016, que dispõe sobre a extinção de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores (DAS), houve redução na estrutura organizacional do Censipam. Desta forma, a Comunicação Social foi extinta da estrutura regimental deste Centro Gestor, fragilizando o importante trabalho de disseminação da informação advinda do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM).

Mesmo assim, foram recebidas 11 (onze) solicitações através do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC/LAI/ e Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal – e-OUV, bem como foi observado um aumento significativo de acesso do público às redes sociais do Censipam. Atualmente, esta instituição conta com 479 seguidores no Twitter, 1.564 seguidores no Facebook, 1.869 visualizações e 35 assinantes na plataforma YouTube, o que proporciona mais interação.

A Carta de serviços ao Cidadão será aprimorada no exercício de 2018, após a publicação do Regimento Interno do Censipam e da definição de novos projetos que deverão ser aprovados e implementados.

Quanto ao canal via LAI, com o SIC, localizado no Ministério da Defesa, ocorreram 11(onze) solicitações, número inferior a 2016, que foram 13 (treze). Todas as solicitações através do SIC/LAI foram atendidas e nenhuma teve grau de recurso.

A maioria das solicitações refere-se ao acesso a documentos ostensivos, informações sobre o trabalho da instituição (cooperação, políticas, planos), recursos humanos (gratificação, gastos, nomeações), processos (administrativos, ações correcionais) e reclamações, conforme quadro a seguir:

Quadro 45 - Tipos de Ocorrência nos Canais de Acesso

Canal: http://www.defesa.gov.br					
Informações/Doc. Ostensivos	Informações sobre o trabalho da instituição (Cooperação, Políticas, Planos)	Informações sobre recursos humanos (Gratificação, Gastos, Nomeações)	Processos (Administrativos, Ações Correcionais,)	Reclamações	Total
1	2	3	2	3	11

6.2. Carta de serviços ao cidadão

A Carta de Serviço ao Cidadão é um documento que tem por objetivo informar o cidadão dos serviços prestados pelo Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – Censipam e pelas unidades regionais que compõem o Centro de Coordenação-Geral – CCG, com informações sobre os principais serviços disponibilizados aos cidadãos e usuários.

O documento é inspirado no Decreto nº 6.932/2009, que trata de questões relativas ao atendimento ao cidadão no Poder Executivo e nos termos da Portaria Normativa nº 1.690/MD, de 5 de outubro de 2015, que estabelece diretrizes para a elaboração da Carta de Serviços ao Cidadão, sua atualização e publicização, no âmbito do Ministério da Defesa, e dá outras providências.

Entre as atividades prestadas à sociedade, o Censipam disponibiliza serviços de ouvidoria e de atendimento aos pedidos de informação, relacionados à Lei de Acesso a Informação (LAI),

Os produtos do Censipam diretamente disponibilizado aos cidadãos são:

- ✓ **Previsão do Tempo:** (<http://www.sipam.gov.br/previsao-do-tempo/tempo>); e
- ✓ **Previsão Climática:** (<http://www3.sipam.gov.br/boletim.html>).
- ✓ **SIPAMHidro**

– Monitoramento e Previsão para Grande Bacia

Níveis dos Rios: (http://siger.sipam.gov.br:8080/sipamhidro/grande_bacia/home_grande_bacia.xhtml);

Níveis dos Reservatórios: (http://siger.sipam.gov.br:8080/sipamhidro/grande_bacia/uhe.xhtml);

Chuva em Grande Bacia: (<http://siger.sipam.gov.br:8080/sipamhidro/chuva/chuva.xhtml>);

Enchentes e Inundações: (<http://siger.sipam.gov.br:8080/sipamhidro/inundacao/inundacao.xhtml>);

Apoio Navegação Fluvial:

(http://siger.sipam.gov.br:8080/sipamhidro/navegacao/chuva_navegacao.xhtml); e

Nível do Rio (Seção Trans.):

(http://siger.sipam.gov.br:8080/sipamhidro/grande_bacia/perfil_transversal.xhtml);

– Monitoramento e alerta para Bacia Urbana

Radar Meteorológico: (<http://siger.sipam.gov.br:8080/sipamhidro/radar/radar.xhtml>);

Previsão de Chuva: (http://siger.sipam.gov.br:8080/sipamhidro/bacia_urbana/alerta_urbano_bairro.xhtml);

Alerta de Alagamento:

(http://siger.sipam.gov.br:8080/sipamhidro/bacia_urbana/alerta_urbano_ruas.xhtml); e

Descarga Atmosférica: (<http://siger.sipam.gov.br:8080/sipamhidro/raios/raios.xhtml>)

6.3. Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

O site do Censipam permite que o usuário avalie a qualidade das informações prestadas sobre a previsão de tempo, de forma padronizada e que consiste em atribuir ao serviço um determinado número de estrelas: sendo 1 (uma) estrela, a pior avaliação (péssima); e 5 (cinco) estrelas a melhor avaliação (ótima). Esta ferramenta permite ao Censipam avaliar a qualidade dos seus serviços prestados ao cidadão.

No período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2017, o serviço foi avaliado pelos usuários como pode ser verificado na Figura 6.



Figura 6- Avaliação do Serviço Prestado pelo Censipam

6.4. Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

O Portal do Censipam reúne e divulga informações que são de interesse coletivo ou geral com o objetivo de facilitar o acesso à informação pública, conforme determina a Lei de Acesso à Informação.

Para obter as informações referentes a atuação da Instituição, ou seja, relatórios de gestão, tomadas de contas anual, parcerias nacionais e internacionais e relatórios de atividades, o usuário deverá acessar o item “Acesso à Informação” localizado no site do Sipam.

As informações do órgão estão separadas por *menus*, descritos a seguir:

– Site www.sipam.gov.br, *menu* à esquerda “Acesso à Informação”

1) Subitem Prestação de Contas:

- a) relatórios de gestão
- b) relatórios de atividades
- c) Auditoria

<http://www.sipam.gov.br/sobre/prestacao-de-contas>

2) Subitem Institucional (informações sobre a instituição como quem é quem, da criação do órgão e áreas de atuação)

<http://www.sipam.gov.br/sobre/institucional>

3) Subitem Licitações e Contratos (informações sobre licitações contratos)

<http://www.sipam.gov.br/pagina-de-licitacoes-e-contratos-do-censipam>

4) noticiário em geral

<http://www.sipam.gov.br>

6.5. Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

Em relação à acessibilidade aos produtos e serviços, o site do Sipam: <http://www.sipam.gov.br> está de acordo com o modelo de portal do governo brasileiro, e-Mag: <http://emag.governoeletronico.gov.br>, conforme as recomendações dispostas no referido site.

É possível acessar através do link: <http://www.sipam.gov.br/acessibilidade> as explicações sobre novo o modelo de identidade digital, padrão do governo federal, que atende as principais recomendações de acessibilidade indicadas para web, sobre as Leis e Decretos de acessibilidade, bem como para dúvidas, sugestões e críticas.

Quanto aos assuntos relacionados a acessibilidade das instalações, o Centro de Coordenação-Geral e os Centros Regionais, iniciaram em 2017, os trabalhos para formalizar a adequação integral de suas instalações, considerando a necessidade de assegurar aos portadores de deficiência física e sensorial, as condições básicas de acesso aos prédios, quanto a mobilidade e a utilização de equipamentos e instalações.

Os ambientes estão devidamente equipados com sanitários femininos e masculinos, dotados de boxes destinados a pessoas portadoras de deficiências físicas, acesso a vagas específicas no estacionamento, ao prédio por rampas adequadas à legislação vigente, entre outras iniciativas.

7. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

O Decreto nº 7.974, de 01/04/2013 aprova a estrutura regimental do Ministério da Defesa, definindo em seu Anexo I, Capítulo II, art. 2º, inciso IV, que o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM, integra os órgãos específicos singulares da estrutura do Ministério da Defesa. O Censipam foi instituído por meio do Decreto nº 4.200/2002, com o fim de fazer a gestão do Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam) contando com três Centros Regionais, conforme estrutura abaixo:

Quadro 46 - Censipam - Centro de Coordenação Geral e Centros Regionais

UG	DESCRIÇÃO
110511	CENTRO GESTOR OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO AMAZÔNIA
110572	CENTRO REGIONAL DE PORTO VELHO
110573	CENTRO REGIONAL DE MANAUS
110586	CENTRO REGIONAL DE BELÉM

A unidade gestora 110511 – Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – Censipam, é a unidade responsável pelos registros da execução orçamentária, financeira e patrimonial. Os Centros Regionais (UG 110572 – Centro Regional de porto Velho; UG 110573 – Centro Regional de Manaus; e UG 110586 – Centro Regional de Belém) também integram a estrutura do Censipam, cabendo a estes o controle patrimonial de cada Centro Regional.

7.1. Desempenho financeiro do exercício

7.1.1. Resultado financeiro

Em decorrência da gestão financeira, as disponibilidades do Censipam passaram de R\$ 1.932.328,51 (2016) para R\$ 1.258.911,76 (2017), verificando-se um decréscimo de R\$ 673,416,75. No exercício de 2017 houve um acréscimo na coluna de Ingressos, referente a Sub-repasse Recebido, cujos valores estão compensados na coluna de Dispendios na rubrica de Transferências Financeiras Concedidas. Vale ressaltar que a movimentação financeira ocorre somente na UG 110511 – Censipam, não havendo registros nos Centros Regionais.

Quadro 47 - Resultado Financeiro - 2017

DESCRIÇÃO	VALORES
Saldo do Exercício Anterior – 2016	1.932.328,51
Transferências Financeiras Recebidas	48.590.768,61
Recebimentos Extraorçamentários	38.115.687,61
(-) Despesas Orçamentárias	- 30.775.037,07
(-) Transferências Financeiras Concedidas	- 51.517.462,98
(-) Despesas Extraorçamentárias – Restos a Pagar	- 5.087.372,92
(-) Despesas Extraorçamentárias – Depósitos Restituíveis	-
Saldo em Espécie – Balanço Financeiro	1.258.911,76

Fonte: SIAFI2017

7.1.2. Resultado patrimonial

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações verificadas no patrimônio no decorrer do exercício, e indica o resultado patrimonial do exercício. Sob o enfoque patrimonial, a receita é denominada de Variação Patrimonial Aumentativa (VPA), e a despesa é denominada Variação Patrimonial Diminutiva (VPD). Cabe ressaltar que a despesa e a receita sob o enfoque patrimonial não se confundem com a receita e a despesa orçamentária.

Como Variações Patrimoniais Aumentativas do Censipam e seus Centros Regionais temos um valor expressivo de Transferências e Delegações Recebidas e Transferências Intragovernamentais; e Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos.

Nas Variações Patrimoniais Diminutivas aparecem de forma mais expressiva as despesas com Uso de Bens, Serviços e Consumos de Capital Fixo; especialmente a rubrica de Serviços (Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional que em 2017 apresenta valor relevante em relação ao detalhamento da rubrica de Serviços); Transferências e Delegações Concedidas.

O resultado patrimonial acumulado em 31/12/2017 do Censipam e dos seus Centros Regionais corresponde ao déficit de R\$ 13.637.125,53, causado principalmente pela manutenção e operação da unidade, bem como pelo impacto da depreciação no resultado da unidade.

Quadro 48 - Demonstrações das variações patrimoniais

DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	UG 110511	UG 110572	UG 110573	UG 110586	TOTAL
Variações Patrimoniais Aumentativas	85.035.863,40	1.962.161,51	1.163.015,44	1.866.173,85	90.027.214,20
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	-				-
Transferências e Delegações recebidas	85.009.067,29	1.962.161,51	1.162.359,64	1.857.909,42	89.991.497,86
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	11.303,19	-	-	8.227,89	19.531,08
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	15.492,92		655,80	36,54	16.185,26
Variações Patrimoniais Diminutivas	87.082.976,21	5.767.226,46	4.822.520,02	5.991.617,04	103.664.339,73
Pessoal e Encargos	3.840.988,03				3.840.988,03
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	25.946.488,55	4.034.005,69	3.795.623,60	4.548.686,61	38.324.804,45
Transferências e Delegações concedidas	55.776.953,75	1.733.220,77	1.026.896,42	1.442.930,43	59.980.001,37
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	1.501.533,25				1.501.533,25
Tributárias	8.473,12				8.473,12
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	8.539,51				8.539,51
RESULTADO PATRIMONIAL	- 2.047.112,81	- 3.805.064,95	- 3.659.504,58	- 4.125.443,19	- 13.637.125,53

Fonte: SIAFI 2017

O Patrimônio Líquido acumulado do Censipam e seus Centros Regionais até 31/12/2017 corresponde a R\$ 235.894.889,98, valor equivalente ao Saldo Patrimonial.

Quadro 49 - Resultado Patrimonial

RESULTADO PATRIMONIAL	UG 110511	UG 110572	UG 110573	UG 110586	TOTAL
PL de 31/12/2016	31.534.032,48	66.399.514,42	81.017.736,32	71.555.950,67	250.507.233,89
Resultado do Exercício	- 2.047.112,81	- 3.805.064,95	- 3.659.504,58	- 4.125.443,19	- 13.637.125,53
Ajustes de Ex. Anteriores	- 859.499,39	-	- 54.833,67	- 60.885,32	- 975.218,38
PL 31/12/2017	28.627.420,28	62.594.449,47	77.303.398,07	67.369.622,16	235.894.889,98

Fonte: SIAFI 2017

7.1.3. Saldo patrimonial

O saldo patrimonial é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos.

O saldo patrimonial em 31/12/2017 do Censipam e seus Centros Regionais correspondem a um ativo real líquido de R\$ 235.894.889,98.

No quadro a seguir, é apresentada a composição do Ativo Circulante e Não Circulante; e Passivo Circulante e Não Circulante do Censipam e seus Centros Regionais.

Quadro 50 - Saldo Patrimonial

DESCRIÇÃO	110511	110572	110573	110586	TOTAL
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.258.911,76				1.258.911,76
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	12.180,45				12.180,45
Estoques	775.215,46	475.804,92	853.128,34	449.999,77	2.554.148,49
VPDs Pagas Antecipadamente	140.667,64				140.667,64
Total Ativo Circulante	2.186.975,31	475.804,92	853.128,34	449.999,77	3.965.908,34
Imobilizado	21.657.937,52	62.118.644,55	76.450.269,73	66.919.622,39	227.146.474,19
Bens Móveis	15.050.057,25	44.312.905,29	49.122.029,47	47.548.123,71	156.033.115,72
(-) Depreciação /Amortização/Exaustão Acum. De Bens Móveis	- 8.201.381,61	- 19.119.879,70	- 24.417.278,24	- 20.163.350,59	- 71.901.890,14
Bens Imóveis	14.898.521,22	36.925.618,96	51.745.518,50	39.534.849,27	143.104.507,95
(-) Depreciação /Amortização/Exaustão Acum. De Bens Imóveis	- 89.259,34				- 89.259,34
Intangível	4.833.241,85	-	-	-	4.833.241,85
Softwares	4.833.241,85				4.833.241,85
Total Ativo Não Circulante	26.491.179,37	62.118.644,55	76.450.269,73	66.919.622,39	231.979.716,04
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	50.734,40				50.734,40
Demais Obrigações a Curto Prazo	0,00				-
Passivo Circulante	50.734,40	-	-	-	50.734,40
Saldo Patrimonial	28.627.420,28	62.594.449,47	77.303.398,07	67.369.622,16	235.894.889,98

Fonte: SIAFI 2017

7.2. Tratamento Contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

Em obediência aos dispositivos legais: Lei nº 4.320/64; Lei Complementar nº 101/2000; Lei nº 10.180/2001; bem como em consonância com as NBC T 16.9 – Depreciação, Amortização e Exaustão; e NBC T 16.10 – Avaliação, Mensuração e Passivos em Entidades do Setor Público, e observando ainda o estabelecido na Macrofunção nº 02.03.30 do Manual SIAFI, o tratamento contábil da depreciação, amortização e da exaustão, bem como a avaliação de ativos e passivos estão a seguir detalhadas:

a) NBC T 16.9 – Depreciação, Amortização e Exaustão

Os cálculos e registros da depreciação dos bens do Ativo Imobilizado do Censipam e seus Centros Regionais são:

- ⇒ Método de Depreciação: Método das Quotas Constantes, conforme o item nº 7.2 da Macrofunção;
- ⇒ Taxas de Depreciação: Foram definidas de acordo com o valor depreciável dos bens, em função do tempo de vida útil, e dos percentuais para cálculo do valor residual preestabelecidos no item nº 6, da Macrofunção;
- ⇒ Base da Depreciação: Baseou-se no custo histórico do bem (Valor da Nota Fiscal) registrado no SIAFI;
- ⇒ Impacto no Patrimônio: A partir da depreciação, sofreu um decréscimo decorrente da perda de valor dos ativos e variação no resultado diminutivo extraorçamentário.

Para a gestão administrativa dos bens patrimoniais, o Censipam e seus Centros Regionais utilizam o Sistema de Administração de Serviços – SIADS. Criado em 1995 e com seu constante aprimoramento, o SIADS ainda não contempla o registro da Amortização, o que justifica a ausência do montante que deveria ser amortizado no grupo Intangível. Dessa forma, a unidade aguarda o desenvolvimento dessa ferramenta para a realização do registro contábil da Amortização.

A Depreciação de Imóveis da unidade gestora 110511 - Censipam apresenta um valor de R\$ 89.259,34. Os registros nessa rubrica foram feitos pela Secretaria do Tesouro Nacional, que recebeu da Secretaria de Patrimônio da União as informações com os referidos valores.

O quadro 51 apresenta a metodologia de cálculo da depreciação, taxas e vida útil dos bens, de todas as unidades do Censipam – (UG's 110511, 110572, 110573 e 110586):

Quadro 51- Metodologia de Cálculo da Depreciação, Taxas e Vida Útil dos Bens

EXERCÍCIOS			2017			2016		
DESCRIÇÃO	VIDA ÚTIL	TAXA DE DEPRECIÇÃO	110511, 110572, 110573 e 110586			110511, 110572, 110573 e 110586		
			VALOR BRUTO	VALOR DA DEPRECIÇÃO	VALOR LÍQUIDO	VALOR BRUTO	VALOR DA DEPRECIÇÃO	VALOR LÍQUIDO
IMOBILIZADO			299.137.623,67	71.991.149,48	227.146.474,19	302.649.151,90	62.200.110,44	240.449.041,46
BENS MÓVEIS			156.033.115,72	71.901.890,14	84.131.225,58	159.548.393,95	62.154.370,90	97.394.023,05
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTO E FERRAMENTA			123.790.826,17	51.700.318,17	72.090.508,00	124.017.068,07	42.449.767,90	81.567.300,17
APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO	15 anos	10%	7.893.344,15	1.949.430,34	5.943.913,81	7.901.062,67	1.478.700,92	6.422.361,75
APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	10 anos	20%	96.614.456,54	39.929.692,10	56.684.764,44	96.777.175,38	32.856.928,78	63.920.246,60
EQUIPAM/UTENSÍLIOS MEDICOS, ODONTOLÓGICO	15 anos	20%	3.772,00	905,04	2.866,96	3.772,00	703,92	3.068,08
EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA	10 anos	10%	37.176,71	19.461,04	17.715,67	37.988,98	16.469,86	21.519,12
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	20 anos	10%	549,00	198,85	350,15	549,00	174,25	374,75
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICO	10 anos	10%	996.814,59	344.213,68	652.600,91	1.030.104,91	296.082,44	734.022,47
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS	15 anos	10%	68.166,85	29.978,02	38.188,83	69.117,85	26.308,39	42.809,46
MÁQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	10 anos	10%	16.565,27	12.016,12	4.549,15	16.705,27	10.618,93	6.086,34
EQUIPAMENTOS, PEÇAS E ACESSÓRIOS P	5 anos	10%	12.450,00	11.205,00	1.245,00	30.678,26	27.610,44	3.067,82
EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO E VIGILÂNCIA AMBIENTAL	10 anos	10%	17.919.312,16	9.267.431,87	8.651.880,29	17.919.312,16	7.618.209,77	10.301.102,39
EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E ELÉTRICO	10 anos	10%	26.980,00	19.591,35	7.388,65	27.700,00	17.509,65	10.190,35
OUTRAS MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	10 anos	10%	201.238,90	116.194,76	85.044,14	202.901,59	100.450,55	102.451,04
BENS DE INFORMÁTICA			24.807.204,95	16.979.247,65	7.827.957,30	27.146.948,64	16.640.944,62	10.506.004,02
EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	5 anos	10%	24.807.204,95	16.979.247,65	7.827.957,30	27.146.948,64	16.640.944,62	10.506.004,02
MÓVEIS E UTENSÍLIOS			3.707.691,93	2.062.541,20	1.645.150,73	3.875.360,27	1.805.725,07	2.069.635,20
APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	10 anos	10%	258.120,53	61.487,17	196.633,36	294.138,37	53.583,94	240.554,43
MÁQUINAS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	10 anos	10%	62.734,50	24.895,74	37.838,76	73.033,99	24.914,61	48.119,38
MOBILIÁRIO EM GERAL	10 anos	10%	3.386.836,90	1.976.158,29	1.410.678,61	3.508.187,91	1.727.226,52	1.780.961,39
MATERIAL CULTURAL, EDUCACIONAL E DE COMUNICAÇÃO			1.179.561,75	467.121,27	712.440,48	1.307.668,40	455.440,76	852.227,64
COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICO	10 anos	0%	4.044,28	3.406,80	637,48	4.044,29	3.006,00	1.038,29
EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	10 anos	10%	1.174.898,46	463.714,47	711.183,99	1.303.005,10	452.434,76	850.570,34

OBRAS DE ARTE E PEÇAS PARA EXPOSIÇÃO			619,01	-	619,01	619,01	-	619,01
VEÍCULOS			2.333.436,20	633.438,55	1.699.997,65	2.999.807,35	761.212,43	2.238.594,92
VEÍCULOS EM GERAL	15 anos	10%	3.757,80	1.888,18	1.869,62	3.757,80	1.681,35	2.076,45
VEÍCULOS DE TRACÇÃO MECÂNICA	15 anos	10%	2.329.678,40	631.550,37	1.698.128,03	2.996.049,55	759.531,08	2.236.518,47
BENS MOVEIS EM ALMOXARIFADO			-	-	-	-	-	-
ESTOQUE INTERNO			-	-	-	-	-	-
DEMAIS BENS MÓVEIS			214.394,72	59.223,30	155.171,42	201.541,22	41.280,12	160.261,10
BENS MÓVEIS EM TRÂNSITO			13.150,50	-	13.150,50	-	-	-
PEÇAS NÃO INCORPORÁVEIS A IMÓVEIS	10 anos	10%	201.244,22	59.223,30	142.020,92	201.541,22	41.280,12	160.261,10

BENS IMÓVEIS			143.104.507,95	89.259,34	143.015.248,61	143.100.757,95	45.739,54	143.055.018,41
BENS IMÓVEIS - CONSOLIDAÇÃO			106.178.888,99	89.259,34	106.089.629,65	106.175.138,99	45.739,54	106.129.399,45
BENS DE USO ESPECIAL REGISTRADOS NO SPIUNET			14.741.468,43	89.259,34	14.652.209,09	14.741.468,43	45.739,54	14.695.728,89
EDIFÍCIOS			14.741.468,43	89.259,34	14.652.209,09	14.741.468,43	45.739,54	14.695.728,89
BENS DE USO ESPECIAL NÃO REGISTRADOS NO SPIUNET			128.205.986,73	-	128.205.986,73	128.205.986,73	-	128.205.986,73
EDIFÍCIOS			128.205.986,73	-	128.205.986,73	128.205.986,73	-	128.205.986,73
BENS DOMINICAIS NÃO REGISTRADOS NO SIAPA			3.750,00	-	3.750,00	-	-	-
TERRENOS			3.750,00	-	3.750,00	-	-	-
BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO			41.844,42	-	41.844,42	41.844,42	-	41.844,42
ESTUDOS E PROJETOS			41.844,42	-	41.844,42	41.844,42	-	41.844,42
BENFEITORIAS EM PROPRIEDADE DE TERCEIROS			111.458,37	-	111.458,37	111.458,37	-	111.458,37

b) NBC T 16.10 – Avaliação, Mensuração e Passivos em Entidades do Setor Público.

A avaliação e mensuração dos elementos patrimoniais que se encontram registrados no Censipam e nos seus Centros Regionais estão de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) – 7º edição, que estabelece:

- ⇒ Disponibilidades: estão mensuradas pelo valor original;
- ⇒ Créditos e obrigações: Os direitos e as obrigações estão mensurados pelo valor original, acrescido das atualizações monetárias e juros, quando aplicáveis.
- ⇒ Estoques: estão mensurados e avaliados com base no valor de aquisição. O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques utilizado pelo Censipam é o Custo Médio Ponderado.
- ⇒ Imobilizado: seu registro é realizado com base no valor de aquisição e os valores lançados estão sujeitos à depreciação; e
- ⇒ Intangível: seu registro é realizado com base no valor de aquisição e os valores lançados estão sujeitos à amortização. A unidade que apresenta saldo nesse grupo de contas é a UG 110511 – Censipam, a seguir demonstrado:

Quadro 52 - Avaliação e Mensuração dos Elementos Patrimoniais

EXERCÍCIOS			2017			2016		
DESCRIÇÃO	VIDA ÚTIL	TAXA DE DEPRECIÇÃO	110511, 110572, 110573 e 110586			110511, 110572, 110573 e 110586		
			VALOR BRUTO	VALOR DA AMORTIZAÇÃO	VALOR LÍQUIDO	VALOR BRUTO	VALOR DA AMORTIZAÇÃO	VALOR LÍQUIDO
INTANGÍVEL			4.833.241,85	-	4.833.241,85	4.833.241,85	-	4.833.241,85
SOFTWARES COM VIDA ÚTIL DEFINIDA			2.256.328,00	-	2.256.328,00	2.256.328,00	-	2.256.328,00
SOFTWARES COM VIDA ÚTIL INDEFINIDA			2.576.913,85	-	2.576.913,85	2.576.913,85	-	2.576.913,85

7.3. Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

As informações de Custos estão apresentadas no processo de contas da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa, em razão dos estudos para implantação do Sistema de Informações de Custos no ministério.

7.3.1. Informações sobre a conformidade contábil

A Conformidade Contábil consiste na certificação dos demonstrativos contábeis gerados pelo SIAFI. É o procedimento no qual a Setorial Contábil registra a ausência ou incidência de ocorrências durante o período em análise.

Essa certificação tem como base os princípios e normas contábeis aplicáveis ao setor público, o Plano de Contas da União, a Conformidade de Registro de Gestão, o Manual SIAFI e outros instrumentos que subsidiam o levantamento das ocorrências contábeis. Os instrumentos utilizados para o levantamento das ocorrências contábeis constituem em verificações realizadas no SIAFI, por meio de transações específicas que auxiliam na identificação de inconsistências que porventura existam.

A Divisão de Contabilidade é a área de gestão interna que atua como órgão Setorial Contábil de Unidade Gestora. Sua função é acompanhar e orientar as unidades gestoras na regularização das ocorrências contábeis para que essas sejam efetuadas dentro dos prazos estabelecidos de forma a evitar a reincidência das mesmas; assim como prevenir o aparecimento de outras inconsistências no encerramento de cada exercício financeiro, como saldos irrisórios ou residuais, informando ao Controle Interno as providências não adotadas para o saneamento das ocorrências ou inconsistências apontadas.

O registro da Conformidade Contábil ocorre mensalmente, nas datas estipuladas pela Secretaria do Tesouro Nacional, que é o Órgão Central de Contabilidade. Do registro da conformidade contábil depreende-se as seguintes situações:

a) Sem ocorrência = quando foram observadas as seguintes situações cumulativamente:

- ausência de inconsistências ou desequilíbrio nas Demonstrações Contábeis;
- as atividades fins do Órgão estiveram espelhadas nas Demonstrações Contábeis;
- ausência de ocorrências nas transações >CONCONTIR, > CONINCONS e >CONINDBAL, nos dados contábeis da UG, do órgão, do órgão vinculado ou do órgão superior;
- inexistência de contas contábeis com saldo invertido na transação >BALANCETE, exceto aquelas contas em que é permitida a inversão de saldo, cuja situação não representa, propriamente uma inconsistência;
- ausência de restrições nos dias em que ocorreram lançamentos contábeis em que a UG tenha registrado a Conformidade de Registro de Gestão; e
- ausência de inconsistências que comprometem a qualidade das informações contábeis, observadas as orientações, os instrumentos de análise disponíveis no SIAFI.

b) com ocorrência = quando forem observadas as situações elencadas no item anterior, outros mecanismos que estejam à disposição do conformista e os esclarecimentos constantes do Manual SIAFI.

Ao longo do exercício, foi constatado que houve maior incidência nas unidades gestoras 110573 – Centro Regional de Manaus, e 110586 – Centro Regional de Belém, no código de Alerta 315, sinalizando a existência de ocorrências que impediram a verificação da regularidade nos registros. Os códigos de Ressalva (640, 651, 674 e 707) ocorreram de forma pontual nas unidades, sinalizando a existência de ocorrência contábil que não reflete

adequadamente as informações dispostas nos demonstrativos contábeis. A seguir, um resumo das principais ocorrências registradas em 2017:

Quadro 53 - Conformidade Contábil de UG – Maiores ocorrências

UG	CÓD. RESTR.	DESCRIÇÃO	TOTAL DE REGISTROS
110511	651	Falta ou Inconsistência no Contrato	1
	674	Saldo along./indev contas transitórias Passivo Circulante	1
	707	Saldo invertido - classe 8	1
	SUB-TOTAL		3
110573	315	Falta/restrição conformidade Registros de gestão	4
	640	Saldo contábil bens móveis não confere c/RMB	1
	SUB-TOTAL		5
110586	315	Falta/restrição conformidade Registros de gestão	2
	SUB-TOTAL		2
TOTAL DE RESTRIÇÕES			10

As ocorrências apontadas ao longo do exercício de 2017 foram sanadas até a data de encerramento do exercício.

7.3.2. Declaração do contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis

Quadro 54 - Declaração do Contador

 MINISTÉRIO DA DEFESA CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA – CENSIPAM			
DECLARAÇÃO DO CONTADOR		UG's: 110511, 110572, 110573 e 110586	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, relativas ao exercício de 2017, refletem adequadamente e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM, e seus Centros Regionais.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF,	Data	29/01/2017
Contador Responsável	Noemia Silva Monteiro	CRC n.º	009784/0-9-DF

7.4. Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

As demonstrações contábeis estão disponíveis nos anexos do aplicativo e-contas.

8. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

8.1. Tratamento de determinações e recomendações do TCU

A – CONTRATO 86/2003

Trata-se de Tomada de Contas Especial referente ao Contrato nº 86/2003, celebrado entre este Centro Gestor e a Fundação Aplicação de Tecnologias Críticas (ATECH). Tal procedimento foi solicitado pela Procuradoria-Regional da União da 1ª Região para apurar a quantificação de eventuais danos ao Erário entre outras ações. Os valores foram apurados e os respectivos responsáveis foram notificados. O processo foi finalizado nesta UG e enviado à Ciset/MD, que, após ajustes realizados, colheu a assinatura do Senhor Ministro da Defesa e enviou o resultado ao TCU.

B - TC-014.980/2015-0

A Tomada de Contas TC-014.980/2015-0, remetida pelo Ofício nº 278-258/2016-TCU/SEFIP/Diaup, de 13/10/2016, com o apontamento da necessidade de apurar inconsistências, a partir de críticas na folha de pagamento da Unidade Pagadora, deste Centro Gestor, vinculado ao I-Ministério da Defesa.

A Unidade procedeu à instauração de sindicância em dezembro de 2016, face a ciência da existência de servidor comissionado com empresa em seu nome exclusivo. Em abril de 2017 a sindicância foi concluída com a não aplicação de pena ao servidor em tela, uma vez que o mesmo deu baixa da Microempresa individual (MEI) em novembro de 2016. Tal conclusão se deu em sintonia e análoga ao Enunciado nº 09 da CGU-PR, que afasta a aplicação de penalidade no caso de não exercício efetivo e reiterado de atuação como gerente ou administrador de sociedade privada, face a apresentação de documentos comprobatórios. O documento de conclusão do processo foi enviado ao TCU por meio do Ofício nº 17353/Ciset-MD de 28 de agosto de 2017.

C – ACÓRDÃO 8994/2017

Quadro 55 - Relatório de Cumprimento das Recomendações do Tribunal de Conta da União

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC-001.874/2017-9	8.994/2017-TCU-1ª Câmara	1.7	Ofício 0828/2017-TCU/SecexDefesa, de 2/10/2017	05/10/2017
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - Censipam				
Descrição da determinação/recomendação				
1.7. Determinar, com amparo no art. 208, § 2º, do Regimento Interno do Tribunal, ao Censipam que informe, no prazo de trinta dias, o resultado do acerto de contas da rescisão do Contrato 24/2015, celebrado com a AMS Kepler Engenharia de Sistemas Ltda., e as medidas adotadas com vistas ao ressarcimento de valores indevidos eventualmente pagos.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>Em atendimento à determinação contida no Acórdão nº 8.994/2017 - TCU - 1ª Câmara, de informar ao Tribunal o resultado do acerto de contas da rescisão do Contrato 24/2015, celebrado em regime de empreitada por preço global com a empresa AMS Kepler Engenharia de Sistemas Ltda., o Censipam esclareceu, por meio do Ofício nº 22452/DITEC/DIGER/CENSIPAM/SG-MD, de 01 de novembro de 2017, que a apuração foi realizada e foi oferecido à Contratada prazo para apresentação da documentação comprobatória de todas as despesas realizadas pela empresa durante a execução contratual, entendida como imprescindível pelo Controle Interno para que o Censipam possa realizar os pagamentos, por serviços já realizados, à Contratada.</p> <p>A Contratada apresentou suas argumentações, sendo que algumas demandaram orientações e novos posicionamentos da Consultoria Jurídica do Ministério da Defesa e da Secretaria de Controle Interno do Ministério da Defesa, o que está em curso, tendo sido realizada reunião preliminar com a Consultoria Jurídica do Ministério da Defesa.</p>				

8.2. Tratamento de recomendações do órgão de controle interno

As recomendações da Ciset/MD são acompanhadas pela equipe de *Compliance*, que assessoria o Diretor-Geral e as Diretorias no monitoramento da implementação das medidas e controles.

Quadro 56 - Relatório de Cumprimento das Recomendações do Órgão de Controle Interno

Caracterização da recomendação da Ciset/MD (recorte temporal 01/01/2017 a 31/12/2017)			
Processo	Itens	Comunicação expedida	Data da ciência
60100.000058/2017-11	Em atendimento: 1/1	Memorando nº 269/Ciset-MD	19/06/2017
Órgão/entidade/subunidade destinatária da recomendação			
Censipam			
Descrição da recomendação			
<p>RELATÓRIO DE AUDITORIA ANUAL DE CONTAS Nº 16/2017/GEAUD/Ciset-MD</p> <p>ACHADO: Deficiências de planejamento na contratação de empresa de segurança para o CR-BE e CCG – Brasília</p> <p>CRITÉRIO: Art 37 da CF e Art 6º, inciso I do Decreto Lei nº 200/67.</p> <p>CONDUTA:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ausência de monitoramento para avaliação de controles internos na área de licitações (revisão de procedimentos para aquisição de materiais e contratações de serviços, de modo a otimizar e reduzir os processos de compras, racionalizar normas e procedimentos e melhorar a qualidade do gasto público) - Ausência de providências tempestivas e morosidade injustificada nos procedimentos de aquisição de serviços de segurança para o CR/BE e o CCG/Brasília. 			
Atualização sobre as medidas tomadas			
<p>PLANO DE PROVIDÊNCIAS PERMANENTES CENSIPAM - PPP atualizado em 11 DEZ 2017</p> <p>i) Nome da UJ: CENSIPAM/SG/MD</p> <p>ii) Número do Documento que originou a Recomendação: Relatório de Auditoria Anual de Contas - Exercício de 2016 , da Ciset sobre o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam), Memorando nº 269/Ciset-MD e seu anexo INFORMAÇÃO nº 29/Ciset/MD</p> <p>iii) Número do item do Relatório: 2.6.1</p> <p>iv) Descrição do item do Relatório: Constatação: Deficiências de planejamento na contratação de empresas de segurança para o CR/BE e Brasília.</p> <p>v) Número do item da Recomendação: 2.6.1.3</p> <p>vi) Descrição da Recomendação: Adotar providências com vistas a aprimorar o planejamento das contratações, de modo a reduzir o tempo médio de instrução dos processos licitatórios, identificando os pontos críticos e buscando soluções e alternativas que visem a melhorar a eficiência na condução dos procedimentos de aquisição, evitando, dessa forma, prorrogações excepcionais e contratações emergenciais.</p> <p>vii) Providências a serem Implementadas:</p> <p>As recomendações da Ciset-MD foram desdobradas nas seguintes ações:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Dar ciência às áreas envolvidas do conteúdo do Relatório Final de Auditoria; 2) Aprimorar o planejamento das contratações, identificando os pontos críticos e estabelecendo ações corretivas, se for o caso; 			

3) Buscar reduzir o tempo médio de instrução dos processos licitatórios, por intermédio de soluções já empregadas e busca de alternativas para melhorar a eficiência na condução dos procedimentos de aquisição;

4) Buscar evitar prorrogações excepcionais e contratações emergenciais;

5) Realizar capacitações em: implementação de controles nas aquisições, função de pregoeiro, IN Conjunta N° 01, de 10 MAI 16 e IN N° 5, de 26 MAI 17;

6) Desenvolver atividades para implementar as orientações dos órgãos de controle.

viii) Prazo de atendimento:

1) Até 27 JUL 17. Ação concluída.

2) Até 31 DEZ 17. Ação em andamento.

3) a. Até 27 JUL 17. Ação concluída.

b. Até 31 DEZ 17. Ação em andamento.

4) Até 27 JUL 17. Ação concluída.

5) SEM DATA . Ação continuada.

6) SEM DATA . Ação continuada.

ix) Situação da providência:

1) Ação concluída.

2) Por meio do Memorando Circular n° 3/DIRAF/DIGER/CENSIPAM/SG-MDG-MD foi determinada a realização do mapeamento dos processos para identificação dos pontos críticos e a previsão de ações corretivas, se for o caso .O Memorando n° 150/COLIC CENSIPAM/CGAFI/DIRAF/DIGER/CENSIPAM/SG-MD estabelece processos e prazos para contratações. Ação em andamento.

3) a. Ação concluída.

b. Foi implantado o módulo de controle de frequência eletrônico (ponto eletrônico) do SIG desenvolvido pela UFRN. Aguarda-se o fim da atualização do Planejamento Estratégico do Censipam, o que permitirá o alinhamento das contratações. Ação em andamento.

4) Ação concluída.

5) Capacitações realizadas em 2017 : GESTÃO ESTRATÉGICA COM BSC – FUNDAMENTOS; PROVAS NO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR; GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS E IN 4; LICITAÇÃO E CONTRATOS – VISÃO DO TCU; SEMINÁRIO DESAFIOS ESTRATÉGICOS PARA INTELIGÊNCIA DO BRASIL; NOVA INSTRUÇÃO NORMATIVA DE SERVIÇOS; FORMAÇÃO DE PREGOEIRO; TESOURO GERENCIAL; FUNDAMENTOS DA GESTÃO DA LOGÍSTICA PÚBLICA; OFICINA DE ANÁLISE E MELHORIA DE PROCESSOS; ANÁLISE DE RISCOS E CONTROLE EM LICITAÇÃO; GERENCIAMENTO DE PROJETOS; SANÇÕES ADMINISTRATIVAS NAS LICITAÇÕES EM CONTRATOS; ANÁLISE E MELHORIA DE PROCESSOS; CURSO DE GESTÃO APURAÇÃO DA ÉTICA PÚBLICA; ELABORAÇÃO DE INDICADORES DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL; ELABORAÇÃO DE TERMOS DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS; GESTÃO DO ORÇAMENTO PÚBLICO; e ELABORAÇÃO DE TERMOS DE REFERÊNCIA PARA CONTRATAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS; Ação continuada.

6) Remetido o relatório da Ciset com recomendações; realizadas vídeo conferências; remetidas e comentadas as normas; realizadas capacitações; estabelecidos cronogramas; e mais outras atividades serão implementadas.

Foram expedidas orientações administrativas sobre diversos assuntos: Memorando Circular n° 3/DIRAF/DIGER/CENSIPAM/SG-MD;

Memorando Circular n° 4/DIRAF/DIGER/CENSIPAM/SG-MD ;

Memorando Circular n° 5/DIRAF/DIGER/CENSIPAM/SG-MD; Memorando Circular n°

6/DIRAF/DIGER/CENSIPAM/SG-MD; Memorando Circular n° 7/DIRAF/DIGER/CENSIPAM/SG-

MD; Memorando Circular n° 8/DIRAF/DIGER/CENSIPAM/SG-MD; Memorando Circular n°

9/DIRAF/DIGER/CENSIPAM/SG-MD; Memorando Circular n° 10/DIRAF/DIGER/CENSIPAM/SG-

MD; Memorando Circular n° 12/DIRAF/DIGER/CENSIPAM/SG-MD;

Memorando Circular n° 13/DIRAF/DIGER/CENSIPAM/SG-MD;

Memorando Circular n° 14/DIRAF/DIGER/CENSIPAM/SG-MD; Memorando Circular n°

16/DIRAF/DIGER/CENSIPAM/SG-MD; Memorando Circular n°

18/DIRAF/DIGER/CENSIPAM/SG-MD;

Memorando Circular n° 19/DIRAF/DIGER/CENSIPAM/SG-MD; Memorando Circular n°

20/DIRAF/DIGER/CENSIPAM/SG-MD e; Memorando Circular n°

21/DIRAF/DIGER/CENSIPAM/SG-MD. Despacho n° 8/DIRAF/DIGER/CENSIPAM/SG-MD;

Despacho n° 34/DIRAF/DIGER/CENSIPAM/SG-MD;

Despacho nº 39/DIRAF/DIGER/CENSIPAM/SG-MD e;

Despacho nº 76/DIRAF/DIGER/CENSIPAM/SG-MD ;

Ação continuada. Memorando nº 269/CISSET-MD

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento e providências, a Informação nº 29/CISSET-MD, desta data, que trata da análise das medidas adotadas pela administração desse Centro Gestor, conforme informado no Memorando nº 324/Diger/Censipam/SG-MD, de 21/08/2017, em face da recomendação consignada no subitem 2.6.1.3 do Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 16/2017/Geaud/Ciset-MD, de 25/07/2017 (SEI-MD).

Segundo a Conclusão da Informação 29, remetida após resposta do Censipam à Auditoria:

Foram consideradas satisfatórias as providências adotadas pelo gestor; contudo, como algumas delas ainda estão em fase de implantação, a CISSET deverá acompanhar seu desenvolvimento até sua completa instituição. Por outro lado, uma vez implementadas, será checada a eficácia profilática dessas medidas.

Enfim, foi recomendado ao Censipam que atualize seu PPP à medida que cada uma das ações fossem sendo concluídas e que monitorasse a implementação e a efetividade dessas ações.

Recomendações que provocaram maior impacto na gestão da unidade

8.3. Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por danos ao Erário

Iniciamos processo de nº 60090.001305/2015-93, com a finalidade de apurar fatos notificados no Contrato nº 86/2003, celebrado entre este Centro Gestor e a Fundação ATECH. Tendo apurado valores e notificado os respectivos responsáveis, em fase de finalização das tratativas administrativas no fito de obtenção de ressarcimento ao Erário. Processo este paralisado em função de determinação judicial, cujos efeitos foram devidamente analisados pela Assessoria Jurídica do Ministério da Defesa.

8.4. Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no Art. 5º da Lei 8.666/1993

Todos os contratos formalizados no exercício de 2017 tiveram como expressão monetária a moeda corrente nacional, sendo observadas as disposições no art. 5º da Lei nº 8.666/93.

É de responsabilidade do fiscal de contrato o acompanhamento, lançamento do cronograma e controle dos pagamentos conforme a vinculação lançada no SIASG.

A Coordenação de Licitações e Contratos, a partir do exercício 2017, mantém, trimestralmente, os lançamentos efetuados pelos fiscais, fazendo a devida gestão junto aos mesmos quanto aos procedimentos do cronograma de pagamento.

8.5. Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

Este órgão não possui nenhum contrato com dedicação exclusiva de mão de obra que estivesse dentro dos setores da economia beneficiados pelo regime de desoneração, conforme consulta realizada no roteiro elaborado pela SLTI do Ministério do

Planejamento, Orçamento e Gestão para cumprimento dos Acórdãos do TCU nº 2859/2013 e nº 1212/2014.

8.6. Informações sobre ações de publicidade e propaganda

Quadro 57 - Despesas Com Publicidade

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional			
Legal	2058	38.581,31	22.402,35
Mercadológica			
Utilidade pública			

As despesas com publicidade do Censipam referem-se às publicações dos atos administrativos, contratos com Imprensa Nacional e Empresa Brasileira de Comunicação.

BALANÇO FINANCEIRO



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	401 - MINISTÉRIO DA DEFESA/CENSIPAM
ORGAO SUPERIOR	

EXERCICIO 2017	PERIODO Anual
EMISSAO 30/01/2018	PAGINA
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	30.775.037,07	33.153.491,93
Ordinárias	-	-	Ordinárias	28.277.760,98	28.699.602,79
Vinculadas	-	-	Vinculadas	2.497.276,09	4.453.889,14
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Seguridade Social (Exceto RGPS)	1.244.021,07	1.315.583,93
			Operação de Crédito	8.921,15	
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	1.244.333,87	3.138.305,21
Transferências Financeiras Recebidas	48.590.768,61	32.075.960,28	Transferências Financeiras Concedidas	51.517.462,98	46.914,88
Resultantes da Execução Orçamentária	43.832.892,62	27.324.624,97	Resultantes da Execução Orçamentária	46.667.507,69	-
Repasso Recebido	6.046.252,16	3.529.982,42	Sub-repasso Concedido	46.667.507,69	
Sub-repasso Recebido	37.786.640,46	23.794.642,55	Independentes da Execução Orçamentária	4.849.955,29	46.914,88
Independentes da Execução Orçamentária	4.757.875,99	4.751.335,31	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	4.835.911,86	
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	4.753.658,97	4.742.033,57	Movimento de Saldos Patrimoniais	14.043,43	46.914,88

Movimentação de Saldos Patrimoniais	4.217,02	9.301,74	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-			
Recebimentos Extraorçamentários	38.115.687,61	12.363.684,71	Despesas Extraorçamentárias	5.087.372,92	12.262.018,20
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	-	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	5.030.211,57	6.515.355,52	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	5.087.372,92	12.247.923,25
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	13.854,95	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	13.854,95
Outros Recebimentos Extraorçamentários	33.085.476,04	5.834.474,24	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	240,00
Arrecadação de Outra Unidade	33.085.476,04	5.833.974,24	Pagamento de Passivos Recebidos		240,00
Demais Recebimentos		500,00			
Saldo do Exercício Anterior	1.932.328,51	2.955.108,53	Saldo para o Exercício Seguinte	1.258.911,76	1.932.328,51
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.932.328,51	2.955.108,53	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.258.911,76	1.932.328,51
TOTAL	88.638.784,73	47.394.753,52	TOTAL	88.638.784,73	47.394.753,52

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

EMISSÃO 30/01/2018 PAGINA

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTÍTULO 401 - MINISTÉRIO DA DEFESA/CENSIPAM

ORGAO SUPERIOR

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-

Receitas de Serviços	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
DEFICIT			30.775.037,07	30.775.037,07
TOTAL			30.775.037,07	30.775.037,07
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	-	-	28.460.350,75	25.584.407,66	25.584.407,66	-28.460.350,75
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	3.122.784,39	3.122.784,39	3.122.784,39	-3.122.784,39
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	25.337.566,36	22.461.623,27	22.461.623,27	-25.337.566,36
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	2.314.686,32	160.417,84	160.417,84	-2.314.686,32

Investimentos	-	-	2.314.686,32	160.417,84	160.417,84	-2.314.686,32
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	-	-	30.775.037,07	25.744.825,50	25.744.825,50	-30.775.037,07
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	5.952.169,12	5.304.339,92	3.876.359,65	3.876.359,65	1.747.961,26	5.632.188,13
Pessoal e Encargos Sociais	-	354.658,98	354.658,98	354.658,98	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	5.952.169,12	4.949.680,94	3.521.700,67	3.521.700,67	1.747.961,26	5.632.188,13
DESPESAS DE CAPITAL	-	1.211.015,60	1.211.013,27	1.211.013,27	2,33	-
Investimentos	-	1.211.015,60	1.211.013,27	1.211.013,27	2,33	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	5.952.169,12	6.515.355,52	5.087.372,92	5.087.372,92	1.747.963,59	5.632.188,13

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	30.775.037,07	25.744.825,50	25.744.825,50	-30.775.037,07
TOTAL	-	-	30.775.037,07	25.744.825,50	25.744.825,50	-30.775.037,07

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-

BALANÇO PATRIMONIAL



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	401 - MINISTÉRIO DA DEFESA/CENSIPAM
ORGAO SUPERIOR	

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
EMISSÃO 30/01/2018	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ATIVO CIRCULANTE	3.965.908,34	5.224.950,58	PASSIVO CIRCULANTE	50.734,40	-
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.258.911,76	1.932.328,51	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	-	-
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	12.180,45	599.023,62	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	50.734,40	-
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	2.554.148,49	2.693.598,45	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	140.667,64	-	Provisões a Curto Prazo	-	-
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	-	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE	231.979.716,04	245.282.283,31	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Resultado Diferido	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	50.734,40	-
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-			
			-		
			ESPECIFICAÇÃO	2017	2016



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
EMISSÃO 30/01/2018	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	401 - MINISTÉRIO DA DEFESA/CENSIPAM
ORGAO SUPERIOR	

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	-		
			ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	235.945.624,38	250.507.233,89	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	235.945.624,38	250.507.233,89

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ATIVO FINANCEIRO	1.258.911,76	1.932.328,51	PASSIVO FINANCEIRO	10.662.399,70	12.467.524,64
ATIVO PERMANENTE	234.686.712,62	248.574.905,38	PASSIVO PERMANENTE	50.734,40	-
			SALDO PATRIMONIAL	225.232.490,28	238.039.709,25

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016

ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	4.749.308,87	1.442.884,98	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	116.314.301,37	106.834.578,94
Execução dos Atos Potenciais Ativos	4.749.308,87	1.442.884,98	Execução dos Atos Potenciais Passivos	116.314.301,37	106.834.578,94
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	1.041.322,10	1.041.322,10	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	3.677.986,77	371.562,88	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	25.858.658,55	22.932.580,69
Direitos Contratuais a Executar	30.000,00	30.000,00	Obrigações Contratuais a Executar	90.455.642,82	83.901.998,25
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	4.749.308,87	1.442.884,98	TOTAL	116.314.301,37	106.834.578,94

DEMONSTRATIVO DO SUPERAVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-4.825.942,61
Recursos Vinculados	-4.577.545,33
Seguridade Social (Exceto RGPS)	91.655,22
Operação de Crédito	8.921,15
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-4.678.121,70
TOTAL	-9.403.487,94

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

EMISSÃO 30/01/2018 PÁGINA

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES E FLUXO DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTÍTULO 401 - MINISTÉRIO DA DEFESA/CENSIPAM

ORGAO SUPERIOR

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	698.014,36	4.580.526,96
INGRESSOS	81.676.244,65	37.924.289,47
Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	81.676.244,65	37.924.289,47
Ingressos Extraorçamentários	-	13.854,95
Transferências Financeiras Recebidas	48.590.768,61	32.075.960,28
Arrecadação de Outra Unidade	33.085.476,04	5.833.974,24
Demais Recebimentos	-	500,00
DESEMBOLSOS	-80.978.230,29	-33.343.762,51
Pessoal e Demais Despesas	-29.428.012,30	-33.229.784,01

Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-805.000,00	-496.297,29
Defesa Nacional	-23.535.040,58	-29.274.768,74
Segurança Pública	-1.059.801,09	-1.034.949,40
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-1.245.736,63	-1.088.398,39
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habituação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-1.380.116,37	-396.395,84
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-1.162.077,59	-824.871,17
	2017	2016
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-240.240,04	-114.103,18
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-32.755,01	-52.968,67
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-32.755,01	-52.968,67
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-51.517.462,98	-61.009,83

Dispêndios Extraorçamentários	-	-13.854,95
Pagamento de Passivos Recebidos		-240,00
Transferências Financeiras Concedidas	-51.517.462,98	-46.914,88
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-1.371.431,11	-5.603.306,98
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-1.371.431,11	-5.603.306,98
Aquisição de Ativo Não Circulante	-1.235.539,27	-2.880.161,49
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-135.891,84	-2.723.145,49
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
	2017	2016
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-673.416,75	-1.022.780,02
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	1.932.328,51	2.955.108,53
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	1.258.911,76	1.932.328,51

DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES PATRIMONIAIS



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

EMISSÃO 30/01/2018 PÁGINA

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DE VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	401 - MINISTÉRIO DA DEFESA/CENSIPAM
ORGAO SUPERIOR	

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	90.027.214,20	45.896.278,50
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-

Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	-	8,19
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	8,19
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	89.991.497,86	45.154.915,98
Transferências Intragovernamentais	48.590.768,61	32.075.960,28
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	33.075.649,63	5.796.361,10
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-

Outras Transferências e Delegações Recebidas	8.325.079,62	7.282.594,60
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	19.531,08	675.489,40
Reavaliação de Ativos	-	178.631,96
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	19.531,08	27.365,53
Ganhos com Desincorporação de Passivos	-	469.491,91
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	16.185,26	65.864,93
Varição Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2017	2016
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	16.185,26	65.864,93
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	103.664.339,73	54.330.419,82
Pessoal e Encargos	3.840.988,03	3.712.589,37
Remuneração a Pessoal	3.477.443,37	3.100.078,46
Encargos Patronais	-	-
Benefícios a Pessoal	363.544,66	52.986,33
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	559.524,58

Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	-	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	38.324.804,45	42.627.875,86
Uso de Material de Consumo	1.249.847,91	1.077.431,20
Serviços	24.291.561,01	28.675.551,36
Depreciação, Amortização e Exaustão	12.783.395,53	12.874.893,30
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	59.980.001,37	7.329.509,48
Transferências Intragovernamentais	51.517.462,98	46.914,88
Transferências Intergovernamentais	-	-

Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	8.462.538,39	7.282.594,60
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	1.501.533,25	616.907,15
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	1.501.533,25	132.709,60
Incorporação de Passivos	-	483.757,55
Desincorporação de Ativos	-	440,00

SUBTITULO 401 - MINISTÉRIO DA DEFESA/CENSIPAM

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ORGAO SUPERIOR

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
Tributárias	8.473,12	19.305,98
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	6.250,54	19.305,98
Contribuições	2.222,58	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-

Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	8.539,51	24.231,98
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	8.539,51	24.231,98
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-13.637.125,53	-8.434.141,32
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2017	2016

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

 MINISTÉRIO DA DEFESA CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA – CENSIPAM			
DECLARAÇÃO DO CONTADOR		UG's: 110511, 110572, 110573 e 110586	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, relativas ao exercício de 2017, refletem adequadamente e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM, e seus Centros Regionais.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF,	Data	29/01/2017
Contador Responsável	 Noemia Silva Monteiro	CRC n.º	009784/0-9-DF